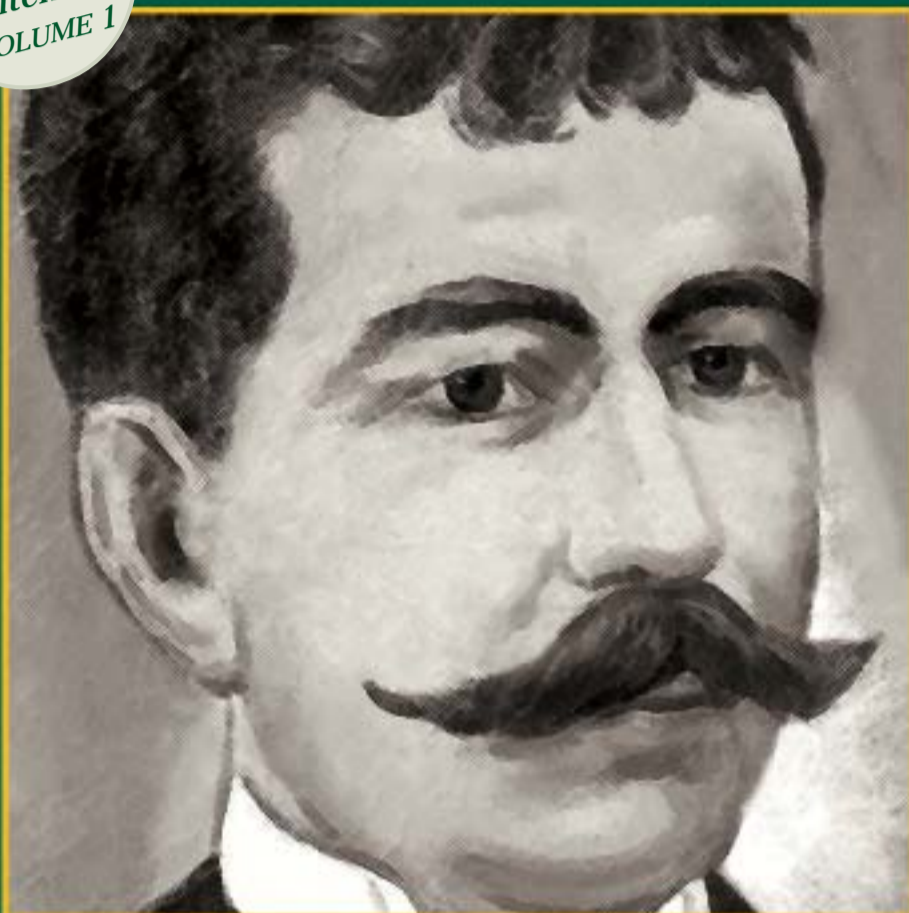


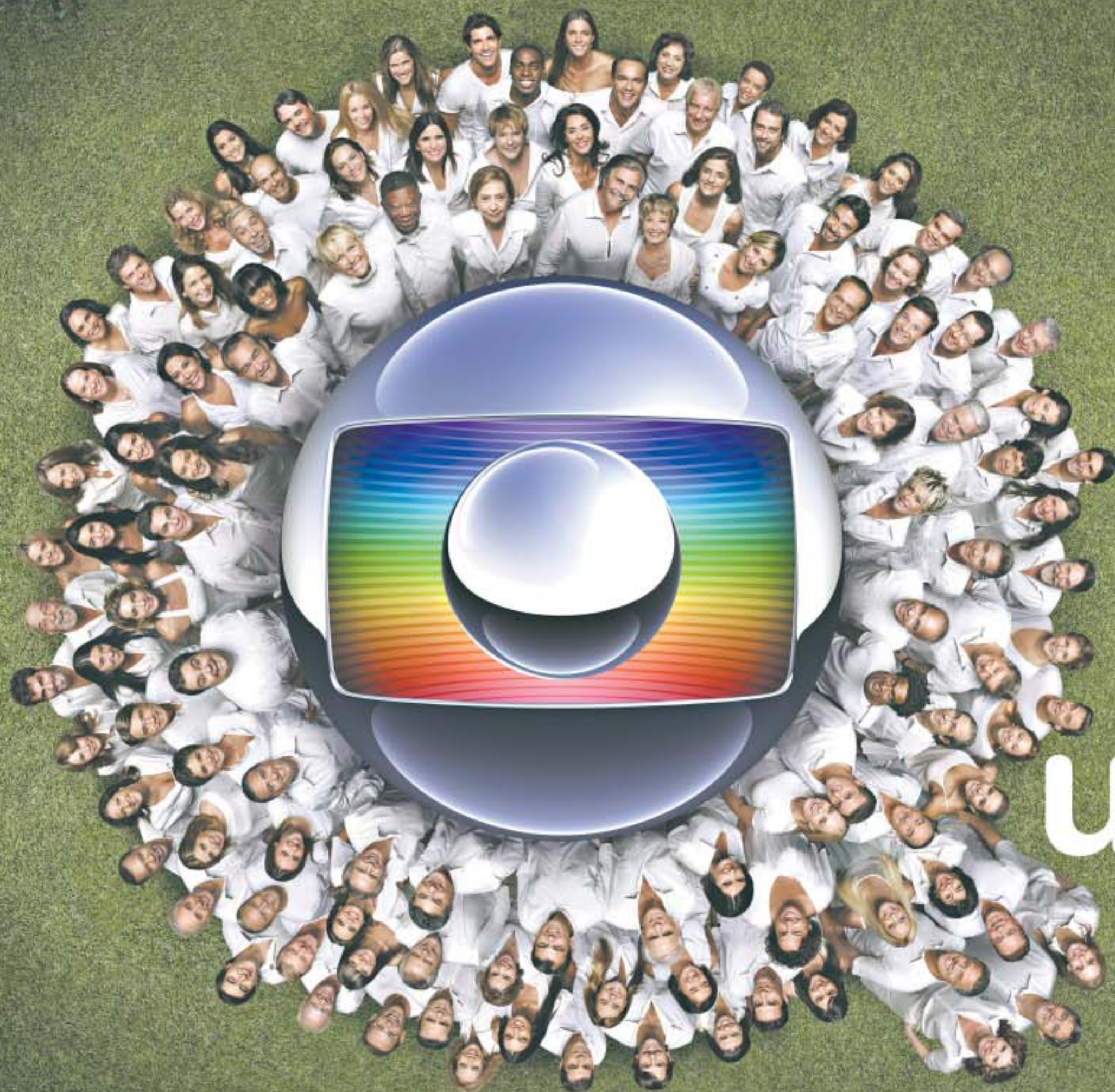
Jornal da ABI

Edição Especial do Centenário VOLUME 1

O SONHO CONTINUA



100 Anos de Luta Pela Liberdade



A Globo tem um "quê" que é só dela.
O "quê" da Globo é o "Q" de Qualidade.
Levar qualidade para você é nossa
motivação: a qualidade do talento brasileiro,
a qualidade do nosso elenco, da nossa
credibilidade até a mais pura emoção.
E com esse compromisso em nossos
corações, defendendo liberdade de
expressão e respeitando opinião, estamos
sempre ligados em você e na sua família.
É qualidade dos dois lados da telinha.
Que nos inspira a trabalhar mais...
a inovar mais... a criar mais.
Para entregar na sua casa, por todo
o Brasil, aquele "Q" de Qualidade que
ontem, hoje e sempre só se vê na Globo.

ualidade

A gente vê por aqui.

P a r a b é n s

A IMPRENSA BRASILEIRA MUDA,
MAS OS VALORES
PERMANECEM OS MESMOS.
HOMENAGEM DO ESTADÃO
AOS 100 ANOS DA ABI.

ESTADÃO
O JORNAL DE QUEM PENSAMOS



*Exército é
chamado para
combater dengue.*

*Preso
seqüestrador
de empresário
paulistano.*

*Fim
do acordo
de paz
em Gaza.*


*Milícias assumem
comando nas favelas.*


ALGUÉM PRECISA
EXPLICAR O QUE
ESTÁ REALMENTE
ACONTECENDO.

HOMENAGEM DA FOLHA
AOS 100 ANOS DE LUTA
DA ABI - ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE IMPRENSA.

FOLHA
Não dá pra não ler.

O mundo inteiro tem vários motivos para ter um Polo.

 Pára-brisa traseiro inteligente. Os londrinos usam quase todos os dias.

 Sensor de estacionamento. Evita que o carro encoste no outro e inicie uma discussão interminável entre dois italianos.




CD-MP3 Player com Bluetooth®, USB, SD Card e protocolo para navegador.





Sensor de estacionamento traseiro.





I-System. Programa que personaliza diversas funções do carro.

 Espelho com tilt-down para olhar a guia ou as bicicletas.

 Ar-condicionado. Muito útil no México, principalmente depois de uma refeição "quente".

 Direção hidráulica para estacionar em qualquer ruazinha de Paris.

 I-System. Novo sistema inteligente de controle que interage com o motorista em vários idiomas: do inglês, que todo mundo entende, ao japonês, que só eles entendem.

 Design europeu para quem vive no Sul, motor arretado para quem vive no Norte.



Linha Polo 1.6 Total Flex com ar-condicionado, direção hidráulica e sensor de estacionamento a partir de:

R\$ 42.990,00

Polo. O mundo inteiro dirige o mesmo carro.



**Austregésilo
de Athayde**

Sócio da ABI
(1919-1993)
Membro da ABL
(1951-1993)



**Barbosa Lima
Sobrinho**

Sócio da ABI
(1922-2000)
Membro da ABL
(1938-2000)



**Roberto
Marinho**

Sócio da ABI
(1924-2003)
Membro da ABL
(1993-2003)



**Raymundo
Faoro**

Sócio da ABI
(1980-2003)
Membro da ABL
(2002-2003)



**A AÇÃO DESTES HOMENS NA ABL E NA ABI AJUDOU
A CONSTRUIR AS DUAS CASAS DE CULTURA E LIBERDADE.**

Homenagem da Academia Brasileira de Letras ao Centenário da ABI.



110 anos



NOSSA VOCAÇÃO A LIBERDADE

Uma trajetória que exalta a importância da informação livre.

MAURÍCIO AZÊDO

PRESIDENTE DA ABI

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA chega ao seu centenário com o sentimento de que ao longo do século decorrido manteve uma atuação que justifica as homenagens que está a recolher das instituições representativas de diferentes segmentos da vida social. Esse reconhecimento advém da firmeza e nitidez com que a ABI promoveu a defesa da liberdade de imprensa, bem essencial à vida democrática cuja importância pôde ser assimilada pelo conjunto da sociedade em razão da pregação consistente com que a Casa a sustentou mesmo nos momentos mais adversos da nossa existência nacional.

ESTES, ALIÁS, E INFELIZMENTE, não foram poucos nem efêmeros no que concerne à prevalência das liberdades em geral. Nos 100 anos que se seguiram à fundação da ABI em 7 de abril de 1908 por Gustavo de Lacerda e os oito abnegados que atenderam ao seu convite para a reunião da criação da entidade, cerca de um terço decorreu num ambiente de frustração dos direitos civis e de sonegação da liberdade de imprensa e dos direitos que a integram, como definiu quando Presidente da ABI um jornalista e jurista eminente, Prudente de Moraes, neto: o direito de informar, o direito de acesso às fontes de informação, o direito de opinar e, neste, o direito de discordar, de dizer não. Tivemos desde então os quatro anos do mandato do Presidente Artur Bernardes (1922-1926), que governou praticamente sob estado de sítio, os oito anos do Estado Novo (1937-1945) e os 21 anos

da ditadura militar (1964-1985), períodos em que a liberdade foi suprimida ou condicionada pela força opressora, que, dissimulando sua natureza totalitária, impôs a autocensura, como no Governo Castelo Branco (1964-1967), ditador disfarçado de Presidente constitucional por eleição espúria de um Congresso Nacional privado, por cassações derivadas da força bruta, de deputados e senadores fiéis à ordem constitucional.

Nesses momentos funestos a ABI não abdicou do papel de defensora dos direitos dos jornalistas e dos veículos de comunicação, submetidos não apenas à censura, mas igualmente à privação da liberdade, da integridade física e, em numerosos casos, da vida.

DESDE OS SEUS PRIMEIROS ANOS

viu-se a ABI no dever de modificar o perfil de sua destinação, abandonando a idéia limitada de atuar como uma entidade de assistência aos jornalistas para se consagrar àquilo que desde então se constitui em sua vocação: a defesa da liberdade. Já no começo dos anos 10 a Casa foi chamada a tomar posição diante das violências contra a imprensa consumadas em Pernambuco sob o Governo do General Dantas Barreto, que era também jornalista e sócio da ABI, além de historiador militar, cronista, romancista e autor teatral. Em 1912, como reação às tropelias que atingiam sobretudo o *Diário de Pernambuco*, que foi empastelado e teve a sua circulação suspensa, e ao assassinato do jornalista Trajano Chacon, de *O Pernambuco*, a ABI expulsou Dantas Barreto de seu quadro social.



ESSA MILITÂNCIA TEVE DE SER adensada em momentos especialmente críticos da vida nacional, como os que se seguiram às rebeliões dos anos 30, como a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, que resultou na imposição de exílio a jornalistas que se engajaram no movimento rebelde, e a Insurreição Comunista de 1935, que gerou para seus participantes, aliados e simpatizantes um cortejo de prisões, torturas, degredos e violências de toda sorte, marcadas por extremada perversidade. À ABI fez então uma iniciação, um aprendizado das formas articuladas de resistência que teria de adotar ao longo do Estado Novo e, quase trinta anos depois, durante o regime totalitário que infelicitou o País nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

SEM IGNORAR O VELHO AFORISMO de que elogio em boca própria é vitupério, a ABI pode proclamar o seu orgulho de ter servido ao País nos diferentes campos em que teve ensejo de atuar: na elevação do padrão técnico, ético e cultural do jornalismo brasileiro, na defesa do melhor interesse nacional, expresso sobretudo no estímulo à criação da histórica campanha *O petróleo é nosso*, na exaltação da democracia como melhor forma para a convivência social e a solução de conflitos. Orgulha-se de ter como inspirador permanente um brasileiro de exceção, Barbosa Lima Sobrinho, que esculpiu como norte e divisa de sua fecunda existência esta definição exemplar: “Meu patrão é o Brasil”. O da ABI, também.



PAULOSILVA - TRIBUNA DA IMPRENSA

Maurício Azêdo, Presidente da ABI

Comissão Executiva do Centenário

PRESIDENTE *Maurício Azêdo*

MEMBROS

Arthur da Távola

Benício Medeiros

Cecília Costa

Domingos Meirelles

Estanislau Alves de Oliveira

Fernando Barbosa Lima

Francisco Paula Freitas

Jesus Chediak

José Gomes Talarico

Marcelo Tognozzi

Maria Ignez Duque Estrada Bastos

Mário Barata IN MEMORIAM

Marlene da Silva

Milton Coelho

Miro Teixeira

Paulo Jerônimo de Sousa (Pagê)

Pery Cotta

Ricardo Kotscho

Rodolfo Konder

Sérgio Cabral

Silvestre Gorgulho

Tarcísio Holanda

SECRETÁRIA-EXECUTIVA *Marilka Corrêa da Costa Lannes Azêdo*

SECRETÁRIA-ADJUNTA *Helenita Moura*

Fotos da capa: ao alto, à esquerda, Gustavo de Lacerda; à direita, Herbert Moses; embaixo, à esquerda, Prudente de Moraes, neto; à direita, Barbosa Lima Sobrinho.



Comissão de Honra do Centenário

PRESIDENTE *Oscar Niemeyer*

GOVERNADORES

Aécio Neves
Luiz Henrique da Silveira
Sérgio Cabral Filho

ACADÊMICOS

Ana Maria Machado
Antonio Olinto
Ariano Suassuna
Arnaldo Niskier
Carlos Heitor Cony
Cícero Sandroni
Evaristo de Moraes Filho
Ivan Junqueira
João Ubaldo Ribeiro
José Mindlin
José Sarney
Lygia Fagundes Telles
Marcos Vinícios Vilaça
Moacyr Scliar
Murilo Mello Filho
Nélida Piñon
Nelson Pereira dos Santos
Paulo Coelho

JORNALISTAS

Adísia Sá
Alberto Dines
Ana Arruda Callado
Ancelmo Góis
Armando Nogueira
Arthur Poerner
Aziz Ahmed
Carlos Chagas
Carlos Lemos
Chico Caruso
Cid Moreira
Clovis Rossi
Dídimo Paiva
Dora Kramer
Edgar Rodrigues
Eliane Cantanhêde
Ercy Pereira Torma
Evandro Teixeira

Fábio Proença Doyle
Fátima Bernardes
Fernando Calazans
Ferreira Gullar
Fichel Davit Chargel
Flávio Tavares
Hélio Fernandes
Jaguar
Jânio de Freitas
Joaquim Campelo Marques
Johnny Saad
Jorge de Miranda Jordão
José Alves Pinheiro Junior
José Hamilton Ribeiro
José Maria Rabêlo
José Roberto Marinho
Lan
Lúcio Flávio Pinto
Luís Erlanger
Luis Fernando Veríssimo
Luiz Lobo
Luiz Mário Gazzaneo
Manolo Epelbaum
Marcos de Castro
Mário de Moraes
Milton Temer
Moacir Pereira
Moacyr Werneck de Castro
Nahum Sirotsky
Nani
Nélson Sirotsky
Nilson Lage
Dom Paulo Evaristo Arns
Paulo Markun
Paulo Patarra IN MEMORIAM
Raimundo Coelho Neto
Raul Martins Bastos
Renato Guimarães
Roberto Civita
Roberto Muylaert
Rodolfo Fernandes
Rubem Azevedo Lima
Ruy Mesquita
Ruy Portilho

Sérgio de Souza IN MEMORIAM

Sérgio Murilo de Andrade
Sílio Boccanera
Tão Gomes Pinto
Teodomiro Braga
Villas-Bôas Corrêa
Walter Firmo
Washington Novaes
William Bonner
Ziraldo
Zuenir Ventura

ADVOGADOS E JURISTAS

Alcyone Barreto
Antonio Modesto da Silveira
Benedito Calheiros Bomfim
Carlos Roberto Siqueira Castro
Celso da Silva Soares
Dalmo de Abreu Dallari
Fábio Konder Comparato
George Francisco Tavares
Goffredo da Silva Telles Junior
Humberto Jansen Machado
José Afonso da Silva
Marcelo Cerqueira
Nilo Batista
Sérgio Bermudes

INTELECTUAIS, ARTISTAS E OUTROS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL

Aldir Blanc
Amir Haddad
Alfredo Britto
Ana Botafogo
Ana Maria Magalhães
*Antonio Candido de Mello e
Souza*
Arthur Moreira Lima
Augusto Boal
Beatriz Milhazes
Beth Carvalho
Cacá Diegues
Carla Camurati

Carlos Alberto Torres
Carlos Zílio
Dalal Achcar
Dorival Caymmi
Fernanda Montenegro
Fernando Pamplona
Francis Hime
Geraldo Sarno
Gilberto Gil
Guguta Brandão
Hans Donner
Haroldo Costa
Hermínio Bello de Carvalho
Ítalo Rossi
João Bosco
João Gualberto de Carvalho Meneses
João Moreira Salles
Joel Rufino dos Santos
José Carlos Sussekind
José Wilker
Luiz Carlos Barreto
Lydio Introcaso Bandeira de Mello
Marcello Alencar
Marco Nanini
Maria Bonomi
Mariêta Severo
Marília Pêra
Nelly Martins Ferreira Candeias
Nizan Guanaes
Othon Bastos
Paulinho da Viola
Raymundo de Oliveira
Regina Duarte
Reginaldo Dutra
Ruy Ohtake
Sabino M. Barroso
Sérgio Rezende
Sívio Tandler
Tizuka Yamazaki
Tony Ramos
Tomie Ohtake
Vladimir Carvalho
Walter Salles
Zelito Viana

ODEBRECHT. CRESCENDO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL.

Investimento:

R\$ 41,1 MILHÕES - 47 projetos culturais **176** projetos sociais **30** projetos ambientais

ORGANIZAÇÃO
ODEBRECHT

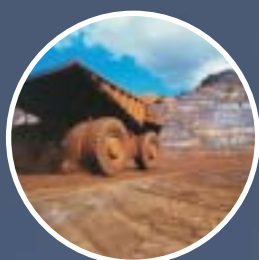
CSN. Transformando
minério em aço,
aço em riqueza e
desenvolvimento
para o Brasil.

www.csn.com.br



Companhia Siderúrgica Nacional

mineração



siderurgia



infra-estrutura



cimento



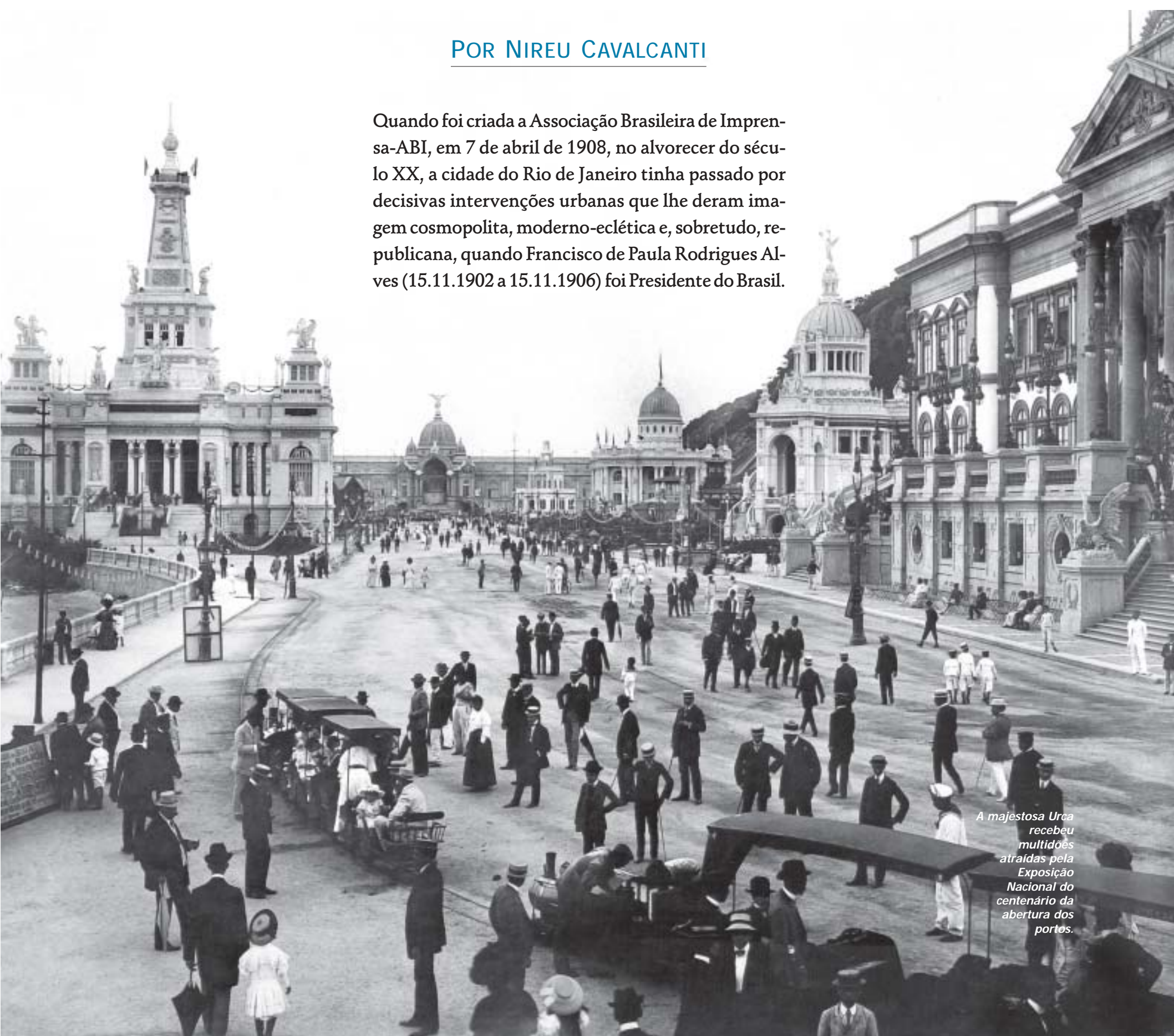
1908: A época e a vida urbana e social

A CIDADE QUE VIU A ABI NASCER

O século recém-iniciado prenunciava-se como uma era de transformações. E a nascente Associação Brasileira de Imprensa despontava como uma trincheira da renovação que alterava a fisionomia e os costumes da capital da jovem república brasileira.

POR NIREU CAVALCANTI

Quando foi criada a Associação Brasileira de Imprensa-ABI, em 7 de abril de 1908, no alvorecer do século XX, a cidade do Rio de Janeiro tinha passado por decisivas intervenções urbanas que lhe deram imagem cosmopolita, moderno-eclética e, sobretudo, republicana, quando Francisco de Paula Rodrigues Alves (15.11.1902 a 15.11.1906) foi Presidente do Brasil.



A majestosa Urca recebeu multidões atraídas pela Exposição Nacional do centenário da abertura dos portos.



O encanto do Rio de 1908 seduzia os fotógrafos, induzindo-os a tomadas de ambicioso alcance, como esta (ao alto) que mostra a nascente Avenida Central, hoje Rio Branco, cortando a massa do casario. A Praça Paris encheu os olhos do refinado Marc Ferrez (à direita), enquanto a simetria das palmeiras do Mangue deslumbrava Augusto Malta, fotógrafo da Prefeitura.

Inúmeras obras foram realizadas por competentes equipes de engenharia e arquitetura, tais como:

- a de Francisco Pereira Passos (29.12.1902 a 15.11.1906), prefeito nomeado pelo Presidente da República;

- a equipe responsável pela construção do novo porto, dirigida por Paulo de Frontin e integrada por Francisco de Paula Bicalho, Alfredo Lisboa, Adolpho José Del Vecchio, João Caetano da Silva Lara e outros;

- a do engenheiro Saturnino de Brito, responsável pelo sistema de esgotos da capital;

- a equipe do setor da Saúde Pública, sob o comando de Osvaldo Cruz; e

- a equipe da Estrada de Ferro Central do Brasil, dirigida por Osório de Almeida, todos nomeados pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, engenheiro Lauro Severiano Müller.

Após as grandes intervenções urbanísticas, a urbe carioca passou a ser representada em cartões-postais, não só pelas obras e prédios do período imperial mas, principalmente, pela cidade reformada durante a primeira República: as Avenidas Beira-Mar, Central (atual Avenida Rio Branco), Rodrigues Alves e seus grandes armazéns portuários, a Francisco Bicalho em conjunto com o trecho da Avenida do Mangue (parte da atual Presidente Vargas), a Exposição Nacional de 1908 e tantas outras.

Pereira Passos e Paulo de Frontin eram engenheiros de longa experiência profissional e participaram dos principais projetos para urbanização da cidade, fossem ligados ao setor de transporte, principalmente o ferroviário, fossem os projetos e obras de abastecimento de água, de estradas e de portos. Os dois profissionais assumiram cargos no Governo, o que lhes assegurou sólida experiência na administração pública.

Do vasto currículo profissional de Pereira Passos destacamos o trabalho que realizou ao presidir a Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, da qual faziam parte os engenheiros Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva e nomeada pelo Ministro do Império João Alfredo Correia de Oliveira, em maio de 1874. Os membros da Comissão tinham a incumbência de organizar um plano geral para o



alargamento e retificação de várias ruas desta capital e para a abertura de novas praças e ruas, com o fim de melhorar suas condições higiênicas e facilitar a circulação entre seus diversos pontos, dando ao mesmo tempo mais beleza e harmonia às suas construções.

“Na organização desse plano devíamos atender à conveniência de ficarem as novas ruas e praças, ou as que tiverem de ser alargadas e retificadas, dispostas de modo que a ventilação das casas e o escoamento das águas pluviais sejam feitas com facilidade, projetando os novos alinhamentos de sorte a **evitar o mais possível a demolição das propriedades públicas ou particulares mais importantes.** (grifo meu)¹

Cumpria-nos designar a largura das calçadas e passeios laterais nas novas ruas e praças, e a altura das arcadas ou pórticos contínuos no caso de haver vantagem em cobrir os passeios com essas construções; indicar quais as ruas e praças que devem ser desde já abertas ou alargadas e retificadas, e aquelas cujo alargamento e retificação devem ser feitos à medida que se reedificarem os prédios existentes, a fim de que tais reedificações fiquem subordinadas aos novos alinhamentos que possam interessar à salubridade pública, e cujo estudo fosse da nossa competência como engenheiros, ocupando-nos especialmente do dessecação dos terrenos e aterro dos pântanos, e indicando as regras essenciais que devem ser observadas na construção das habitações.

Tais são resumidamente as instruções que recebemos de V. Exa., e que temos envidado todos os nossos esforços por cumprir de maneira a satisfazer a elevada confiança que em nós depositou o Governo imperial, encarregando-nos de trabalho de tanta importância para esta capital”.

Na proposta de intervenção para a área central e antiga da cidade a Comissão procurou evitar a demolição de prédios importantes. Ao propor o alargamento de vias buscavam demolir o lado em que se encontravam imóveis de menor significado, principalmente os religiosos e públicos. Na abertura de novas vias, procediam de igual forma, escolhendo faixas livres para a intervenção. Apenas a Igreja de São Joaquim (aliás, em mau estado de conservação) seria demolida para alargamento da Rua de São Joaquim, atual Avenida Marechal Floriano (há pouco ainda conhecida como Rua Larga). Além da área central, o Plano abrangeu os bairros da Cidade Nova, São Cristóvão, Engenho

Velho (Tijuca) e Andaraí — na divisa com Vila Isabel, bairro projetado em 1872 pelo arquiteto Francisco Joaquim Bitencourt da Silva como jardim dotado de avenidas e ruas largas arborizadas, passeios generosos, praças e parque com função de jardim botânico e zoológico para o lazer público. Vila Isabel foi bairro projetado com sistema de transporte público oferecido pela Cia. Ferro Carril de Vila Isabel. Concretizava a concepção moderna de cidade que a Comissão desejava implementar em seu projeto.

As avenidas propostas no Plano tinham larguras de 50 m, destinando-se 18 m para a pista de rolamento e os passeios laterais com 11 m cada; as ruas teriam 25 m e 15 m de largura, segundo sua importância e hierarquia no tecido urbano. Pereira Passos e os demais membros da Comissão posicionaram-se claramente com sentido urbanístico, intervindo pontualmente na área central sem alterar substancialmente o tecido colonial-imperial, com ênfase no alargamento das ruas, razão por que não propuseram, de início, a posteriormente construída Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Localizaram as avenidas a serem abertas no centro em trechos que não afetavam prédios importantes.

Optaram por uma nova cidade na região do Estácio, São Cristóvão, Tijuca e Andaraí, por serem os bairros “que melhores condições oferecem para o desenvolvimento da cidade”. Defendendo o projeto, demonstram que aqueles bairros são os que “re-

clamam mais importantes melhoramentos” e “onde tais obras podem ser realizadas com menos dispêndios e menos dificuldades, por serem aqueles em que a propriedade tem relativamente menos valor e as construções não se acham tão unidas umas às outras, como acontece na parte mais antiga da cidade. Sua grande extensão em planície, apenas interrompida por poucos e insignificantes acidentes de terreno, permite dar às ruas que aí se abrirem toda a expansão necessária, e proporciona à população da cidade amplo espaço para edificação de casas rodeadas de jardins, que tanto convém à salubridade das habitações em nosso país. A circunstância mesma de achar-se aquela localidade rodeada de montanhas cobertas de vegetação, donde descem perenes mananciais de águas puras, muito concorrerá para amenizar o rigor da estação calmosa, e para a purificação do ar por tantas causas viciado em uma grande cidade”.

Com relação à região do mangue, a Comissão deu-lhe destaque por considerá-la “um foco permanente de infecções miasmáticas” e de aparência degradante pelo abandono em que se encontrava:

“Dois meios se oferecem para fazer desaparecer esse receptáculo de imundices, que constitui uma ameaça constante à população dos bairros mais próximos e é uma vergonha para a nossa capital: ou o aterro completo do canal que seria substituído por uma grande galeria coberta, destinada a receber as águas pluviais e servidas, que ali vão ter; ou o seu prolongamento até

o Andaraí e conclusão até o mar, combinados com a construção de esgotos laterais e desobstrução da parte existente do canal, de modo a converter-se em realidade o pensamento primitivo que aconselhou aquela grande obra”.

“A Comissão optou pela segunda proposta, prolongando o canal até perto da raiz da serra do Andaraí, onde recolherá a considerável massa de águas provenientes das montanhas circunvizinhas, e não aproveitadas para o abasteci-

mento da cidade, as quais, derramando-se atualmente em diferentes direções, formam rios de pouca correnteza e charcos em vários lugares.

Essas águas canalizadas convenientemente serão reunidas em uma grande bacia ou lago, do qual partirá o canal, que, mediante o emprego de comportas regulando a entrada e saída das águas do mar, poderá não só conservar-se limpo, mas também prestar-se a uma navegação cômoda, barata, e até de recreio em grande parte de sua extensão”.

A Comissão recusou a exigência da Câmara de Vereadores para que as fachadas dos prédios a serem construídos na cidade obedecessem a modelo preestabelecido; tal ocorria para praças e ruas principais, defendendo que cada um projete com a “liberdade de construir segundo seus gostos, seus hábitos e suas conveniências pessoais”. Em atitude conceitualmente nova, considera a Comissão que “o aspecto exterior de cada casa deve denunciar o fim a que é destinada ou a posição social dos que a habitam”. Pois, para ela, “a uniformidade na aparência seria prejudicial à beleza das construções e daria idéia falsa do seu interior. É conveniente a variedade, não somente no caráter e ornamentação dos prédios, mas



A portentosa construção com leões na fachada (ao alto) abrigou a Exposição. Augusto Malta captou a graça da Avenida Central.

ainda na sua largura e na altura dos andares, contanto que esta não se afaste dos limites prescritos a bem da solidez da edificação e da salubridade dos aposentos.

A variedade nas formas é uma conseqüência inevitável da variedade das necessidades”.

Com relação ao desenho urbano proposto, ruas e avenidas teriam “direções retilíneas tanto quanto o permitam os acidentes do terreno e as construções existentes, sem perder de vista as condições de beleza e as conveniências da circulação”. Em surpreendente concepção criativa e poética, a Comissão defende a liberdade da curva e da inflexão em um logradouro considerando que “extensas ruas em linha reta nem sempre produzem bom efeito, porque a uniformidade dá-lhes geralmente um aspecto monótono e triste, ou pelo menos fatiga a vista de quem as percorre. Algumas inflexões de alinhamento são necessárias para produzir variedade e mostrar os edifícios de sombra e de luz, que contribuem para realçar a beleza do panorama, oferecendo novos pontos de vista”.

Na parte que trata dos prédios residenciais e do esgotamento dessas casas e da cidade em geral o relatório nos traz inusitado manifesto arquitetônico que lembra as diatribes da arquitetura moderna que só aparecerão na última década do século XIX, em Enrique van de Velde, ao criticar a arquitetura que ocultava as “formas autênticas dos objetos”; na casa de Victor Horta de 1893, iniciando o movimento *art nouveau*, ou no manifesto de Adolfo Loos *Ornamento e Crime*. A Comissão defende ainda o desdobramento racional do interior das moradias, de modo a oferecer iluminação, ventilação e insolação natural adequadas ao uso e correto sistema de esgotamento sanitário:

“A principal causa da insalubridade das casas em nosso país reside no péssimo sistema de sua distribuição interna. Construídas geralmente por homens práticos sem instrução alguma profissional e sem a menor idéia das condições de conforto e de higiene, que devem presidir à disposição dos aposentos, são as nossas habitações desprovidas dos meios de ventilação e de renovação de ar nos quartos de dormir, e de muitos outros cômodos indispensáveis em uma residência.

Alheios às mais simples noções de estética e até muitas vezes aos mais insignificantes preceitos da arquitetura, esmeram-se os nossos mestres de obras em sobrecarregar as fachadas dos prédios com molduras e cimalhas sem sujeição, já não diremos, às regras da arte em que tanto primaram a Grécia e a antiga Roma, e que ainda hoje merece tanto cuidado nos países mais cultos, mas às leis mais simples da conveniência e da harmonia; intercalam ornamentos sem gosto, nem justiça nas proporções; distribuem irregularmente as aberturas dos edifícios, empregando nelas pesadas e dispendiosas ombreiras e vergas de cantaria mal lavrada, que às vezes são mais tarde pintadas ou caiadas; decoram as vidraças com vidros de cores variadas e mal combinadas, cujos efeitos são, além de prejudiciais, desagradáveis à vista; foram freqüentemente as paredes exteriores com azulejos que absorvem o calor solar e aquecem horrivelmente o interior das casas; fazem em fim, como essas, muitas despesas inúteis que além de darem às nossas ruas uma aparência sem arte e sem gosto, imprópria sem dúvida da nossa civilização, tornam-se ainda nocivas ao conforto do interior do lar. E, entretanto, descuidam-se dos arranjos mais essenciais à salubridade das habitações. Os quartos de dormir são em geral alcovas mal arejadas, que só recebem a luz do dia através de outros aposentos.

Nas cozinhas não há receptáculos apropriados de águas servidas, nem encanamentos para estas”.

A Comissão continua o relatório analisando e criticando a rede de esgoto da cidade, propondo outros sistemas para as fossas particulares e para a rede pública. Trata da questão do solo edificado, constatando que por sua umidade e baixo nível em relação à média das marés era responsável pela insalubridade da cidade. Impunha-se, então, que as construções tivessem rede de drenos abaixo do piso do térreo.

Quanto ao papel estético e higiênico da arborização, a equipe é vigorosa em sua defesa, pois “a plantação de árvores nas praças e ao longo dos passeios nas ruas, que tiverem largura suficiente para admiti-las, é uma necessidade indeclinável para o Rio de Janeiro”.

“A utilidade das árvores como abrigo contra a ação do sol, sua influência sobre a purificação do ar, e, mais que tudo, sua ação benéfica como meio de combater a insalubridade produzida pelas matérias orgânicas e a grande umidade do solo, são fatos incontestáveis que a comissão julga desnecessário encarecer.

(...) No solo úmido e poroso do Rio de Janeiro os vegetais devem ser, pois, considerados como poderosos agentes de desinfecção subterrânea, e tanto mais eficazes quanto mais suscetíveis de rápido desenvolvimento forem os indivíduos plantados, porque absorverão mais rapidamente as matérias alteráveis e salinas contidas no subsolo”.

Evidentemente, Pereira Passos fora nomeado prefeito para implementar o antigo projeto e seus respectivos conceitos urbanísticos, estéticos e funcionais, coerentes agora com as novas realidades política, econômica e ideológica das autoridades republicanas que lhe confiaram a tarefa, antes solicitada pelo imperador. Mas, além da alta qualificação técnica, Passos conhecia a urbe que administraria. A cidade transformada por ele no início do século XX é, em essência, a mesma que projetou em 1875.

O outro chefe de equipe, engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin, veio a governar a cidade do Rio pelo período de 23 de janeiro a 28 de julho de 1919. Era professor da Escola Politécnica, presidente do Clube de Engenharia e detentor de rico currículo de obras ferroviárias, de abastecimento d’água e de estradas. Em 1890 fundou firma particular denominada Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, logrando concessão para realizar obra de um novo porto para o Rio de Janeiro. Segundo a proposta, o novo cais deveria permitir a atracação de transatlânticos e com extensão a partir do Arsenal da Marinha, no sopé de São Bento, até a ponta do Caju. Participaram da elaboração do projeto da empresa de Paulo de Frontin engenheiros especialistas em portos e canais, como Alfredo Lisboa e Francisco Bicalho.

A firma, no entanto, entrou em crise financeira por não ter Frontin conseguido financiamento da obra. Nomeado diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, passou a concessão para o engenheiro Carlos Cesar de Oliveira Sampaio (prefeito de 08.06.1920 a 15.11.1922), que, por sua vez, vendeu-a à firma inglesa C. H. Walker & Cia, por fim contratada para realizar a obra do porto na gestão Pereira Passos.

O engenheiro Francisco de Paula Bicalho, que integrara a equipe de Paulo de Frontin, teve experiência urbanística e arquitetônica importante ao participar da construção final da cidade de Belo Horizonte. A cidade mineira fora projetada pelo engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis, com a colaboração de Hermillo Alves e do médico sanitário doutor Pires de Almeida, autor de vários tratados sobre higiene das habitações, atuante no Rio de Janeiro.



A construção do Palácio Monroe, em ritmo intenso, foi acompanhada com interesse pelo povo, que a admirava todos os dias.

SEDE DE INFORMAÇÃO,
SEDE DE CULTURA
E SEDE DE CIDADANIA.
ABI. HÁ 100 ANOS COM
SEDE DE DEMOCRACIA.

A Coca-Cola Brasil parabeniza a ABI pelos
100 anos de luta pela liberdade de imprensa.



Coca-Cola
BRASIL
Cada gota vale a pena



Sem dúvida, a cidade de Belo Horizonte – construída em tempo rápido, de março de 1894 a 12 de dezembro de 1897, data de sua inauguração – tornou-se arquétipo a ser seguido pelos republicanos dos demais Estados e, de resto, pela Nação. Não por acaso, na presidência do Marechal Deodoro da Fonseca (15.11.1889 a 23.11.1891), ficou constitucionalmente estabelecida a transferência da capital do Brasil para a Região Central. Lá, construiriam a nova cidade sem lembranças do Império que derrocaram.

Os mineiros adiantaram-se com o projeto ousado que rompia com a história colonial e imperial de Minas Gerais marcada pela setecentista Ouro Preto. A concepção urbanística da nova capital mineira era nova, baseava-se, principalmente, no *Traité d'Architecture* (publicado em 1860) do professor da Politécnica de Paris Léonce Reynaud, cujo livro era adotado nos cursos da Academia Militar, na Politécnica de Engenharia e na Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro. Aos princípios do *Traité* foram acrescentados os ideais da nova realidade política do País, o racionalismo dos positivistas republicanos, como podemos constatar no memorial do projeto de Aarão Reis:

“Foi organizada a planta da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana de 8.815.382 m², dividida em quarteirões de 120X120 m, pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar largura de 20 m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos da colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar à população. Apenas a uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada à ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50 m, para constituir-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia,



Foi nesse começo do século 20 que o Rio ganhou algumas de suas mais imponentes edificações, como a Biblioteca Nacional (ao alto), o Teatro Municipal (em primeiro plano) e o Museu Nacional de Belas-Artes (ao fundo), duas jóias arquitetônicas.

como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro será uma das mais apreciadas belezas da nova cidade. A zona suburbana, de 24.930.803m², – circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros, e é, por sua vez, envolvida por uma terceira zona de 17.474.619m², reservada aos sítios destinados à pequena lavoura”.

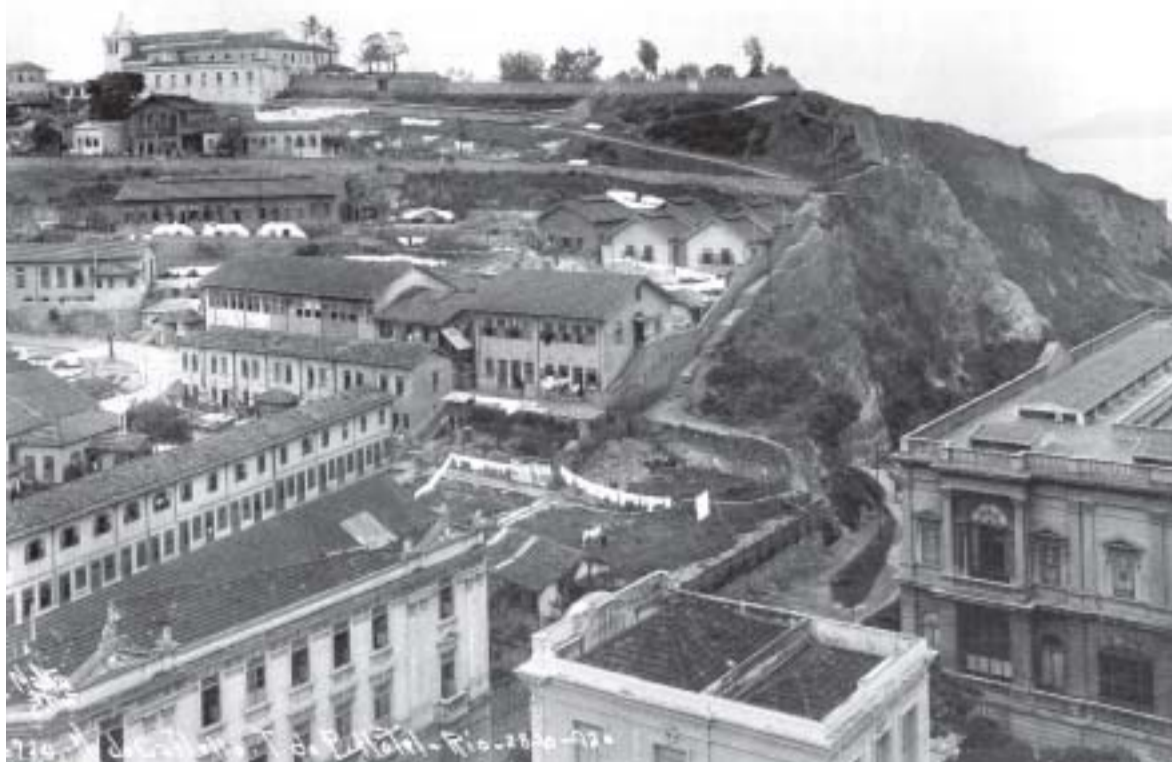
No Rio de Janeiro foi a equipe de Paulo de Frontin a responsável pela construção do porto, pela abertura das Avenidas Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e, a mais famosa delas, a Central, atual Rio Branco. Rasgar a Avenida custou-nos a de-

molição de 585 prédios, a indenização de 1.700 proprietários, elevado número de despejos e maior número e inquilinos postos no olho da rua e, mais emblemático, o início do desmonte do Morro do Castelo.

Na inauguração da Avenida Central, em seus postes foram afixadas cartelas contendo os nomes dos 25 engenheiros responsáveis por sua realização trazendo, em destaque, o do chefe da equipe, Paulo de Frontin, “glória da engenharia nacional”. Ele foi homenageado no ato com a execução do *Hino triunfal Avenida*, a ele dedicado pelo compositor João Couto de Magalhães Castro, contendo o seguinte estribilho:

Avante! Pioneiro veterano,
da ciência o perfil!
Tu és o arquiteto soberano
do novo Brasil!





Três registros da maior importância como documento da evolução urbana do Rio: o Morro do Castelo, as obras de sua demolição e, por fim, a terra arrasada. Nesse espaço surgiu a Esplanada do Castelo, onde a ABI ergueu sua sede entre 1936 e 1938.



O sucesso da Avenida foi tanto que a Companhia de Carruagens Fluminense instituiu comercialmente o “passeio na Avenida” com carros postados na Prainha (Praça Mauá) e na Rua do Passeio, destinado ao novo trajeto turístico.

Pereira Passos também foi homenageado, ainda que postumamente, através de um hino composto em seu louvor, cantado pelas crianças das escolas públicas:

Tem de um astro
O fulgor diamantino
O áureo nome que aqui
Brilha e luz
Lembra a rota
De um belo destino
Sob a guia e o olhar de Jesus...

Glória ao grande brasileiro
Que por milagre de amor
Fez do Rio de Janeiro
Um jardim encantador!²

Como já vimos, em 1908 foi criada a Associação Brasileira de Imprensa, quase dois anos após o término do mandato de Pereira Passos. Ano em que o País tinha novo Presidente, Afonso Pena (1906-1909), e o Estado do Rio de Janeiro era governado pelo doutor Alfredo Augusto Guimarães Backer (1906-1910).

Era então prefeito do Rio o engenheiro-arquiteto e Marechal Francisco Marcelino de Souza Aguiar (15.11.1906 a 24.07.1909), autor de três prédios ícones da cidade: o Palácio Monroe, pavilhão brasileiro na exposição internacional de Saint Louis, em 1904, e transferido para a então Avenida Central (demolido em 1976), a Biblioteca Nacional, na Avenida Rio Branco, e o Quartel Central do Corpo de Bombeiros, no Campo de Santana.

Souza Aguiar concluiu muitas das obras de seu antecessor, como o Mercado Municipal da Praça Quinze (demolido com a construção da Perimetral), o pavilhão Mourisco, em Botafogo (demolido) e o prédio sede da Prefeitura do Rio de Janeiro (demolido com a abertura da Presidente Vargas). Empenhou-se na conclusão do Teatro Municipal, iniciado em 1905, e inaugurado em 14 de julho de 1909.

O ano de nascimento da ABI ficou também marcado na História do Rio de Janeiro por ser o da Exposição Nacional, inaugurada em 11 de agosto de 1908. Evento de grandes proporções, localizado na região da Urca e da praia Vermelha, levou a administração pública a realizar, na área, obras que lhe aprimoraram os acessos e a infra-estrutura, para abrigar de modo condigno a Exposição.

A escolha da Urca para sediar a exposição teve profundo significado simbólico, pois naquele sítio, em 1º de março de 1565, Estácio de Sá fundou a cidade do Rio de Janeiro. O sonho do fundador e primeiro governador concretizava-se, afinal: criar uma cidade que orgulhasse o império português e viesse a ser destaque na América. Pois ela atingiu o *status* de capital do Brasil, a partir de 1763, tornou-se bela, culta e cosmopolita, consagrando-se importante centro político-econômico nacional e internacionalmente.

O cronista Charles Dunlop narrou o ambiente da Exposição logo após a inauguração (*Rio Antigo*, v. 2, p. 74):

“À noite, parecia que a cidade inteira havia se deslocado para a Praia Vermelha. A multidão era incalculável. Barcas da Cantareira, bondes, carros e automóveis ali despejavam, de instante a instante, ondas de povo.

No recinto da Exposição, os restaurantes, bares, diversões de toda a ordem estavam repletos. Por todas as alamedas e jardins, como no interior dos pavilhões,

* A partir de 0,9% a.m. para prazos de um a seis meses para depósitos de R\$55. Custo efetivo total anual para seis meses: 16,35%. Taxa de juro anual: 11,35%. Custo efetivo total anual para seis meses: 16,35%.

Na CAIXA o crédito consignado tem juros de menos de 1%* ao mês. Acredite.

A CAIXA tem tudo que você espera de um banco. E até aquilo que você não esperava. Faça um empréstimo consignado na CAIXA.

CAIXA. O banco que acredita nas pessoas.

Central de Atendimento CAIXA
0800 726 0101
0800 726 2492 (Para pessoas com deficiência auditiva)

Ouvidoria
0800 725 7474

CAIXA

viam-se milhares de pessoas num vaivém contínuo. Nos mastros dos pavilhões tremulavam flâmulas de cores variadas e a bandeira nacional.

O que mais impressionava, porém, era a iluminação. Havia mais luz e mais fulgor do que se fosse dia. A iluminação feérica foi, realmente, a grande nota sensacional da noite.

Às 10 horas começaram os fogos de artifícios. Dezenas de foguetes subiram de um jato, iniciando-se então a queima dos fogos de maravilhoso efeito. Durante uma hora foi uma sucessão de encantos intraduzíveis.

Causou também grande sucesso o cinematógrafo montado por Paschoal Segreto, que passou uma fita de vista geral da cidade do Rio de Janeiro, tirada do alto do Pão de Açúcar, pelo arrojado “operador-foto-cinematográfico” Emílio Guimarães”.

A cidade do Rio, segundo a estatística de 1906, possuía 1.943 logradouros, sendo 1.325 (68,23%) da categoria rua. A Zona Urbana da cidade estendia-se por imensa área que incorporava os extremos distritos da Gávea, Tijuca e Méier. Já a Zona Rural era formada pelos distritos de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz; além das ilhas de Paquetá, do Governador e outras menores.

O volume de prédios alcançara o montante de 84.375 unidades nas quais funcionavam 83.686 moradias. Habitavam esses imóveis 805.335 pessoas, morando, prioritariamente, na Zona Urbana do Município com a expressiva proporção de 77,22%.

“A nossa cidade é uma cidade de vielas e becos, onde nem circula o ar nem penetra a luz, a nossa habitação — é um túmulo de vivos!”

Na época, parcela da classe média baixa, de trabalhadores das fábricas (que lhes ofereciam moradias) e dos mais pobres ocupavam 7.212 casas, contidas em 805 avenidas (vilas) ou nas 4.563 precárias moradias existentes nas 443 estalagens (também chamadas de pardieiros, quartos, cortiços). A estatística não identificou o caso das famílias pobres apinhadas nos antigos casarões da cidade, depois chamados de casa de cômodos ou cortiços.

O transporte coletivo dos bondes alcançava quase toda a área urbana da cidade. Da Zona Sul estendia-se até a Gávea pelo Jardim Botânico, e a orla do Leme a Ipanema, enquanto na Zona Norte alcançava a Muda em um extremo e o Méier e Cachambi por outro. A Central do Brasil alcançava Santa Cruz, extremo da Zona Oeste do Município.

Na ABI, os diversos jornalistas a ela filiados travaram intensa polêmica sobre essas transformações: consideradas por uns perniciosas à cidade e sua população, como a equipe do *Malho*, e os entusiásticos defensores do Rio parisiense.

A CIDADE DOS POBRES

Voltando no tempo para a chegada da Corte no Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808, encontramos nos assentamentos dos livros de Décima Urbana — taxa provisória instituída pelo monarca nos momentos de crises do Império português, obrigando a todos, por um período preestabelecido, a pagar 10% sobre a renda de cada vassalo. A provisória taxa tornou-se o definitivo IPTU municipal e, desdobrada, no Imposto de Renda — calculado a partir do cadastramento pioneiro de todos os imóveis da área da cidade compreendida no interior do perímetro urbano e definido pela Câmara de Vereadores.

A importante documentação encontra-se guardada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro mas, inexplicavelmente, tem o acesso vedado aos pesquisadores!

Pela descrição dos imóveis, verificamos as moradias destinadas aos pobres: prédios precários, em quase ruína, pequenas casas térreas de porta e janela no máximo; os “quartos” (pequenas unidades, em geral de um único cômodo) construídos nos fundos dos quintais, às vezes até de sobrado em rua importante, com acesso por “corredor”, e os pardieiros, conjuntos de pequenas unidades geminadas, formando o chamado “lance” de mais de duas unidades. O padre Henrique João Leite, por exemplo, possuía 18 pardieiros alugados, na Rua das Marrecas. Foram também anotados os prédios velhos, térreos ou sobrados, situados na área decadente da “cidade velha” que abrangia o bairro da Misericórdia e o Morro do Castelo, cujo valor do aluguel era muito baixo.

Essas míseras habitações espalhadas pela cidade eram ocupadas pelos pobres (pessoas livres ou ex-escravos) que podiam pagar o pequeno aluguel. Os escravos viviam nos imundos cômodos fora do ambiente interno da moradia. Por vezes, à noite dormiam no chão da cozinha, em áreas de serviço ou outro qualquer canto permitido pelos senhores. Exceção para algumas escravas que, por cuidarem das crianças e adolescentes, dormiam nos quartos ou alcovas dos mesmos.

O Barão Georg Heinrich Von Löwenstern (1822), exímio desenhista, retratou o aqueduto da Cari-

oca mostrando vários dos seus vãos fechados com micromoradias. Podemos dizer, com muitas ressalvas, que nos Arcos da Carioca inicia-se a prática dos pobres, sem renda para pagar mesmo um pequeno aluguel, ocuparem os espaços “sem donos” e construir sem aprovação da Câmara dos Vereadores, como era exigido a todos os demais moradores da cidade.

No decorrer do século XIX, a construção ou reforma dos chamados cortiços passou a ser controlada em duas instâncias: pela Câmara de Vereadores, que analisava os projetos à luz das suas posturas, e pela *Junta Central de Higiene Pública*, vinculada ao Ministério dos Negócios do Império, constituída basicamente por médicos higienistas. Dentre os médicos destaca-se o doutor Pires de Almeida,³ autor de vários trabalhos sobre a higiene das habitações e formulador de posturas orientadoras das construções e reconstruções no Município Neutro (cidade do Rio).

Graças ao trabalho técnico e fiscalizador desses setores públicos os cortiços foram adquirindo o mínimo de habitabilidade para seus desvalidos moradores.

Os cortiços que não pudessem adaptar-se às posturas de higiene das habitações seriam demolidos, como foi o caso do famoso “Cabeça-de-porco”. Era então prefeito do Rio de Janeiro o médico Cândido Barata Ribeiro (17.12.1892 a 24.05.1893), que, em sua mensagem ao Conselho Municipal (Câmara de Vereadores), referiu-se à urbe carioca de forma muito crítica:

“A nossa cidade é uma cidade de vielas e becos, onde nem circula o ar nem penetra a luz; a nossa habitação — é um túmulo de vivos!

Todos os artificios da engenharia, a ação benéfica de

todos os desinfetantes, a função rigorosa e sistematizada da mais poderosa organização de higiene administrativa nulificam-se na casa, que não recebe ar e luz, benefícios dependentes imediatamente do alargamento e orientação da rua”.

Na manhã do dia 26 de janeiro de 1893, o “Cabeça-de-porco”, situado entre as atuais Ruas Barão de São Félix e Alfredo Dolabela Portela, foi cercado pela tropa enviada pelo prefeito, para iniciar sua demolição. A ação foi registrada pelo contemporâneo engenheiro e professor do Colégio Militar, Ferreira da Rosa, em termos dramáticos e laudatórios ao prefeito:

“Grande demonstração de força. Ordem de mudança imediata: só pode sair gente; entrar ninguém. Carroças à disposição. Sair! Sair!

Os teimosos, malfeitores que tantas vezes haviam ludibriado intimações, agora, diante de força armada, perdem a força de desobedecer; e vão saindo, com trastes, e mulheres e filhos; e cachorros, e galinhas; e muita raiva. Sobre cada casota despejada caem, logo, as picaretas. Calça, poeira, alarido. Povo apreciando. E fica a Estética, o Decoro, a Higiene: louvado seja o prefeito, doutor Cândido Barata Ribeiro — professor de pediatria médico-cirúrgica, exemplar de energia cívica!”

Um processo maligno, sob os olhos desatentos do poder, cresceu na surdina.

Expulsos das moradias precárias, parcela dos pobres e miseráveis, em grupos de numerosas famílias, sem alternativa outra, ocupou os velhos casarões e invadiu os morros cujos terrenos estavam desocupados. Na maioria, gente originária da bela e comovente Lei Áurea (13.05.1888), que não previa para os alforriados programas de assentamento, de geração de trabalho, de oferecimento de moradia, como ti-

veram os imigrantes das diversas colônias estrangeiras, experiência iniciada em 1820 com Nova Friburgo. Os imigrantes que ficaram na cidade do Rio e não obtiveram as tão sonhadas e prometidas oportunidades no Eldorado brasileiro passaram a oferecer sua força de trabalho a preço vil, concorrendo com a mão-de-obra local, agravando mais ainda a situação dos artífices locais, ex-escravos ou não. A crise da lavoura cafeeira fluminense expulsou muitos trabalhadores rurais para as cidades fluminenses e, principalmente, para a cidade do Rio. À leva de desassistidos somaram-se os mutilados combatentes da Guerra do Paraguai e de Canudos e os endêmicos filhos de pobres que perpetuavam a miséria familiar. Esses desvalidos ocuparam inicialmente o Morro da Providência (que passou a se chamar de Morro da Favela), em área longe dos olhares críticos de quem morava ou transitava pelas ruas do centro da cidade.

A favelização espalhou-se também pelo Morro de Santo Antônio, no ângulo da área central, passando a incomodar a todos por escancarar o problema da falta de habitação digna preconizada pelas posturas municipais. Outros morros mais afastados da zona urbana, em pouco tempo, viram-se também ocupados. As autoridades públicas municipais fecharam os olhos para aqueles núcleos irregulares sem oferecer solução alternativa para a moradia dessa gente pobre.

A formação da favela do Morro do Telégrafo, que é hoje englobado ao da Mangueira, é ilustrativa da ausência de políticas públicas capazes de produzir renda, gerar trabalho e de, sobretudo, planejar a cidade para que ela sirva a todos, pobres e ricos.

O prefeito Souza Aguiar houve por bem concluir o projeto paisagístico de Auguste François-Marie

Glaziou (1868) para a Quinta da Boa Vista, onde, a partir de 1892, já funcionava o Museu Nacional. A obra exigiu demolir cerca de 150 casas. Eram elas habitadas por famílias de soldados e cabos do quartel do Exército vizinho da Quinta, de ex-combatentes da Guerra do Paraguai e de modestos extralanhadores do Palácio da Quinta, que com a permissão de Dom Pedro II lá residiam. É fácil imaginar o que resultou da remoção.

Em 22 de abril de 1910, o ministro Esmeraldino Olympio Torres Bandeira, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dirigiu-se ao prefeito do Rio solicitando providências quanto à favela que estava se formando no morro, perto da estação da Mangueira:

“Segundo me informa a Diretoria Geral de Saúde Pública, há uns trinta dias que abusivamente, sem formalidade alguma legal, se estão construindo no Morro dos Telégrafos, a poucos metros das estações da Mangueira e de São Francisco Xavier, casebres cobertos de zinco, cafuas de tábuas de caixões velhos, com cobertura de sapê, que nada invejam aos que nos Morros da Favela [Providência] e de Santo Antônio se encontram.

As estações supra referidas têm nas suas proximidades ruas magníficas, calçadas e iluminadas a gás, que ostentam prédios modernos, higiênicos e construídos de acordo com as últimas posturas municipais.

Esses prédios muito em breve irão sofrer as consequências funestas dos casebres ora em construção, visto como o Morro dos Telégrafos não é abastecido de água, nem é provido de esgoto.

pela Rua Visconde de Niterói, pequenos barracões. Tendo sido os suplicantes intimados pelo Sr. agente da Prefeitura do 17º Distrito, Engenho Novo, para pagamentos de emolumentos, venho nestes termos pedir a V. Exa. que por equidade lhes sejam dispensados de tais emolumentos porquanto os suplicantes vivem na mais pobreza e tem a seu favor as disposições do aviso de 18 de agosto de 1891, regulamento de 1º de março de 1888 e aviso de 25 de setembro de 1862”.

Um engenheiro da Câmara foi ao local e registrou que os barracos existentes no Morro da Mangueira eram “todos térreos, toscos, em forma de chalé, alguns assoalhados, repousando os soalhos sobre o solo, outros não”. Informa que alguns deles só possuíam um único cômodo, outros subdivididos em quarto e sala. Conclui o relatório refletindo sobre a realidade daqueles pobres: “tais são as habitações que a pobreza na premente necessidade de resguardar-se das intempéries pode construir de acordo com a estreiteza de suas economias”.⁶

O processo arrastou-se pelas mesas dos que dariam despachos, pelo tempo suficiente de mudança do prefeito e tudo continuar como dantes. Quando da elaboração do projeto de prolongamento da Avenida Suburbana, ligando-a à Rua Ana Néri, foi dado despacho no processo, em 31 de agosto de 1912, acusando a existência de “barracões imundos” no Morro do Telégrafo e que seria a segunda favela, “com grave prejuízo dos moradores e proprietários”. Outro despacho registra que

Foram excepcionalmente geradores de desabrigados o desmonte do Morro do Senado, de parte do Morro de Santo Antônio e, o mais drástico, o arrasamento do Morro do Castelo. Este, o ápice da contradição esquizofrênica do poder público: destruir o núcleo original da cidade do Rio de Janeiro, para comemorar a Independência do Brasil!

É verdade, seguindo a teoria de alguns sanitaristas desde o século XVIII, que o morro interrompia a ventilação da cidade, tese contraditada pelo físico-mor do Reino Manoel Vieira da Silva, que veio com a Corte, em 1808, ao apreciar a proposta de arrasamento do Morro do Castelo apresentada pela Câmara de Vereadores de então.⁷

Demoliram o morro do Castelo e, com ele, o marco da fundação da cidade. O objetivo ostensivo era criar ampla esplanada que, em primeira instância, acolhesse a Exposição Internacional do Centenário da Independência e, posteriormente, ofertasse terrenos para empreendimentos imobiliários!

É fácil inferir que, além das obras feitas na cidade sem a preocupação social com a moradia, a convivência e omissão do poder público, em todos os níveis, a má distribuição de renda e a discriminação aos pobres são os alimentadores permanentes do surgimento e crescimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro.

As cidades, porém, são produzidas por sonhos urbanísticos, interesses comerciais e eivadas de contradições. Na mesma esplanada aberta, assentaram-se inúmeras construções importantes. Nela

A cada grande reforma da cidade para torná-la higiênica, moderna e adequada ao mundo contemporâneo dos grandes negócios correspondem problemas de assentamentos.

Procurado o agente da Prefeitura no 17º Distrito, a fim de coibir o abuso das construções dos casebres em questão, alegou ele nada poder fazer, visto como havia recebido ordens vossas [prefeito Inocêncio Serzedelo Correia - 24.07.1909 a 15.11.1910] para que não embarcasse tais construções, pois as pessoas que nelas buscaram habitação vinham do Morro de Santo Antônio, cujo saneamento era indispensável: o que não se me afigura justo, porquanto esta capital tem distritos rurais, onde há liberdade de edificação e para onde deveria ir essa gente que se diz balda de meios para pagar os aluguéis de casa.

Rogo, portanto, vos dignéis de expedir ordens no sentido de ser proibido o levantamento de casebres no Morro dos Telégrafos, bem como em outros pontos da cidade, atendendo-se à constante ameaça que, para a saúde pública, constituem essas edificações.

Saúde e Fraternidade⁵. “

O ofício do ministro gerou o maior corre-corre na Prefeitura, em busca de atendê-lo. Ameaçados de expulsão, os ocupantes dos barracos peticionaram ao prefeito, em 19 de maio do mesmo ano, solicitando clemência e a permanência no morro. Assinaram o documento 12 moradores: Antônio Augusto da Cunha e Silva, Cândido Carneiro de Souza, Cândido Tomás da Silva, Ernesto Silva, Félix Felipe de Albuquerque, Guilherme Gonçalves de Sá, Hugo de Paula Macário, João Carneiro de Souza, João Pires, Joaquim Barbosa de Souza, Rafael S. Cardoso e Vital Ribeiro da Silva:

“Os abaixo assinados que eram moradores na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, e cujas habitações foram demolidas por ordem de V. Exa. para construção do Parque, tangidas pela necessidade para o abrigo de suas famílias, construíram no morro alto, com entrada

a favela “pouco a pouco” aumentara, de modo a haver, naquele momento, “grande número de casinhas de madeira” naquela área. Segundo o autor, a tendência era o crescimento da favela no Morro da Mangueira, vez que nada era feito para acabar a favela do Morro de Santo Antônio, no centro da cidade, onde existiam em maior quantidade os ditos barracões. Muito menos, num morro distante do centro.

Para ele, o problema só seria resolvido com “edificação de casas para operários [título para as hoje chamadas casas populares ou habitações sociais], em quantidade suficiente” para “limpar a zona citada, do contrário será uma simples mudança de um para outro morro”.

A reforma de Pereira Passos gerou outra leva de sem-teto, gente pobre que morava em cortiços, casas-de-cômodos ou em prédios quase em ruínas, demolidos nas aberturas das avenidas e alargamentos de ruas. Os proprietários destes imóveis foram indenizados mas seus inquilinos ou ocupantes não o foram.

Assim, a cada grande reforma da cidade para torná-la higiênica, moderna e adequada ao mundo contemporâneo dos grandes negócios correspondem problemas de assentamentos. Mesmo obras pontuais importantes para a cidade, como a criação de parques, praças, aberturas de túneis, abertura de novos logradouros, por não contarem com alternativas para o assentamento da população removida, geram milhares e milhares de desabrigados e sem outro caminho a não ser ocuparem as consagradas favelas, adensarem áreas de risco como as margens dos cursos d’água, as encostas íngremes e desestabilizadas, as margens das ferrovias etc.

espraiou-se a proposta do urbanista francês Alfred H. D. Agache (1928), com suas acolhedoras galerias para a circulação dos pedestres.

Mais uma vez a ABI, com seu propósito inovador e libertário, contribuiu para a cidade do Rio de Janeiro ao construir sua nova sede com projeto arrojado da pioneira arquitetura moderna carioca, realizado pelos arquitetos Marcelo e Milton Roberto. O edifício-sede da ABI, construído em três anos (1936-1939) é, de fato, o primeiro prédio de grande porte na linguagem da arquitetura moderna na cidade do Rio de Janeiro.

Evidentemente, por ser a Associação Brasileira de Imprensa — além da tradição democrática e renovadora — entidade de caráter nacional e internacional, ao adotar a mais arrojada linguagem arquitetônica da época para sua sede, deu o importante aval para que todos aceitassem e apreciassem a nova arquitetura e o ideário estético-técnico modernista.

¹ COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Primeiro relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

² Informação gentilmente oferecida pela amiga Cloris Augusta Oliveira Silva.

³ ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Higiene das Habitações: parecer sobre as posturas de construções e reconstruções no Município Neutro*. Rio de Janeiro: LOMBAERT, 1886.

⁴ ROSA, Ferreira da. Arquivo do Distrito Federal: Revista de documentos para a história da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal: Departamento de História e Documentação, 1951.

⁵ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 25 – 3 – 33.

⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 33 – 2 – 10.

⁷ SILVA, Manoel Vieira da. *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808.

Nireu Cavalcanti, arquiteto, é professor do Curso de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

Parabéns, ABI.

São 100 anos
de luta para que
a liberdade não
faça parte dos seus
sonhos, mas do
seu dia-a-dia.

Homenagem do Santander ao centenário da ABI – Associação Brasileira de Imprensa.



www.santander.com.br

O BANCO INTERNACIONAL COM MAIS AGÊNCIAS NO MUNDO



A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX NO BRASIL

A República apresentava-se como o novo, o civilizador, a modernidade. A monarquia era identificada como expressão de um estágio atrasado da evolução. Estavam em confronto duas interpretações do Brasil.

POR LUCIA LIPPI OLIVEIRA

O Império criou a imagem da monarquia como responsável pela unidade e estabilidade do País. Diante disto como definir a “cara” da República? Era preciso identificar o Império com o atraso, o imobilismo, a continuidade da Casa de Bragança. Era preciso mostrar que a modernidade e o progresso estavam do lado da República.

COMO INTERPRETAR O PASSADO?

No início do período republicano assiste-se, assim, à luta entre duas grandes interpretações do Brasil, dois modelos de identidade nacional. Um que propõe sanear, higienizar, educar, civilizar, ou seja, romper com o passado, e outro que acredita na excelência das nossas tradições, oriundas da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica, e entende a nacionalidade como defesa e valorização do singular.

Novas idéias chegavam ao País no fim do século XIX e orientavam os que pretendiam a mudança. Entre as novas teorias foi marcante a presença do positivismo. Os positivistas condenavam a monarquia porque esta representava um estágio – teológico, metafísico – atrasado da evolução. Os jovens militares e oficiais superiores que proclamaram a República beberam as idéias positivistas na Escola Militar.

Quando o novo regime foi implantado por uma ação militar, a República ainda não tinha legitimidade simbólica. E era preciso construí-la. As figuras que participaram diretamente da proclamação da República – Floriano Peixoto, Benjamin Constant – dividiam mais do que uniam. Nesse contexto, foram os positivistas ortodoxos os maiores articuladores de símbolos para a jovem República, entre

eles a bandeira e o seu dístico *Ordem e progresso*.

Assistiu-se então, como nos diz o historiador José Murilo de Carvalho, a uma disputa entre heróis da História brasileira que pudessem ser reverenciados pela República. De um lado, Tiradentes e a Inconfidência de 1789, de outro, Frei Caneca e a Confederação do Equador de 1824. Cada um deles representava uma parte do passado brasileiro e enfrentava seus opositores: a historiografia do Império tinha dificuldades com Tiradentes, a da República tinha dificuldades com o clero.

No embate entre diversos candidatos a herói, Tiradentes acaba vitorioso e passa a receber a glória

sentimento de identidade à nação tem a ver com a escolha das datas a serem comemoradas. Assim, 21 de abril, data da morte de Tiradentes, foi estabelecido em 1890 como feriado nacional pelo governo republicano.

A MODERNIZAÇÃO POSSÍVEL

Ao lado dos heróis, novas figuras entram em cena nas décadas finais do século XIX. São os “missionários do progresso”, homens de ciência que querem salvar a nação. São médicos e engenheiros que ultrapassam seus campos de saber para discutir os rumos do País.

Entre os “missionários do progresso” vamos destacar os engenheiros. Eles são vistos como portadores de um saber objetivo, oposto ao saber livresco baseado na retórica, característico dos bacharéis. Influenciados pelo positivismo, consideravam-se eles próprios responsáveis pela direção e encaminhamento das reformas necessárias ao progresso e à civilização do País. Se o mundo social era organizado segundo leis similares às do mundo físico e natural, cabia uma intervenção pragmática na realidade. Assim, o engenheiro passou a simbolizar o homem de ação, capaz de produzir o progresso – a grande meta a ser alcançada na marcha linear e ascendente dos povos.

O Clube de Engenharia, criado em 1880, oferece espaço para que os engenheiros discutam e apresentem propostas de transformação do espaço urbano. Dois projetos marcantes do início da República, a construção da nova capital para Minas Gerais e a reforma da capital federal, tiveram como principais responsáveis os engenheiros Aarão Reis e Francisco Pereira Passos.



devida. Vai ter sua representação construída como a de um mártir, e sua imagem ganha traços que o identificam com Cristo, como na tela pintada em 1890 pelo pintor positivista Décio Villares. Assim, de herói republicano radical ele passa a herói cívico-religioso.

Uma outra forma de construir uma legitimidade simbólica para a República e conferir um

CONSTRUÇÃO DE BELO HORIZONTE

No regime monárquico, durante o século XIX, o poder central indicava os presidentes de província e trocava esses “funcionários” constantemente, fazendo o tempo de permanência na direção dos governos ser muito reduzido. Dizia-se mesmo que os governos provinciais eram acéfalos. A esperança era que com a República isto fosse sanado, o que, por outro lado, acabou dando força ao federalismo, aos partidos políticos estaduais, à “política dos governadores”, que viriam a ser marcas da política na Primeira República.

A República torna a Inconfidência Mineira o movimento emblemático e oficial para os brasileiros e, em especial, para os políticos mineiros. Para estes, a nova capital mineira foi pensada como um centro de integração das diferentes regiões do Estado de Minas. Deveria manter a integridade de Minas e seria a garantia de que o Governo teria direção. Seria também o primeiro símbolo da civilização e do progresso que a República desejava implantar no País, vencendo a decadência e a estagnação que seriam marcas do Império. A cidade de Belo Horizonte, construída entre 1894 e 1897 para ser a nova capital de Minas Gerais, deveria ser cosmopolita e racional, e contrastar com a antiga capital, Ouro Preto, expressão do passado colonial, imperial, rural e arcaico. Desenhada na prancheta de seus planejadores, foi construída em quatro anos no lugar onde antes existia o povoado de Curral d’El Rei e apresentada como prova de que era possível dar um salto no tempo.

Há nesta decisão um duplo movimento. De um lado, era preciso consagrar a tradição representada por Ouro Preto, berço do movimento libertário da Inconfidência Mineira. Este solo sagrado, berço dos mártires e precursores da independência e da idéia republicana no Brasil, deveria se tornar um santuário. De outro lado, era urgente criar o futuro, o espaço do homem novo, americano. Ouro Preto e Belo Horizonte são assim as duas faces de uma mesma moeda.

Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora, apoiado nas experiências de construção de novas cidades e de reformas urbanas em curso na Europa, planejou uma cidade com água encanada, iluminação elétrica e transporte ferroviário. Positivista, formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi convidado pelo presidente do Estado, Afonso Pena, para planejar a cidade, e o fez em seus mínimos detalhes. A zona urbana recebeu um traçado de tabuleiro; o tamanho e a largura de ruas, quarteirões e praças foram definidos na planta. Avenidas longas e largas cruzavam em diagonal os pontos extremos da cidade. O centro foi valorizado com serviços modernos de saneamento e iluminação.

Belo Horizonte recebeu ao longo dos anos avaliações diversas e foi objeto de reurbanização durante o Estado Novo, no período em que Juscelino Kubitschek era prefeito (1940-1945). Ali nasceu a aliança entre política e arquitetura que da-

ria frutos com a construção de Brasília, a nova capital do País inaugurada em 21 de abril de 1960, feriado nacional que lembra Tiradentes.

REFORMA URBANA DO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro aparecia na virada do século XIX para o XX como uma cidade atrasada, insalubre, viciada, perigosa. Para se contrapor a isto era preciso construir nova imagem da cidade, e sua reforma deveria se tornar um marco do renascimento da

identidade nacional. Era necessário fazer a cidade superar a imagem vexatória aos olhos das nações civilizadas. Assim, a remodelação urbana – saneamento do litoral, abastecimento de água, esgoto, drenagem, ventilação, limpeza, embelezamento – deve ser entendida como forma de romper com o passado.

Rodrigues Alves, com seu Governo de consolidação do regime republicano, nomeia em 1902 Francisco Pereira Passos prefeito do Distrito Federal. Pereira Passos estudou engenharia em Paris e acompanhou a remodelação lá realizada entre 1863 e 1870 pelo Barão George-Eugène Haussman. Tinha longa participação em projetos para a cidade discutidos anteriormente no âmbito do Clube de Engenharia.

A remodelação planejada em 1902 desejava modernizar o porto, tornando-o capaz de receber grandes navios e escoar a produção; criar uma avenida ampla e arejada que ligasse o porto às demais áreas; sanear, iluminar e abastecer de água a cidade. Para tanto foi constituída uma Comissão Construtora da Avenida Central, tendo como chefe Paulo de Frontin, outro grande engenheiro do Clube de Engenharia. Esta Comissão projetou a avenida, a desapropriação e o reloteamento das áreas, a demolição dos prédios, o desmonte de parte dos morros do Castelo e de São Bento além de fiscalizar os projetos dos novos edifícios a serem construídos.

A demolição de cerca de 600 prédios foi realizada em sete meses. A indenização aos proprietários dos prédios a serem demolidos foi motivo de inúmeros conflitos. Os inquilinos que ocupavam as casas de cômodo e cortiços derubados ficaram desabrigados e foram para os subúrbios, ou foram morar nos morros próximos ao centro. O “bota-abaixo”, como ficou conhecida a atuação do Governo municipal, foi o contexto social no qual teve lugar a Revolta da Vacina em 1904, tendo como estopim a lei da vacina obrigatória.

Foram construídos na Avenida Central o Teatro Municipal, seguindo o modelo da Ópera de Paris, e mais 119 prédios. As novas construções na Avenida foram resultado de um concurso de fachadas que acabou misturando diferentes estilos arquitetônicos. Essa transformação contou com Augusto Malta, fotógrafo contratado pela municipalidade, para registrar todo o processo, o que faz o Rio de Janeiro dispor de um impressionante acervo de imagens de sua evolução urbana.

A avaliação desse processo de remodelação da cidade, entretanto, não é tranqüila. Para os que criticam a cópia de diferentes estilos, o início do século XX é o triunfo do mau gosto e da extravagância, o tempo do “carnaval arquitetônico”. Essa mistura de estilos foi batizada com um nome que englobava a todos: era o estilo eclético, característico da jovem República brasileira.



Cartões postais garimpados pela Professora Lúcia Lippi Oliveira em feiras de antiguidades, todos enaltecendo a Exposição Nacional de 1908, grande orgulho da cidade.



O projeto de civilidade implementado pelas elites na capital ganhava ares afrancesados e divergia da sociedade que também existia no centro da cidade, considerada muito mais próxima de uma cidade oriental. A cidade aparece então dividida entre um mundanismo cosmopolita e antigos padrões que ainda persistiam e persistem nas diversas áreas urbanas.

O projeto de melhoramento da cidade que teve como expoente a Avenida Central ficou sendo o modelo do que se deveria considerar “bom gosto”, sintetizou o esforço para modificar os hábitos atrasados, enfim, introduziu a capital na chamada *belle époque*, como era divulgado pelas revistas da época. O cosmopolitismo da *belle époque* permitiu também o crescimento do campo do jornalismo, o que garantiu aos intelectuais o primeiro espaço onde puderam viver independentemente das prebendas do Estado. Figura exemplar dessa situação é Olavo Bilac, que se destaca no jornalismo e na poesia, escreve para a revista *Kosmos*, e tem presença assídua nos jornais diários da cidade. *Kosmos* e *Revista da Semana* foram os principais órgãos de divulgação do novo tipo de sociedade desejada, de um projeto de europeização para a capital da República. “O Rio civiliza-se”, frase célebre da época, condensa o esforço para iluminar as vielas escuras e esburacadas, controlar as epidemias, destruir os cortiços, afastar os pobres do centro da cidade.

Este período de grandes transformações aparece documentado nos escritos de João do Rio e de Lima Barreto, que falam da cidade que surge e da cidade que está desaparecendo.

AS COMEMORAÇÕES E O UFANISMO

No início do período republicano, como já dissemos, assiste-se à luta entre duas grandes interpretações do Brasil, a que quer romper com o passado e a que avalia positivamente o passado colonial e imperial.

Essas duas versões se enfrentaram nas comemorações do 4º Centenário do Descobrimento, em 1900. O vestígio dessa comemoração está registrado no chamado *Livro do Centenário*. Fez-se um balanço do passado e do progresso brasileiros. Coelho Neto escreveu sobre as Belas Artes, José Veríssimo sobre Instrução e Imprensa, Sílvio Romero sobre Literatura. Olavo Bilac compôs uma Cantata exaltando a beleza da terra.

Outro vestígio dessa festa é o Monumento a Cabral esculpido por Rodolfo Bernardelli, que ainda existe no bairro da Glória, no Rio de Janeiro. O monumento traz, além da figura de Cabral, as de Frei Henrique e a de Pero Vaz de Caminha.

Entre as revisões produzidas por ocasião do 4º Centenário está a publicação do livro *Porque me ufano do meu país*, de Afonso Celso. Monarquista, Afonso Celso relê a História do Brasil tomando como pano de fundo para a identidade nacional a geografia, a natureza. Este livro inaugura o que ficou conhecido como “ufanismo”, pensamento marcado pela atualização da versão da terra como natureza paradisíaca, pelo sentimento de orgulho pelo País, pelo sentimento de superioridade relacionado a natureza. Procede também à defesa da herança ibérica, da tradição católica, do mestiço e do homem brasileiro, ou seja, é a expressão de um pensamento conservador que valoriza hierarquia, tradição, costume.

O ufanismo, em suas formas de ver e interpretar a nação, deitou raízes na cultura brasileira e se fez presente em inúmeras construções simbólicas que pretenderam marcar a identidade naci-

onal. O ufanismo valorizou o português e combateu o antilusitanismo que se fazia presente no início da República.

Em 1900, os conflitos mais dramáticos da primeira década republicana já estavam sanados. Ainda permaneceu a questão do Acre, que desencadeou uma guerra com a Bolívia. Este território, graças ao valor da exportação da borracha, despertava interesses de várias nações e foi objeto da atenção do Barão do Rio Branco quando este assumiu o Ministério de Relações Exteriores em 1902.

Foi grande a importância da atuação do Barão do Rio Branco para definir e acertar as fronteiras

a consulta às memórias de viajantes e de cartógrafos que fundamentou seus argumentos a favor do Brasil nas negociações de fronteira. Monarquista convicto, Rio Branco aceitou servir ao Brasil em nome de manter o País unido, íntegro, forte e respeitado. Estabeleceu o princípio de que o Itamaraty representa os interesses da nação brasileira, e não os dos governos. A participação de ilustres monarquistas no Governo republicano a partir de Rodrigues Alves foi sinalizada pela crítica, que passou a chamar aquele período de “República dos Conselheiros”.

A atuação do Barão do Rio Branco no Itamaraty e a reforma urbana no Rio de Janeiro se juntaram simbolicamente. A Avenida Central, inaugurada em 1905, passou a se chamar Avenida Rio Branco após a morte do Barão em 1912, em homenagem aos inúmeros serviços que prestou à República e ao País.

Para além das questões de fronteira, o território nacional demandava informação e efetiva ocupação. E mais, os cidadãos da República precisavam conhecer o País para amá-lo. Era preciso implementar a “educação cívica”, e os compêndios para o ensino escolar e as publicações para ampla divulgação preenchiam esta necessidade.

Uma destas publicações, que preencheu o papel de “pedagogia da nacionalidade”, como diz a historiadora Eliana de Freitas Dutra, foi o *Almanaque Brasileiro Garnier*, editado de 1903 a 1914. Sob a direção de João Ribeiro (professor do Colégio Pedro II) e de Ramiz Galvão (nome do IHGB e figura central nas comemorações do 4º Centenário do Descobrimento em 1900), o *Almanaque* foi capaz de atrair diversos intelectuais e divulgar para o grande público feitos passados e sonhos futuros da jovem República.

Em 1908 inaugurou-se a Exposição Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos no Brasil, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Os pavilhões desta exposição podem ser citados como exemplo significativo do estilo de arquitetura eclética. A exposição vai acontecer numa época de crescimento e de estabilidade, depois da fase de estagnação e de crises diversas. A estabilidade é atribuída ao preço do café no mercado internacional, e o crescimento, aos recursos advindos da exportação da borracha. Chegam capitais e mão-de-obra do exterior.

A Exposição falava do passado e do futuro. A Abertura dos Portos foi apresentada como uma certidão da independência econômica do País, obtida mesmo antes da independência política de 1822. Mostrava o que o Brasil já tinha alcançado em 100 anos e o que deveria alcançar em termos de progresso futuro. Durante três meses os pavilhões estaduais e as quatro seções — agricultura, indústria pastoril, indústrias e artes liberais — exibiram seus feitos. Além disso, a exposição oferecia atividades esportivas e festivas como montanha russa, tiro ao alvo, patinação, passeio de balão e queima de fogos.

As revistas *O Malho* e *Careta* são ricas em notícias e reportagens sobre o evento. O visitante poderia também comprar cartões-postais da Exposição, como as imagens aqui mostradas.

Comemorar quer dizer lembrar junto. E para isto ser possível é necessário que a história e a memória sejam acionadas, tornando eventos, autores e conflitos conhecidos e reconhecidos pelas novas gerações.



“O Rio civiliza-se”, frase célebre da época, condensa o esforço para iluminar as vielas escuras e esburacadas, controlar as epidemias, destruir os cortiços, afastar os pobres do centro da cidade.

políticas da República. À frente do Itamaraty de 1902 a 1912, Rio Branco participou, entre outras causas, das negociações que culminaram na aquisição do Acre pelo Tratado de Petrópolis (1903), pelo qual o Brasil avançou por territórios ocupados por seringueiros brasileiros. O nome da capital do antigo território do Acre, Rio Branco, sinaliza a homenagem ao seu principal artífice.

Rio Branco se dedicou desde cedo a colecionar documentos e mapas, foi membro do IHGB. E foi

Este texto integra o capítulo 3 do livro *Cultura e Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro, FGV, 2008. Reproduzido com autorização da autora.

As regras sobre tarifas mudaram. Isso é bom para você e para o sistema de livre concorrência.

Entraram em vigor as novas regras de cobrança dos serviços bancários.

Todos ganham com uma concorrência ainda mais livre e transparente.

Você vai poder comparar mais claramente os serviços de cada banco

de acordo com os benefícios que recebe e as tarifas que paga por eles.

Consulte. Informe-se. Um consumidor esclarecido é essencial para

um mercado melhor e mais justo.

Acesse www.febraban-star.org.br e saiba mais.

Um sistema financeiro saudável, ético e eficiente é condição
essencial para o desenvolvimento econômico e social do país.

FEBRABAN

www.febraban-star.org.br



A REPÚBLICA BRASILEIRA E A QUESTÃO SOCIAL

A Constituinte de 1891 nada avançou em direito social em relação à Carta do Império de 1824. No meio social em que Gustavo de Lacerda fundou a ABI, os operários só tinham dois arrimos, segundo um deputado: a Santa Casa e a Cadeia.

POR EVARISTO DE MORAES FILHO

ESPECIAL PARA O JORNAL DA ABI

1. Desde a descoberta até a abolição da escravidão a economia brasileira repousou sempre no trabalho servil. Até 1888, cabia-nos com absoluta propriedade o repetido refrão de que “o Brasil é um país essencialmente agrícola”. Escreveu a respeito Sérgio Buarque de Holanda:

“Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora das cidades. Esse fato é do mais vivo interesse para quem queira compreender um estado de coisas que em seus aspectos essenciais prevaleceu até o final da monarquia ou, mais precisamente, até a abolição da escravidão. 1888 é o marco divisório entre duas épocas – o instante talvez mais decisivo em toda a nossa evolução de povo. A partir desse momento, a vida brasileira desloca-se nitidamente de um pólo a outro. Com a transição para a “urbanocracia”, que só de então em diante se impõe completamente. Entretanto para o Brasil a data de 1888 tem uma transcendência singular e incomparável. Durante os primeiros anos da Colônia, toda a vida do País concentrava-se decididamente num domínio rural; a cidade era virtualmente, se não de fato, uma simples dependência deste. Com algum exagero poderíamos dizer que essa situação não mudou até o penúltimo decênio do século passado. (*Raízes do Brasil*, Rio, 1936, pág. 43/44).

2. Com a abolição da escravidão e a proclamação da República, começou a mudar o quadro econômico como igualmente a mentalidade dos homens do Governo. O novo regime era liberal; contudo, pelo Decreto nº 213, de 22 de fevereiro de 1890, foram revogados todos os diplomas legais do tempo do Império relativos a serviços agrícolas e de colonos. Da matéria que nos interessa, praticamente em nada se adiantou a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 à Carta do Império de 1824. Limitou-se unicamente a proclamar, de modo geral, a garantia do direito de associação e reunião a todos os cidadãos (art. 72, parágrafo 8º) e livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial (art. 72, parágrafo 24).

A 17 de janeiro de 1891, baixou o Chefe de Governo o Decreto nº 1.313, estabelecendo pro-



JORNALISTAS DE MARC FERREZ

vidências para regular o trabalho de menores de menos de 12 anos, salvo a título de aprendizado, nas fábricas de tecidos, aos que achavam compreendidos entre aquela idade e a de 8 completos.

Em 1893, pela Lei nº 173, de 10 de setembro, regulou-se a organização das associações fundadas para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio. Tratava-se de regulamentação, por lei ordinária, do disposto no art. 72 da Constituição.

Pela nossa tradição rural, contrariando todos os demais exemplos da História começamos a legislar sobre o fenômeno associativo por onde os outros povos terminariam: pelo trabalho rural... O primeiro exemplo foi a Lei nº 979, de 6 de janeiro de 1903: facultou-se aos profissionais de agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa de suas terras. Tinha-se mais em vista um objetivo econômico, servindo as associações de intermediárias de crédito, do que propriamente cuidar de interesses profissionais.

Vários foram os projetos apresentados nas Casas do Congresso sobre locação de serviços, locação agrícola, acidentes de trabalho. De primitivo projeto do Deputado Bernardino de Campos originou-se o Decreto nº 1.150, de 5 de janeiro de 1905,

dando crédito privilegiado aos salários dos trabalhadores agrícolas. Outro projeto também vitorioso foi o do Deputado Inácio Tosta, do qual resultou a nossa primeira lei verdadeiramente sindical, o Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907.

3. Observamos os historiadores do socialismo que seu maior êxito doutrinário e prático se deu na Alemanha e na França, e sob a forma mais reformista também na Inglaterra. Aos três países latinos industrialmente mais atrasados – Itália, Espanha e Portugal – coube a parcela maior do anarquismo. As doutrinas Bakunin e Kropotkin encontraram larga difusão e aceitação entre esses povos do meio-dia europeu, criando êmulos, divulgadores e incansáveis ativistas. Adeptos da ação direta, pela greve, não raro pela violência, com o intuito de fazer desaparecer totalmente de cena o Estado, e seus dirigentes constituídos em larga maioria por imigrantes daquelas três nacionalidades, com grande margem de italianos, o anarquismo levava de vencida os socialistas chamados democráticos ou reformistas, embora estes formassem o maior número de dirigentes do movimento organizado. Os anarquistas, no entanto, eram mais ativistas e agitadores, oferecendo aos trabalhadores a esperança de um mundo melhor, sem classes, sem governo, sem miséria. Ofereciam a própria utopia.

O movimento operário foi quase contemporâneo do advento da república. Os dois primeiros a constituir sindicatos operários foram França e Silva e o Tenente Vinhaes, amigo do Marechal Deodoro. Informa Evaristo de Moraes:

“Morto França e Silva ajudei Gustavo Lacerda, este mais preparado, possuindo noções de socialismo. Mas deu-se o fracasso da organização política tentada por Vinhaes, a quebra de um Banco “Operário” e de uma suposta cooperativa a ele anexada e a falta de elementos doutrinários de um e do outro lado dos combatentes.” (Evaristo de Moraes, *Reminiscências de um rábula criminalista*, Rio, 1922, pág. 221).

Daí para diante surgiram várias agremiações de caráter reformista e anarquista, até que se realizou o Primeiro Congresso Operário Brasileiro na Ca-

pital Federal em 1906, no qual se defrontaram as duas orientações conflitantes do movimento operário: a reformista e a anarquista, pela ação direta. Afinal, nenhuma das duas obteve vitória total, já que as conclusões, embora inclinadas por esta última, foram ecléticas, sendo derrotada a proposta da criação “de um forte partido político” para defender os trabalhadores. Temia-se, segundo disseram os seus adversários, que a organização sugerida queria somente “servir aos interesses da burguesia”.

4. Devido a tudo isso e às numerosas greves, o Governo promulga em 1907 a chamada Lei Adolfo Gordo, autorizando a expulsão de estrangeiros indesejáveis do território nacional. O diploma legal tinha em vista os imigrantes anarquistas ou agitadores, equiparados, para esses fins, aos proxenetas e cáptens. Não sabemos quais as causas, mas a verdade é que o movimento social caiu um pouco, com certos temperamentos mais cautelosos, de 1908 a 1912.

A situação concreta da classe trabalhadora era a mais miserável possível: sem segurança no trabalho, com baixos salários, os trabalhadores moravam em verdadeiras favelas urbanas denominadas “cabeça-de-porco”, sendo a maioria afetados pela tuberculose. As mulheres grávidas não gozavam nenhuma licença ou de redução de horário. Quando aqui estivera, Georges Clemenceau espantara-se de ver operárias em pé, ao lado do tear, até o momento de dar à luz. (G. Clemenceau, *Notes de voyages dans l’Amérique du Sud*, Paris, 1910, pág; 234).

“Achava V. Exa. razoável a divisão de tempo para o trabalho atualmente, em que as 24 horas estão divididas, sendo 12 para trabalhar, 10 para descansar e 2 para apanhar da polícia?”

Já grande era o número de jornais, revistas e publicações de toda ordem, inclusive operárias. Na Câmara, dizia um deputado que “os operários só têm a Santa Casa e a Cadeia”. Mais tarde dirigia-se o Deputado Metelo Júnior a Augusto Lima e perguntava:

“Achava V. Exa. razoável a divisão de tempo para o trabalho atualmente, em que as 24 horas estão divididas, sendo 12 para trabalhar, 10 para descansar e 2 para apanhar da polícia?”

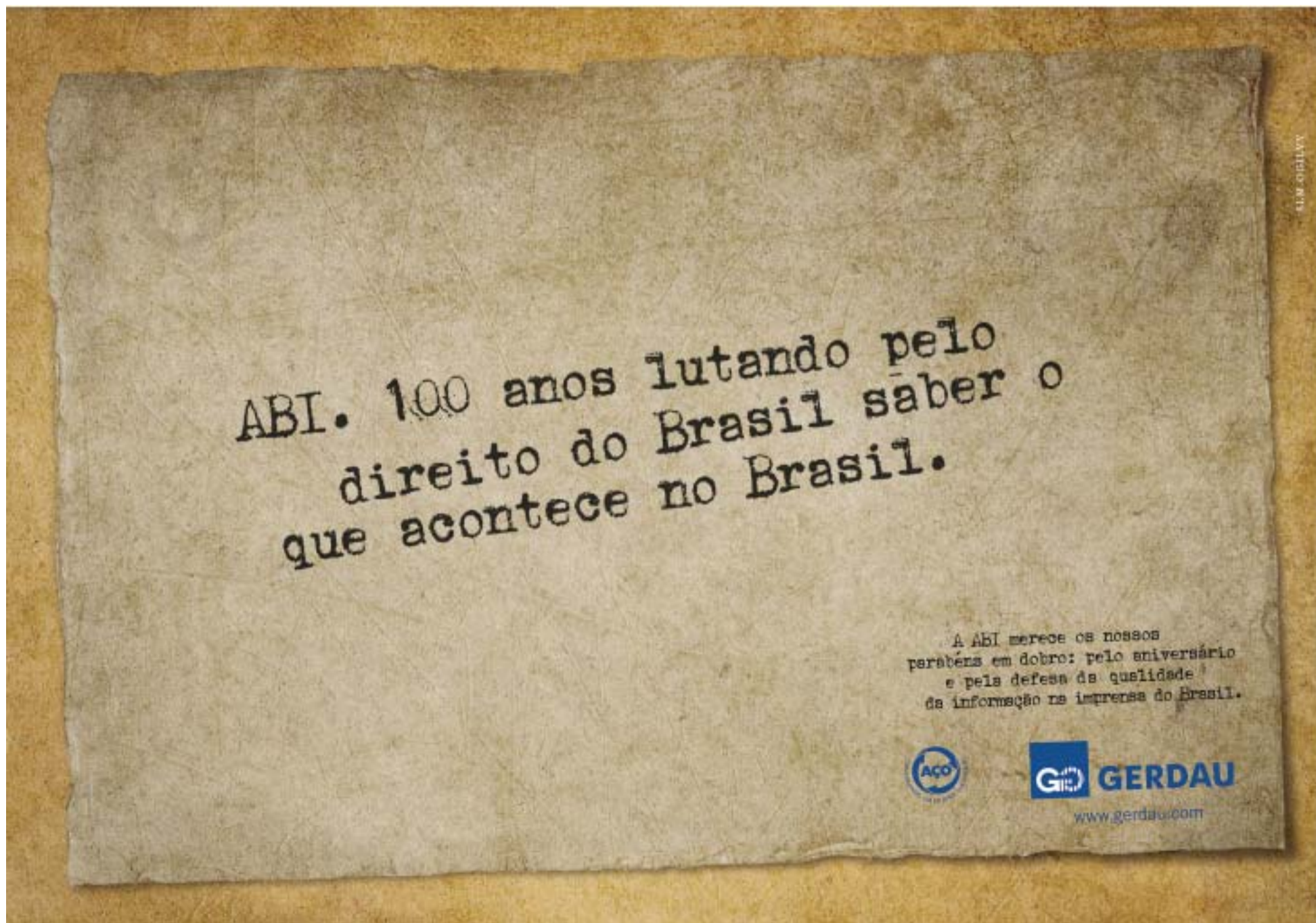
Pois bem, foi nesse meio social que Gustavo de Lacerda fundou a Associação Brasileira de Imprensa em 7 de abril de 1908. Já antes havia Gustavo de Lacerda publicado *O Problema Operário no Brasil (propaganda socialista)*, Rio de Janeiro, com 86 páginas. O livro, conforme confessa, tinha sido escrito havia alguns anos, não escondendo as influências que recebera de Lammenais e de Tólstoi. De preciso, no entanto, é o capítulo X, que contém um resumo dos princípios do Centro Operário Radical de 1892 (pág. 69-74).

Entre outras, pregava Gustavo de Lacerda as seguintes reivindicações: modificação do regime de propriedade, extinção de privilégios e monopólios;

imposto sobre a renda e a regulamentação do trabalho; assistência ao trabalhador doente ou acidentado; reforma do ensino, com instrução primária obrigatória; arbitramento para evitar guerras e extinção gradual dos exércitos permanentes; liberdade de ação, igualdade de direitos e liberdade religiosa; revisão da Constituição e dos códigos; reorganização dos tribunais e justiça gratuita; reconsideração da situação social da mulher; repressão aos vícios e proteção à velhice, à invalidez e extinção da pena de morte.

Eis aí, em poucas palavras, a homenagem que se presta ao grande espírito reformista de Gustavo de Lacerda, fundador da ABI, que, em sua longa História, nunca faltou a esses propósitos humanistas de melhora da posição humana dos que trabalham.

Evaristo de Moraes Filho é Membro da Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 15 de março de 1984 e tomou posse em 4 de outubro seguinte como sucessor de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) na cadeira número 40. Evaristo de Moraes Filho é doutor em Direito e Ciências Sociais e licenciado em Filosofia e exerceu o magistério superior em faculdades de Direito, Filosofia e Ciências Sociais. Catedrático de Direito do Trabalho da antiga Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi aposentado compulsoriamente sem qualquer notificação nem direito de defesa em 1º de setembro de 1969 com base no Ato Institucional nº 5 (AI-5). Favorecido pela Lei da Anistia de 1979, recusou o benefício desta e o convite da Reitoria da UFRJ para retornar à Universidade, que em 1983, porém, numa espécie de autocritica da violência do regime militar, lhe conferiu o título de Professor Emérito. Autor de vasta bibliografia nos campos da Crítica, Filosofia, História das Ideias, Sociologia e Direito, Evaristo de Moraes Filho é considerado um dos principais especialistas em História do movimento operário e sindical, das doutrinas sociais e das relações de trabalho no País e no mundo. Articulista de dezenas de publicações, é sócio da ABI desde 1945.



GUSTAVO DE LACERDA: OS SONHOS DE UM REPÓRTER POBRE



De Gustavo de Lacerda se conhece apenas um registro fotográfico, que fixou somente seu rosto. A essa foto, utilizada à exaustão pela ABI, juntou-se este retrato a óleo feito por Martinho de Haro, um dos maiores pintores catarinenses.

Seu nome chegou à posteridade, mas ele nunca assinou matérias, privilégio reservado aos donos de jornais, políticos e bacharéis de diferentes áreas. Idealista e despojado, teve uma vida de sacrifícios e um final trágico, numa enfermaria da Santa Casa.

POR MOACIR PEREIRA

As comemorações do centenário de fundação da Associação Brasileira de Imprensa e do bicentenário da imprensa brasileira representam fato histórico a incentivar novas pesquisas sobre a vida e a obra de um repórter idealista, um jornalista visionário e um socialista convicto que nasceu e morreu pobre, mas escreveu páginas memoráveis na história política do Brasil.

O catarinense Gustavo de Lacerda, fundador da ABI, integra a galeria de notáveis brasileiros mercedores deste resgate. Muito já se escreveu sobre ele, principalmente no Rio de Janeiro, onde residiu durante a maior parte de sua vida. Mas em Santa Catarina, o pioneiro jornalista ainda é pouco conhecido. Uma omissão que se explica pelo fato de ter exercido a profissão basicamente no Rio. Mas que não se justifica pelo que representou na vida pública do País.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina possui em seu rico acervo apenas dois registros. O mais importante leva a assinatura de Lucas Alexandre Boiteux, considerado o “mestre da história de Santa Catarina”, e a maior autoridade em história naval do Brasil. Uma pequena ficha que provoca, já na primeira linha, dúvidas sobre a data de nascimento de Gustavo de Lacerda. Ali está anotado, em texto datilografado, o dia 21 de fevereiro de 1853. E uma correção manuscrita indicando “ou 23 de janeiro”. Edmar Morel revela em sua obra *A Trincheira da Liberdade* que o nascimento deu-se em 18 de maio de 1854, data adotada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, quando promoveu solenidade comemorativa do sesquicentenário de Gustavo de Lacerda. O historiador Walter Fernando Pizza adota o natalício de 23 de janeiro de 1853.

A controvérsia pode ser explicada por um fato mencionado por estudiosos. Para viabilizar seu ingresso no Exército, Gustavo de Lacerda teria alterado a data de nascimento. A certidão emitida pelo Arquivo do Exército, em 21 de dezembro de 1967, contém detalhes impressionantes sobre sua vida militar. Mas já na primeira folha destaca que o nascimento ocorreu em 1854, sem contudo mencionar o dia e o mês.

Lucas Boiteux menciona em sua ficha que Gustavo de Lacerda foi desligado da Escola Militar “devido às suas idéias revolucionárias” e “demonstrando sempre idéias socialistas assaz avançadas”. Há poucas informações, mas um detalhe trata do vestuário preferido: “Trajava usualmente calças listadas e polainas cinzentas”.

O segundo registro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina consiste num questionário padrão com três páginas, que leva o número 374, de 21 de agosto de 1943, preenchido no Rio de Janeiro por Francolino Correa. No espaço da data de nascimento há um ponto de interrogação. No quesito vida profissional está manuscrito: “Jornalista, na aparência apagado, mas no fundo profissional de grande visão”.

Não há qualquer referência à vida militar, vida comercial ou industrial e vida religiosa. No espaço “trabalhos prestados” observa: “Prestou o grande serviço por ser o que lembrou a criação da Associação de Imprensa”.

O relato mais consistente consta do item “outros dados”: “Infelizmente, não encontrei outros dados a não ser esses. Uma coisa posso garantir: os cafos em que foram assentadas as primeiras pedras do alicerce da Associação de Imprensa foi ele quem os cavou; que sofreu a indiferença dos da classe; que lutou com meia dúzia de sonhadores. Não importa que não tenha visto o crescimento de sua obra. Em sua história deve ter ficado esculpido um nome como merecido preito à sua memória”.

A decisão da Diretoria e o empenho de seu presidente Maurício Azedo de marcar o centenário da ABI com uma ampla programação cultural e profissional representa, portanto, oportunidade única para que se conheça melhor a vida e a obra do fundador.

Na Ilha de Santa Catarina, onde nasceu, Gustavo de Lacerda é nome desconhecido até nos meios jornalísticos. A homenagem de maior destaque data da criação da Academia Catarinense de Letras. É o patrono da cadeira número 14. Seus arquivos, contudo, são pobres. A pasta dos imortais restringe-se a artigos de jornais e revistas e cópias de algumas poucas publicações.

Na Associação Catarinense de Imprensa o tributo resume-se a uma pintura de Gustavo de Lacerda, de autoria do consagrado artista Martinho de Haro, formando com Hipólito da Costa e Jerônimo Coelho a galeria dos grandes fundadores.

Em Florianópolis, não há sequer um logradouro público com seu nome. A Biblioteca Pública do Estado tem documentos que são verdadeiras preciosidades da história de Santa Catarina e do Brasil. Mas o fichário sobre Gustavo de Lacerda restringe-se a fotocópias das obras existentes na Biblioteca da ABI.

No Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina a ampla e criativa produção acadêmica também é franciscana em relação a sua obra. Apenas um vídeo de conclusão de curso das universitárias Camila Paschoal, Estephan Zavarize, Marcela Campos e Paula Medeiros. Título do trabalho: *Gustavo de Lacerda: Uma vida, uma profissão*.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina promoveu, em 2004, sessão especial comemorativa do sesquicentenário de seu nascimen-



José do Patrocínio, aqui numa célebre ilustração de Angelo Agostini, foi companheiro de Gustavo de Lacerda em um jornal que este fundou e durou apenas um mês.

to. Na ocasião, o jornalista e desembargador aposentado Carlos Alberto Silveira Lenzi fez um relato sobre a importância de Gustavo de Lacerda na história da comunicação, dando ênfase ao papel decisivo que exerceu na fundação da ABI. Presidindo a Associação Catarinense de Imprensa, coube dar um testemunho, ocasião em que ressaltarei os ideais do conterrâneo, mencionando sua extraordinária sensibilidade para problemas vividos até hoje por jornalistas: os salários muitas vezes aviltantes, o desinteresse pelo associativismo, a in-

Os jornalistas já não morrem de fome, como Gustavo de Lacerda, mas há repórteres vivendo com salários miseráveis

xistência de um sistema previdenciário que dê segurança em caso de enfermidade grave e na velhice, a relevância de um plano de assistência médico-hospitalar e o valor do aprimoramento acadêmico e intelectual.

A pregação de Gustavo de Lacerda completa 100 anos, mas suas bandeiras permanecem imutáveis, apesar das transformações ditadas pelos avanços da tecnologia. Nossa imprensa tem vivido nas últimas décadas etapas gloriosas que vem marcando o jornalismo investigativo de denúncias graves sobre imoralidades administrativas, desvios éticos e assaltos ao erário. Mas em algumas cidades e estados atua também num cenário de verdadeiros paradoxos.

Os jornalistas já não morrem de fome, como Gustavo de Lacerda, mas há repórteres vivendo com salários miseráveis. É fato que os jornalistas já possuem associações prestigiadas no contexto da federação, mas o nível de participação é tão frustrante como no final do século XIX. Se é verdade que nos períodos de repressão jornalistas e empresários da comunicação se unem nas mesmas trincheiras em defesa das liberdades de imprensa e de expressão, também é real que na democracia formal tem-se o mesmo conflito de classe registrado há um século e meio. Repórteres e donos de jornais estavam em posições divergentes, senão antagônicas em relação à fundação de uma entidade que defendesse os interesses e os princípios da corporação.

Nascido em Desterro como Gustavo Adolfo Fraga, em 18 de maio de 1854, Gustavo de Lacerda oficializou o novo nome civil em requerimento ao Ministério do Exército, a partir de 20 de julho de 1876, depois de fazer carreira militar, onde recebeu as lições que pavimentaram seu caminho para os arrojadas campanhas pessoais como republicano, abolicionista e convicto socialista. Projetos acalentados na luta diária de um sofrido e modesto repórter que o transformaram num visionário, mas também num vidente.

Sua história é outro exemplo sobre os valores do bom combate. Na leitura simples dos traços biográficos tem-se as marcas das derrotas, de incompreensões, de incertezas e de fracassos. A começar pelas origens: mulato, cabelos crespos, família humilde, nascido no Império escravocrata, tinha limitações no horizonte profissional. Ingressou cedo, ainda menor, no Exército, e ali encontrou no ensino do português e do francês os instrumentos de trabalho que lhe abririam novas oportunidades no Rio de Janeiro. É notório também que teve uma educação primária de qualidade, mas não há qualquer referência sobre os patronos ou responsáveis por este aprendizado, fundamental em sua formação intelectual e profissional. O domínio da língua pátria fica patenteado em seus escritos, a forma direta com que tratava de temas polêmicos. O recurso a expressões pouco conhecidas do francês exige até hoje que os leitores recorram a dicionários para entender seu real significado.

A certidão do Exército menciona número elevado de prisões, o que revela ao mesmo tempo o seu caráter generoso e a clara rejeição pela férrea disciplina, eis que na maioria dos registros procurava proteger subordinados e colegas de farda. Fundou o jornal *Meio Dia*, que durou apenas um

mês. Fechou pela impossibilidade de pagar as dívidas contraídas. Ali, no editorial, a marca do socialista desterrense: “O *Meio Dia* tem a felicidade de colocar a solidariedade coletiva acima de todo ponto de vista crítico, de todo interesse pessoal, subjetivo e egoísta.”

Vivia apenas da profissão, sendo que em *O Paiz* a remuneração vinha quase sempre em forma de vales atrasados. Teve que buscar outras atividades para sobreviver. E, relatam todos seus contemporâneos, teve um final trágico.

Não foi um jornalista famoso, nem se valeu do trabalho na imprensa para galgar posições na política ou na administração pública, como era comum em seu tempo. No fim do Império e durante décadas após a proclamação da República, os jornais costumavam dividir as tarefas em castas, em que os repórteres exerciam atividades subalternas, sem o direito de assinaturas, enquanto os textos assinados eram privilégios dos donos dos jornais, dos políticos e, sobretudo, dos bacharéis que dominavam então as ciências humanas.

Há, contudo, um fato que irá projetá-lo na vida pública brasileira: o movimento pela criação da Associação Brasileira de Imprensa, fruto de sua pregação socialista, da batalha pela união dos repórteres visando à melhoria das condições de salário e de trabalho, do papel que vislumbrava na formação profissional através do processo educacional, e do desejo de ver os jornalistas mais protegidos e valorizados.

Depois de estimular a fundação do Centro Operário Radical com propostas revolucionárias em defesa da reforma agrária e contra monopólios e privilégios, criou o Partido Socialista Coletivista, em 28 de agosto de 1902. Incentivou, também, a fundação do Sindicato dos Linotipistas, o primeiro da cidade, apoiou e cobriu a greve dos carroceiros e cocheiros contra exigências fiscais consideradas absurdas.

Quando seu colega de redação Dunshee de Abranches viajou para a Europa, cumprindo missão do Barão do Rio Branco, Gustavo de Lacerda pediu-lhe que levantasse informações sobre o movimento sindical da Itália, Suíça, Alemanha, França e Inglaterra. No retorno, o político mara-

de Jornalismo na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Disciplina assumida por Costa Rego, diretor do *Correio da Manhã*.

O Professor José Marques de Melo, autoridade internacional em ensino e pesquisa do jornalismo, dá ênfase a esta concepção moderna de formação profissional com que Gustavo de Lacerda se posiciona. E lembra que devem ter influenciado este crescimento intelectual a exposição alusiva ao centenário de fundação da imprensa brasileira, no Rio de Janeiro, os livros e documentos recebidos da Europa e o papel social que os jornais exerceram no Império e no início da República.

Trabalhando num jornal que não valorizava o trabalho dos repórteres e cujo proprietário só pen-

Gustavo de Lacerda”. Ali, lendo os jornais ficou abalado quando as manchetes noticiavam o assassinato de Euclides da Cunha.

No dia 4 de setembro de 1909, Gustavo de Lacerda veio a falecer, fato registrado por todos os principais jornais do Rio de Janeiro e com homenagens sempre ressaltando seu amor à profissão, sua luta pela unidade dos jornalistas e o fato marcante da fundação da Associação Brasileira de Imprensa.

Os historiadores contestam duas versões publicadas na imprensa. A primeira, de que Gustavo de Lacerda recebeu tratamento em quarto particular da Santa Casa. Provam que foi internado como indigente, o que revela a mais completa desumanidade dos colegas e dos diretores de *O Paiz*. A

A reunião que marcou a histórica fundação da ABI foi frustrante. Aconteceu no edifício do jornal O Paiz. Presentes apenas oito companheiros, sendo que quatro deles do próprio jornal.

nhense trouxe na bagagem os Estatutos da Associação Sindical Profissional dos Jornalistas Republicanos Franceses, fundada em 1881; da Associação dos Jornalistas Parisienses, do Sindicato da Imprensa Parisiense e da Associação Sindical da Imprensa Estrangeira, criada em 1879. Dunshee de Abranches também trabalhava em *O Paiz* e acabou sendo contaminado pelo colega desterrense. Tanto que, entusiasmado com os rumos que Gustavo de Lacerda imprimiu à ABI, deu inestimável contribuição, fortalecendo a entidade como seu terceiro presidente e evitando seu desaparecimento.

Os documentos acabaram servindo de incentivo para a implantação de uma entidade classista no Rio de Janeiro, mas seu conteúdo pouco acrescentou aos estudos do repórter catarinense. As principais idéias da Associação que pretendia criar estavam amadurecidas, fruto dos textos que traduzia do francês para jornais cariocas e dos autores socialistas que constituíam sua leitura preferida.

A reunião que marcou a histórica fundação da ABI foi frustrante. Aconteceu no dia 7 de abril de 1908, na primeira sala do terceiro andar do edifício do jornal *O Paiz*, sede da Caixa Beneficente dos Empregados. Presentes apenas oito companheiros, sendo que quatro deles do próprio jornal.

Os objetivos da pioneira instituição constam dos estatutos, obra pessoal de Gustavo de Lacerda: criar e manter uma caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias; manter o serviço de assistência médica e farmacêutica; instalar o Retiro da Imprensa para velhos; manter uma sede social no centro da cidade com biblioteca, salas de conferência; habilitar por meio de título de capacidade intelectual e moral os pretendentes ao título de jornalismo; instituir carteira de jornalista.

É espantosa a visão do fundador da ABI, antecipando-se ao governo e à sociedade na instituição da previdência social que viria apenas com o governo getulista ou na formação universitária que surgiria meio século mais tarde na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Impressiona igualmente que já demonstrasse no discurso de posse sua preocupação com o ensino do jornalismo, bandeira que só seria retomada no 1º Congresso Brasileiro dos Jornalistas, iniciativa da ABI, que se tornaria realidade em 1935, quando Anísio Teixeira instituiu a primeira cátedra

sava em cifrões, Gustavo de Lacerda teve que prestar serviços a três jornais simultaneamente, sempre percebendo baixos salários, circunstância que causou-lhe debilidade física.

É o que anota Edmar Morel: “Fundada a Associação de Imprensa, meses depois Gustavo de Lacerda recaiu em grave doença, mais desnutrição do que enfermidade propriamente dita, voltando à Santa Casa de Misericórdia. O seu mal era incurável. Esperava recuperar a saúde, a exemplo das outras anteriores. A última, porém, teve como palco a própria redação, onde o repórter caiu rolando pelas escadas. Era o começo do fim.”

O jornal em que trabalhava registrou no dia 27 de julho de 1909: “Enfermo. Requerendo cuidados assíduos o seu estado, recolheu-se ontem a um quarto particular do Hospital da Santa Casa o nosso velho e querido companheiro de redação

segunda, constante do atestado de óbito, de que morreu de arteriosclerose.

Edmar Morel, em *A Trincheira da Liberdade*, assinala: “Gustavo de Lacerda não tem rua, nem túmulo. Até a causa mortis foi deturpada. Arteriosclerose, nunca. A verdadeira foi: desnutrição, fome”.

Catarinenses e brasileiros têm uma gigantesca dívida a resgatar. O fundador da ABI continua sendo um personagem pouco valorizado em nosso meio. O extraordinário legado que nos deixou com a quase solitária campanha pela criação da Associação impõe iniciativas que mostrem por inteiro às novas gerações o valor de um ideal, o significado da ação coletiva, a importância da solidariedade humana e corporativa, a visão da imprensa na valorização da cidadania.

O jornalista Manoel Lourenço de Magalhães escreveu na monografia para comemorar o centenário de nascimento no Rio de Janeiro: “Gustavo era um socialista convicto. Essa convicção e a falta de estabilidade econômica do homem que trabalhava intelectualmente para o jornal, levaram-no a idear a fundação de uma sociedade de redatores e repórteres, que protegesse seus respectivos direitos econômicos. A mentalidade, porém, do homem que trabalhava na imprensa àquela época estava quase alheia às reivindicações sociais, que também já se faziam em algumas classes, em nosso meio. Os jornalistas e repórteres não tomavam em consideração os apelos e as preleções que Gustavo de Lacerda lhes fazia sobre a necessidade de se unirem com intuítos de defesa econômica.”

Prossegue Magalhães, companheiro de redação e primeiro secretário da primeira Diretoria da ABI: “Provindo grande parte dos que trabalhavam na imprensa de famílias de boa situação social, com formação intelectual evitada de preconceitos nos moldes burgueses, sentir-se-ia constrangida, senão humilhada, se tivesse de participar de lutas de reivindicações de melhores ordenados. Isso para grande parte era algo deprimente que, naquele tempo, só ficava bem aos trabalhadores manuais. Os redatores e repórteres do que menos cuidavam era do ordenado”.

Gustavo de Lacerda sonhou com dias melhores para os jornalistas, mas jamais deve ter imaginado o papel histórico cumprido pela sua ABI, lutando pela liberdade de informação e de expressão e liderando as principais bandeiras nacionalistas e democráti-



O atestado de óbito de Gustavo de Lacerda, um dos preciosos documentos sobre ele levantados por Edmar Morel ao fazer a História da ABI.

cas do País. Nas comemorações dos 95 anos, o convite destacava: “Mencionar a ABI é evocar a defesa da Amazônia e campanhas históricas como a do Petróleo é nosso, que redundou na construção da Petrobrás; além de lutas como a da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, a das Diretas Já e pelas prerrogativas democráticas. A ABI também sempre se posicionou a favor da paz, contra as guerras de conquista e o assassinio de populações”.

O ideário desse extraordinário catarinense merece ser lembrado pelo depoimento de outro precursor do socialismo, Sadock de Sá, presidente do Círculo dos Operários da União. Sobre a atualidade dos conceitos: “Gustavo de Lacerda não possui o calor ardente que Mirabeau sabia incendiar as multidões; ao contrário, pelos seus conceitos ele vê o objetivo pela educação, pelo saneamento moral... Não condena o que vislumbra através da realidade. Procura melhorar, transformar pelos meios evolutivos e construtivos.(...) Na meditação socialista, o pensamento é a base e a palavra deve ser medida dentro da realidade e não de possibilidades ou de aventuras. O que realiza Gustavo de Lacerda na imprensa do Brasil é a construção”.

Um depoimento que encontra sólidos alicerces na famosa obra de Dunshee de Abranches, intitulada *A Fundação Gustavo de Lacerda*, onde são múltiplos os elogios ao fundador da ABI: “No seu original idealismo socialista, Gustavo de Lacerda não concebia o jornal constituído como empresa industrial ou mercantil, ou sociedade anônima, dando lucros aos seus acionistas. O jornal, dada a sua alta e sagrada missão social, deveria ser uma cooperativa de cujos interesses participassem todos os membros, desde os direto-

Gustavo de Lacerda: uma bibliografia básica

1. ABRANCHES, Dunshee de. A Fundação Gustavo de Lacerda. Rio de Janeiro, Typografia Jornal do Commercio, 1938.
2. MAGALHÃES, Manoel Lourenço. Gustavo de Lacerda e a Fundação da A.B.I. Rio de Janeiro. Typografia Jornal do Commercio, 1954.
3. MOREL, Edmar. A Trincheira da Liberdade. Rio de Janeiro, Editora Record.
4. PEREIRA, Moacir. Gustavo de Lacerda: O Catarinense Fundador da ABI. Florianópolis. Mim., 2004.
5. ————Um Repórter na A.B.I. Rio de Janeiro. Editora A Noite, 1955.
6. SEGISMUNDO, Fernando. Imprensa Brasileira: Vultos e Problemas. Rio de Janeiro, Editora Alba.
7. MELO, José Marques et alii. 200 Anos Imprensa Brasileira: Gustavo de Lacerda. São Paulo. Revista Imprensa, 2002.
8. PONTES, Marcelo. ABI-80 Anos em Defesa da Liberdade de Imprensa. Rio de Janeiro. Encarte Imprensa N. 6, 1988.
9. SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.
10. AMMIRATO, Giacomo. Homens e Jornais. Rio de Janeiro, Gráfica e Editora Aurora Ltda, 1963.
11. ABI. Anais do VII Congresso Nacional de Jornalistas. Rio de Janeiro, ABI, 1957 - Volumes I e II.
12. PEREIRA, Moacir. Manual do Jornalismo e da Comunicação, Florianópolis, Editora Insular, 2005.
13. CALLADO JÚNIOR, Martinho. História de Santa Catarina. Curitiba, Editora Grafipar, 1970.

res até os seus mais modestos colaboradores”.

O criador preconizava a Associação como instrumento catalisador a unir todos os que atuavam na imprensa, a defender a sociedade, a aprimorar a tarefa dos profissionais e a proteger a cidadania. Como recordava seu sucessor: “Homem de imprensa, amando sinceramente a sua profissão e reputando o jornal a força mais poderosa e eficiente para o progresso das sociedades civilizadas, Gustavo de Lacerda vivia obcecado pelo ideal generoso e nobre de tornar a sua classe próspera, feliz, prestigiosa e útil”.

Por isso mesmo, rejeitou o Clube dos Repórteres, por seu caráter recreativo e seletivo.

“É o mestiço que mais admiro!”, proclamou José do Patrocínio sobre Gustavo de Lacerda.

“Vida pura a serviço de nobres ideais”, destacou o catarinense Arnaldo S. Thiago.

“Abolicionista sincero e republicano convicto, muito batalhou pela realização de seus ideais”, enfatizou Lucas Boiteux.

“Empreendedor, pobre e desprezado – muito o apreciavam os companheiros de trabalho por seu devotamento ao bem-estar da classe”, definiu-o o Presidente Fernando Segismundo nos festejos dos 90 anos da ABI.

E do próprio Gustavo de Lacerda, constatações tão atuais como as idéias que pregou: “Os partidos políticos não têm programas, nem princípios. Menos idéias e união. Os partidos só tem chapas”.

Moacir Pereira é colunista do *Diário Catarinense* e do *Jornal de Santa Catarina*, comentarista do Grupo RBS, ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas e da Associação Catarinense de Imprensa, fundador do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina-Ufsc, membro da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

BNDES. FINANCIANDO O CRESCIMENTO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS AO LONGO DA HISTÓRIA.

CARLOS BARBOSA
FUNDADOR

PAULO BARBOSA
PRESIDENTE DE 1990 A 2006

RICARDO BARBOSA
ATUAL PRESIDENTE

O BNDES aposta no crescimento do Brasil e dos brasileiros. É por isso que nós financiamos milhares de projetos de micro, pequenas, médias e grandes empresas. Só no ano de 2007 foram desembolsados R\$ 64,9 bilhões para mais de 205 mil operações de crédito, apoiando diversas áreas de desenvolvimento como indústria, infra-estrutura, agropecuária, exportação, comércio e serviços, o que contribui decisivamente para o desenvolvimento do nosso país. O Brasil precisa crescer cada vez mais. E para isso ele pode contar com o BNDES, o banco do desenvolvimento de todos os brasileiros.

Ouvidoria: 0800 702 6307
www.bndes.gov.br



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior





AQUELE ABRIL DE 1908 FOI UMA FESTA

Novinho em folha, reformado por Pereira Passos e saneado por Osvaldo Cruz, o Rio vibrava com uma Exposição Nacional comemorativa do centenário da abertura dos portos. Numa nota objetiva, discreta, *O Paiz* noticiava a criação da ABI e seus fins principais.

POR CECÍLIA COSTA

Nos primeiros dias de abril de 1908, a cidade do Rio de Janeiro, novinha em folha, estava em festa. Cheia de orgulho de si mesma, como se fosse um pavão multicolorido, ao se aproximar os 20 anos da República, a capital do País sentia-se à altura de uma sofisticada Paris ou de uma civilizada Londres. Recém-reformada por Pereira Passos e saneada por Osvaldo Cruz, logo no início do ano ganhara do Presidente Afonso Pena um inacreditável presente: um imenso parque arquitetônico de diversões ou uma urbana visão fantástica de conto de mil e umas noites, a céu aberto.

Dia 28 de janeiro, fora inaugurada a suntuosa Exposição Nacional em comemoração ao centenário da abertura de portos, na Praia Vermelha, com riquíssimos pavilhões de Estados e países amigos, um Teatro João Caetano, restaurantes, cafés, um jardim botânico e uma pequenina via férrea. Após um ano de frenéticos trabalhos, o sopé do Morro da Urca ficara coberto por magníficos palacetes, que estariam à disposição dos encantados cariocas e dos visitantes de outras plagas até o 15 de novembro. Difícil escolher o mais bonito, com o coração balançando entre o Palácio português em estilo manuelino, o mourisco Palácio de São Paulo e o magnífico Palácio das Indústrias. O certo é que o conjunto todo era espantoso, transformando as redondezas das praias Vermelha e da Saudade em milagrosa miragem para estrangeiro nenhum pôr defeito.

Hora de se encher o peito, deixar de se ter vergonha de ser brasileiro. Passados cem anos da chegada da Corte, o Brasil já era dono de uma indústria pujante, tinha vários jornais, com reconhecidos críticos literários, uma Academia Brasileira de Letras, um historiador da grandeza do pernambucano Oliveira Lima — que estava para publicar um livro quase que definitivo sobre Dom João VI — e, ainda por cima, mostrava-se capaz de organizar uma exposição tão esplendorosa como as que haviam sido feitas na Europa na virada do século. Por outro lado, enquanto em Portugal a monarquia fora ferida mortalmente e imperava a anarquia, tendo ocorrido em fevereiro o terrível regicídio — a chocante morte do Rei Carlos I e de seu filho Luís

Felipe —, na antiga colônia as instituições políticas republicanas pareciam estar consolidadas, com a troca de Presidentes sendo feita com certa tranquilidade democrática, saboreando-se civicamente seja o leite mineiro ou o café paulista.

Naqueles dias, aliás, a tranquilidade política, pelo que tudo indicava, era total. Estando próxima a Semana Santa, o Conselheiro Afonso Pena encontrava-se no Palácio Rio Negro com sua família, despachando com seus ministros e altos funcionários em seu gabinete de Petrópolis. Para se ter uma idéia do céu de brigadeiro, basta se dar uma olhada na primeira página de *O Paiz* — jornal cuja sede própria se situava na novíssima Avenida Central, esquina com a Sete de Setembro — no domingo, 5 de abril. Segundo noticiava o diário, o sábado fora lindo e a temperatura ficara amena, entre 22 e 26 graus.

Ao analisar a semana, a jornalista Carmen Dolores dedicou-se principalmente a comentar o telegrama recebido sobre o divórcio do milionário Vanderbilt, dizendo-se espantada ao verificar que até mesmo os donos de milhões eram acionados por suas esposas, judicialmente, sob a acusação de infidelidade, como se fossem meros mortais e não deuses dos grandes negócios e das bolsas de valores.

No Brasil, a política, frisava a colunista, estava “vazia”, salvo uma crise na Bahia, por causa da micarême, o carnaval da Quaresma. A notícia brasileira ao redor da qual ela traçou alguns comentários foi uma decisão da Justiça obrigando a Companhia Villa Isabel, o “perigo amarelo” das ruas da cidade, a pagar 200 contos de indenização a uma viúva, cujo marido, “o pobre Silvino”, morrera atropelado por um bonde elétrico.

Os bondes elétricos, aliás, pareciam ser o terror da época, assim como aumentava a preocupação das autoridades com os poucos carros que circulavam pelo Rio. Tanto que no mesmo jornal, o do domingo, havia um pedido do delegado de polícia para que não se fizessem experiências com carros na Praia de Botafogo em horas de movimento do trânsito. No jornal do dia seguinte, o da segunda-feira, dia 6, Carmen Dolores fora substituída na primeira página por Júlia Lopes de Almeida. Em sua crônica *Adeus, medicina*, a consagrada jornalista, mulher do acadêmico Filinto de Almeida, transcrevia, meio que no deboche, uma conversa com um ami-

go sobre os efeitos saudáveis do automobilismo. O Dr. Flávio Frões estava disposto a construir uma estação de cura, na serra fluminense, na qual os remédios seriam os carros estacionados na garagem, à disposição dos doentes. Carro era força, energia, e esta energia, acreditava, seria passada aos debilitados.

O domingo fora também um dia agradabilíssimo, de temperatura amena, com muitas famílias tendo ido passear pela Avenida Central. Os cinematógrafos haviam ficado lotados. No Teatro Lucinda, a matinée fora a peça *Boceta de Pandora* e na soirée a atriz Rafaela Monteiro apresentara a comédia *Meu tio*. No Carlos Gomes,



Osvaldo Cruz numa fotografia clássica: ele saneou a cidade do Rio de Janeiro mas sofreu a virulência da imprensa e dos seus chargistas.

a Companhia Cinira Polônio apresentara a peça *Tim-tim por tim-tim*, em três atos. No Teatro Recreio Dramático, a peça em cartaz era *Amor de perdição*. E no Palace Theatre, à noite, fora encenada *Tosca*. Havia um circo na cidade, touradas no Campo de Marte e um festival no Jardim Zoológico, com tiro ao alvo e corrida a pé. O melhor dos mundos possíveis. Mas lá estava, novamente, na segunda página, uma notícia sobre um atropelamento por

bonde elétrico. Só que, desta vez, o atropelado perdera a perna e não a vida. E o motorneiro havia sido levado ao distrito policial mais próximo, para explicar por que andava em velocidade tão acelerada em direção à Rua Real Grandeza.

UMA NOTÍCIA DISCRETA

Foi, portanto, num Rio festivo, todo prosa com o centenário da abertura dos portos, e numa nação em aparente estado de calma, ao ponto de o Presidente se encontrar em seu palácio petropolitano, que no dia 9 de abril — uma quinta-feira — *O Paiz* noticiou em sua primeira página um fato que passaria praticamente despercebido pelos demais jornais, mas que futuramente teria grande repercussão na história da imprensa brasileira. Tratava-se da criação da Associação de Imprensa, que ocorrera dois dias antes — mais precisamente num chuvoso 7 de abril, terça-feira — nas próprias dependências da sede de *O Paiz*, já que o jornalista visionário que tivera a idéia de fundar a nova entidade, Gustavo de Lacerda, pertencia há mais de uma década ao quadro de repórteres dessa tradicional empresa jornalística, assim como mais três dos fundadores. Sob o entretítulo ASSOCIAÇÃO, localizado bem no meio das notas políticas da página de abertura da folha então dirigida pelo português João de Souza Lage (um dia pertencera a Quintino Bocaiúva), obtemos as seguintes informações:

“Está fundada nesta capital, a contar do dia 7 do corrente, a Associação de Imprensa, tendo por fins principais:

- criar e manter uma caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias.
- manter um serviço de assistência médica e farmacêutica.
- instalar o Retiro da Imprensa, com enfermaria e residência para os velhos e enfermos.
- manter no Centro da cidade a sede social, com biblioteca, salões de conferências e diversões.
- habilitar, por meio de um título de capacidade intelectual e moral, o pretendente à colocação no jornalismo.
- prestar pública homenagem a Gutenberg, fundador da imprensa, por meio de uma festa anual para a qual procurará associar o Governo da República.

A Associação de Imprensa publicará um anuário da mesma, com os nomes e idades de todos os seus sócios, detalhes interessantes sobre artes, ciências e letras, e instituirá a carteira de habilitação, como atestado de identidade e recomendação do portador. A primeira Diretoria compõe-se dos senhores Gustavo de Lacerda, Francisco Souto, Luiz Honório, Arthur Marques, Alfredo Seabra e Alberico Daemon. Da administração farão parte ainda comissões especiais que serão nomeadas brevemente e que serão as seguintes: de organização do anuário, de propaganda, de festas, de economia e finanças e de auxílio e assistência.”

Devido a relato de companheiros, sabe-se que a reunião do dia 7, que resultou na criação da nova associação, ocorreu no terceiro andar de *O Paiz*, onde ficava a Caixa Beneficente do mesmo jornal. Presentes ao ato de fundação os seguintes jornalistas: Gustavo de Lacerda, repórter político de *O Paiz*; Francisco Souto, do *Correio da Manhã*; Alfredo Seabra, de *O Paiz*; Luiz Honório, do *Jornal do Brasil*; Arthur Marques, da *Gazeta de Notícias*; Noel Batista, do *Jornal do Brasil*; Belisário de Souza, de *O Paiz*; Amorim Júnior, de *O Paiz*, e Mário Galvão, do *Jornal do Commercio*. Dos que seriam escalados para a nova Diretoria, nas funções de Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Procurador e

secretários, o único ausente era Alberico Daemon.

Desde o final do século XIX havia um movimento associativo na capital do País. De cunho literário, e também trabalhista e sindical. Apesar de pertencer ao espírito da época, a atitude de Gustavo de Lacerda e seus amigos, ao querer reunir os jornalistas, sempre tão litigiosos e briguentos, era, no mínimo, extremamente corajosa, tendo sido estimulada por modelos estrangeiros e, talvez, pelo clima de otimismo vigente e a recuperação do sentimento nacionalista — ou seja, a hora era de construção e de grandes feitos. E mais corajosa ainda a idéia de noticiar a nova Associação de Imprensa num jornal cujo dono, o senhor João Lage, era um grande jogador de pôquer, perdulário no plano privado, que costumava pagar salários de fome a seus repórteres, explorando-os ao máximo. Apesar de que a notícia, é claro, só pudera sair com sua aprovação.

Um dos que mais sofria, na própria pele, com a situação de penúria era o próprio Gustavo de Lacerda. Repórter experiente, abolicionista e republicano, nascido em 1853 na cidade de Desterro (Florianópolis), muitas vezes, ao longo de sua vida profissional, se vira obrigado a dar aulas de Francês e a trabalhar concomitantemente em mais de três folhas para poder sobreviver. Ralando há mais de 20 anos em redações, encontrava-se, em 1908,



Belisário de Souza, de *O Paiz*, foi um dos oito jornalistas presentes à reunião de fundação da Associação.

sa. Que esperassem para ver. Ele já o via, grandioso, imponente. O importante era manter o espírito de luta vivo. O sonho. E foi isso que Gustavo de Lacerda legou a todos os profissionais da pena, que vendem sua alma e pensamento aos donos de jornais: o sonho, a bravura, a luta.

Infelizmente, teve um triste fim. Um ano e meio após a fundação de sua querida Casa do Jornalista, morria, dizem uns, de arteriosclerose; dizem outros, de fome, má nutrição. A primeira versão é difícil de ser aceita, porque estava somente com 55 anos de idade. A segunda, mais provável. Doente, fora expulso da casa da cunhada com seus poucos pertences e alugara uma moradia na Travessa da Barreira, próxima da Praça Tiradentes, que não tinha como pagar. Faleceria no dia 4 de setembro de 1909, devendo dez meses de

aluguel ao senhorio e, também, com dívidas provenientes de sua função honrosa, mas não remunerada, de dirigente da recém-criada Associação de Imprensa. Provavelmente, antes de partir, sua alma apaixonada de repórter político, mesmo enfraquecida, deve ter se surpreendido com a morte de duas pessoas ilustres, cujo falecimento resultou em grandes coberturas jornalísticas: o do próprio Presidente Afonso Pena, em junho, e o do escritor Euclides da Cunha, morto em 15 de agosto no duelo com o jovem oficial Dilermando de Assis.

O catarinense Gustavo de Lacerda foi enterrado no dia 5 de setembro de 1909, no Cemitério São João

Gustavo de Lacerda anunciava a seus amigos que um dia ainda haveria no Centro do Rio um imenso edifício dos profissionais de imprensa.

em estado de quase mendicância. Daí o seu sonho de criar uma associação que protegesse os companheiros dos desmandos dos patrões, assegurando-lhes uma existência mais amena, auxílios assistencialistas, casa de retiro para os aposentados, formação e habilitação profissional.


Fora motivado não só por seus próprios problemas financeiros, mas também — e sobretudo — por seus ideais políticos. Dono de um coração generoso, o homem que um dia ousara pensar em ser o dono de seu próprio jornal — *o Meio Dia*, criado em janeiro de 1884, com um corpo redacional de primeira (Lúcio Murat, Valentim Magalhães, Artur Azevedo, Paula Ney e Raimundo Correia, entre outros), mas que só duraria um mês — era chamado por seus colegas de “socialista de fraque”. Ativista militante, em 1900 fizera no *Jornal do Brasil* uma cobertura apaixonada da greve geral de cocheiros e carroceiros no Rio, conquistando o carinho e reconhecimento dos líderes desta categoria. E, em 1902, dando um passo ainda mais largo, até um partido político tentara criar, o Partido Socialista Coletivista, que, porém, não vingaria.

Um Quixote, sem dúvida alguma, o criador da Associação de Imprensa. Idealista, sonhador, combatente de moinhos de vento. Apesar de a nova entidade não ter sede própria, ele anunciava a seus amigos que um dia ainda haveria no Centro do Rio um imenso edifício dos profissionais de imprensa,

Batista, na quadra 1, cova rasa. Políticos, jornalistas e líderes operários foram lá se despedir. Entre os representantes da imprensa carioca que seguraram as alças de seu caixão estava o seu mal-afamado patrão, João Lage. A Associação de Carroceiros e Cocheiros decretou luto por 15 dias. A missa de sétimo dia foi rezada na Matriz do Sacramento, tendo contado com a presença de jornalistas consagrados, como Irineu Marinho, Félix Pacheco, Alcindo Guanabara e Emílio de Menezes. Seis anos depois, mais precisamente em maio de 1915, quando a ABI era presidida por Belisário de Souza, seus restos mortais tiveram que ir para o ossário comum, passado o prazo do direito à cova rasa. Seus companheiros não tiveram dinheiro para lhe comprar um carneiro, onde depositar suas cinzas. Com isso, não há um túmulo em seu nome. Até mesmo a rua que o homenageara deixaria de existir, quando fizeram obras em torno do Morro de Santo Antônio.

Triste fim, sim, o de Gustavo de Lacerda. Mas um dia, como ele previra, a ABI ganhou uma sede própria, altaneira, bem no Centro da cidade, com 13 andares, e cobriu-se de glória. Passados cem anos de sua fundação, tem muita história para contar, de grandes lutas e grandes vitórias, que ajudaram o Brasil a ser um país melhor. O delírio de Gustavo de Lacerda está longe de ter sido em vão.

Cecília Costa, jornalista, é membro do Conselho Deliberativo da ABI.



Cem anos atrás, quando foi fundada a ABI, a imprensa brasileira estava terminando uma fase de modernização. Um dos mais importantes nomes por detrás dessas inovações é sem dúvida o de Paulo Barreto (1881-1921), imortalizado pelo pseudônimo de João do Rio. Carioca, filho de um gaúcho, positivista e professor de Matemática, e uma mulata, filha “reconhecida” de um médico famoso, desde cedo ele viu-se cercado pelo mundo da imprensa. Uma de suas tias maternas casou-se com Ernesto Senna, homem poderoso no *Jornal do Commercio*. Este era por sua vez cunhado de José do Patrocínio, dono do vespertino *A Cidade do Rio*. Assim, ainda antes da maioridade, Paulo Barreto começou a escrever, em 1899, exatamente neste último jornal. Usava ainda o próprio nome, as iniciais P.B., ou o pseudônimo Claude. Depois da morte do velho líder abolicionista, transferiu-se para a *Gazeta de Notícias*, que, sob o comando de Ferreira de Araújo, encabeçava a renovação da imprensa. No final de 1903 adotou o pseudônimo de João do Rio, com o qual alcançou fama e popularidade.

A imprensa brasileira dessa época ainda era visualmente acadêmica como no tempo da monarquia. Sonetos na primeira página e enfadonhos artigos de fundo, colunas geometricamente alinhadas, com títulos curtos. Era preciso mudar para sair do provincianismo. Essa reforma se iniciou exatamente na *Gazeta*, que assim procurava enfrentar seu rival *O Paiz*, então o jornal mais lido da América do Sul. Em pouco tempo, seguindo as novidades da imprensa francesa, surgem as manchetes, as charges, as fotografias, a paginação, a impressão a cores. E também outras possibilidades desconhecidas: a reportagem, a entrevista e a crônica.

João do Rio vai se destacar como pioneiro nesses novos gêneros de jornalismo.

Já no início de 1904 iniciou a série de reportagens *As religiões no Rio*, transposição para os trópicos de uma série publicada no francês *Le Figaro* alguns anos antes. Abordou todos os cultos, incluindo evangélicos, judeus, maronitas, até positivistas e satanistas. Mas as de maior repercussão foram as cinco que abordaram os cultos afro-brasileiros, muito freqüentados por toda a população, mas de modo velado e semiclandestino. Essas reportagens são também pioneiras pela temática, então ainda restritas a relatos de viajantes estrangeiros ou os estudos (ainda não publicados) de Nina Rodrigues na Escola de Medicina da Bahia. Houve um protesto de pais-de-santo, temerosos de perseguição policial, que acabou não acontecendo. João do Rio utilizou vários recursos então pouco comuns no jornalismo carioca: a visita *in loco*, a pergunta direta, o informante não identificado. O sucesso popular foi tão imenso que no final do ano a série foi lançada em volume, inaugurando outra novidade no mercado editorial. Tornou-se um *best-seller* imediato. Poucos anos depois a edição já tinha alcançado 10 mil exemplares, número que seria expressivo ainda hoje.

No início do ano seguinte, João do Rio, com a série *O momento literário*, dedicou-se à entrevista, desta vez com os 28 dos escritores mais famosos da época, entre eles Olavo Bilac, Coelho Neto, Silvio Romero e Raimundo Correia. Há casos curiosos, como o de Machado de Assis, que recusou falar, por considerar a reportagem “uma novidade sem futuro”. O livro é nitidamente inspirado pela *Enquete sobre a evolução literária*, do jornalista francês Jules Huret, publicada em 1891. Indiferentes a isso, os leitores da *Gazeta* adoraram saber a opinião dos nossos literatos sobre a literatura. Resultado: edição em volume no final do ano. Outro sucesso estrondoso.

O terceiro dos novos gêneros jornalísticos em que João do Rio logo se destacou foi a crônica. Há críticos que dividem o estudo da crônica brasileira em antes e depois dele. Entre as mais saborosas estão as sobre a vida carioca, totalmente modificada depois das reformas urbanas comandadas pelo Prefeito Pereira Passos. São ainda hoje fonte

JOÃO DO RIO E A MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA

Pioneiro na reportagem, na entrevista e na crônica, Paulo Barreto, seu nome civil, inaugurou a visita *in loco*, a pergunta direta, o informante em *off*. Na história da nossa imprensa, nunca, antes ou depois dele, um jornalista alcançou um prestígio tão grande.

POR JOÃO CARLOS RODRIGUES

de estudos de sociologia, urbanismo, filologia, etc. O Rio civilizava-se, diziam então. Um grande número delas nunca foi impresso em volume, mas algumas das melhores formam *A alma encantadora das ruas*, editado em 1908, abrangendo material de anos anteriores. Há entrevistas com presos na Casa de Detenção, descrição de tipos populares (como tatuadores ambulantes e caçadores de ratos para a Saúde Pública), ao lado de textos de explícita reivindicação social (como o que descreve as condições desumanas dos trabalhadores de minério na Ilha da Conceição, ou as hospedarias para proletários do Centro do Rio) e uma visita a uma casa de ópio na Ponta do Calabouço. A introdução (*A rua*) é um clássico, texto essencial para entender a cidade do Rio de Janeiro e o espírito carioca.

Em agosto de 1907 João do Rio chegara ao ápice de sua carreira. Ao inaugurar a impressão a cores, a *Gazeta* ocupou toda a primeira página com a coluna *Cinematographo*, assinada por Joe, outro dos seus pseudônimos. Isso se repetiu inúmeras vezes. Em nenhuma outra época na história da imprensa brasileira, antes ou depois, um jornalista alcançou um prestígio tão grande. A coluna durou pouco mais de três anos e tinha de tudo: perfis de políticos ou artistas, crônicas de costumes, resenhas literárias ou teatrais, confissões pessoais, efemérides sociais.

Muitos trechos foram selecionados para o livro anual do autor, sempre assinado por João do Rio. Nestes encontramos sempre alguma obra-prima do jornalismo. Como *A cidade do morro de Santo Antonio/Impressão noturna*, depois rebatizado de *Os livros acampamentos da miséria*, onde ele sobe a pé numa favela à noite, acompanhado de três malandros, visita uma birosca e assiste a uma roda de samba. Tudo isso em outubro de 1908, antes de qualquer outro. Ou a série *Dias de burla*, sobre cartomantes, videntes e outras profissões enganadoras. Ou ainda a detalhada cobertura da Exposição Nacional em 1908, na Praia Vermelha. Outros permaneceram em jornal, como a pungente visita ao navio onde o Príncipe Luiz de Bragança, filho da Princesa Isabel, vindo da Europa em 1907 e impedido pelo Governo republicano de desembarcar, recebeu a imprensa, amigos e parentes. Quando João Cândido, o herói da Revolta da Chibata, foi libertado da cadeia (1912), logo a *Gazeta* (onde João do Rio já era então diretor de redação), publicou suas “memórias” (ditadas, pois o marinheiro era analfabeto), num furo sensacional de reportagem. Anos antes, ele copidescara as confissões de um popular ladrão, publicadas com o título de *Memórias de um rato de hotel*, um texto delicioso.

Também muito interessantes são as crônicas de viagem. No que consta a viagens ao interior do Brasil, há muitas sobre São Paulo, que previu antecipadamente como motor da nação, e outras tantas sobre Minas Gerais, das estátuas do Aleijadinho em Congonhas, que considerou horríveis, à recém-construída Belo Horizonte. Na Europa focalizou principalmente França e Portugal. Sobre esse último país, pelo qual tinha uma predileção que era recíproca, escreveu muito, e sobre assuntos muito variados: política, literatura, teatro, turismo. *Portugal d'agora*, posto à venda em 1911 simultaneamente no Rio e Lisboa, tem reportagens, entrevistas e crônicas de primeira qualidade.

Em 1915 João do Rio trocou a *Gazeta* por *O Paiz*. Estava consagrado também como contista e autor teatral. As histórias mórbidas do livro *Dentro da noite*, e a peça *A bela madame Vargas*, uma comédia sofisticada, foram muito bem aceitas pela crítica e pelo público. Desde 1910 era membro da

Academia Brasileira de Letras, e colaborador assíduo de muitas revistas e jornais vespertinos. No novo jornal, bem menos liberal e moderno que o anterior, iniciou uma nova fase na sua carreira.

A principal novidade foi sua estréia na crônica social, estabelecendo o modelo vigente até hoje: pequenas notinhas sobre personagens da alta sociedade, entremeadas com comentários irônicos sobre arte, política ou qualquer outro assunto de aparência mundana. É o apogeu do período dândi de João do Rio, que escandalizava a cidade com fraques e casacas de cores berrantes. A coluna *Pall-Mall-Rio*, assinada com o pseudônimo de José Antonio José, inspirado no jornalista francês

“Entre os ideais da sua pena e os tempos que aí vão, ele preferiu sucumbir a transigir.”

Michel George Michel, foi um sucesso estrondoso, popularizando o novo gênero. Durou de 1915 a 1916. Muitos consideram essa uma fase menor do autor. Mas hoje, 90 anos depois, é uma preciosa crônica de costumes, um inventário da classe dominante. Paralelamente em *A Revista da Semana*, dirigida ao público feminino, lançou *A semana elegante*, com o velho pseudônimo de Joe.

Foi nessa época que começaram os primeiros ataques diretos contra ele na imprensa carioca. Surgiram primeiro em forma de sátira. São charges e textos caricaturando sua obesidade, sua calvície precoce, sua origem mestiça ou seu homossexualismo afetado. Os mais célebres foram escritos por Humberto de Campos, que mantinha do jornal *O Imparcial* uma paródia do *Pall-Mall* intitulada *Pele-Mole de João Antonio João*. Essa é a origem da expressão “pele”, com o significado, segundo o Dicionário Houaiss, de “bode expiatório, pessoa alvo de escárnio e mofa”. Acuado e temendo o ridículo, João do Rio optou por encerrar suas duas colunas.

Outra das suas facetas foi ser correspondente de *O Paiz* na Conferência de Versalhes, realizada na Europa depois do final da Iª Guerra Mundial. O resultado, composto de entrevistas, reflexões políticas e impressões de viagem, foi publicado em 1920 nos três volumes de *Na Conferência de Paz*. É uma tentativa pioneira de criar um ponto de vista brasileiro e não oficial sobre a política internacional.

Jornalista desde adolescente, João do Rio mais de uma vez tentou fundar um jornal. Em 1910 fez um empréstimo a Irineu Marinho para a fundação de *A Noite*, mas sua colaboração foi curta e de pouca importância. O dinheiro foi devolvido no prazo combinado. Em 1916 foi um dos fundadores da revista *Atlântida*, dedicada a estreitar os laços culturais entre o Brasil e Portugal, que durou quatro anos. E também do vespertino *O Rio-Jornal*, do qual logo se afastou por divergências com os sócios. Mas em agosto de 1920 conseguiu finalmente fundar um jornal de grande porte, o matutino *A Pátria*, sob o seu controle absoluto. O curto período que separa esse fato da sua morte prematura faz aflorar um outro aspecto de João do Rio: o jornalismo político.

No novo jornal, na coluna *Bilhete*, um curto editorial de primeira página, João do Rio passou a fazer uma oposição sistemática ao Presidente Epitácio Pessoa, seus ministros e seu chefe de polícia, e também aos jacobinos, ultranacionalistas conservadores. Defendia sindicatos e grevistas, atacava a censura. A Ação Social Nacionalista, católica e radical, precursora da Ação Integralis-

ta, o colocou na lista negra por divergências quanto à nacionalização da pesca comercial. Nos jornais do movimento (*ABC e Gil Blás*), o ex-semi-narista Antônio Torres, um polemista virulento e sem escrúpulos, chegou a pregar o seu assassinato, também o acusando de pederastia e viver a soldo de uma potência estrangeira, no caso Portugal, de onde vinha a maioria esmagadora dos pescadores. Numa tarde quando almoçava num restaurante do Largo da Carioca, João do Rio foi agredido por um grupo de oficiais de Marinha, membros da Ação. Apesar da solidariedade de toda a imprensa e de muitos políticos ao ofendido, os agressores não foram punidos.

A Pátria vendia bem, com um jornalismo de combate, onde também se destacavam Maurício de Lacerda e Evaristo de Moraes, dois dos primeiros socialistas do Brasil. Mas sofria boicote de anunciantes, por pressão do Governo. João precisou de um empréstimo e só conseguiu

junto ao Governo de Minas Gerais. Isso veio a ter conseqüências imprevisíveis.

Ao aproximar-se o fim do autoritário mandato de Epitácio Pessoa, as correntes políticas preparavam seus candidatos à sucessão. O preferido dos progressistas era o ex-Presidente Nilo Peçanha, e dos conservadores, Artur Bernardes, o Governador mineiro. A simpatia de João do Rio era pelo primeiro, que o indicara ainda adolescente para trabalhar na *Gazeta*. Mas Bernardes exigiu apoio público e irrestrito. João do Rio propôs a devolução do dinheiro do empréstimo. Bernardes recusou e ameaçou protestar os títulos, ainda exigindo a publicação de uma condenação da candidatura Peçanha. Isso ele não podia aceitar. Sob intensa pressão, João do Rio veio a falecer de enfarto dentro de um táxi no bairro do Catete, no início da noite, quando retornava para sua casa em Ipanema. Tinha 40 anos incompletos.

O velório e o enterro de João do Rio, em junho de 1921, pararam a cidade. É uma prova incontestável do prestígio da imprensa, e do poder pessoal de um jornalista. É estimado que metade da população do Rio de Janeiro tenha comparecido, abrangendo todas as classes sociais. Ex-presidentes, prefeitos e ministros; autores e atores de teatro; membros da Academia Brasileira de Letras e da imprensa; negros capoeiras; jovens do Itamaraty; estudantes; cordões carnavalescos; entidades sindicais.

Na porta do Cemitério São João Batista, Maurício de Lacerda pronunciou o elogio fúnebre, pouco divulgado, onde há um trecho que resume em poucas linhas a trajetória profissional do grande homem de imprensa que foi Paulo Barreto, aliás João do Rio.

“Entre os ideais da sua pena e os tempos que aí vão, ele preferiu sucumbir a transigir. É essa a grande lição da sua vida, que vale a maior página da sua arte, a maior beleza do seu estilo, o mais famoso capítulo do seu gênio.”

A Pátria, dois anos depois, foi entregue aos credores, representados por Francisco Valadares. Tornou-se um órgão conservador e foi um dos jornais incendiados na Revolução de 30 como representante da velha ordem. Mas João do Rio, hoje redescoberto pela crítica, tem grande parte de sua obra reeditada, e permanece, para a juventude, como um exemplo do melhor jornalismo.

Jornalista, pesquisador e escritor, João Carlos Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro em 1949. Entre seus livros publicados estão *Bibliografia completa de João do Rio 1899-1921* (Rio de Janeiro, 1994, Secretaria Municipal das Culturas, Coleção Biblioteca Carioca); *João do Rio: uma biografia* (Rio de Janeiro, 1996, Topbooks – Bolsa Vitae de Literatura 2003) e *O negro brasileiro e o cinema* (Rio de Janeiro, 2000, Pallas).

**Existe algo em comum
entre a ABI e a Petrobras:
as duas ajudam a impulsionar o País.**

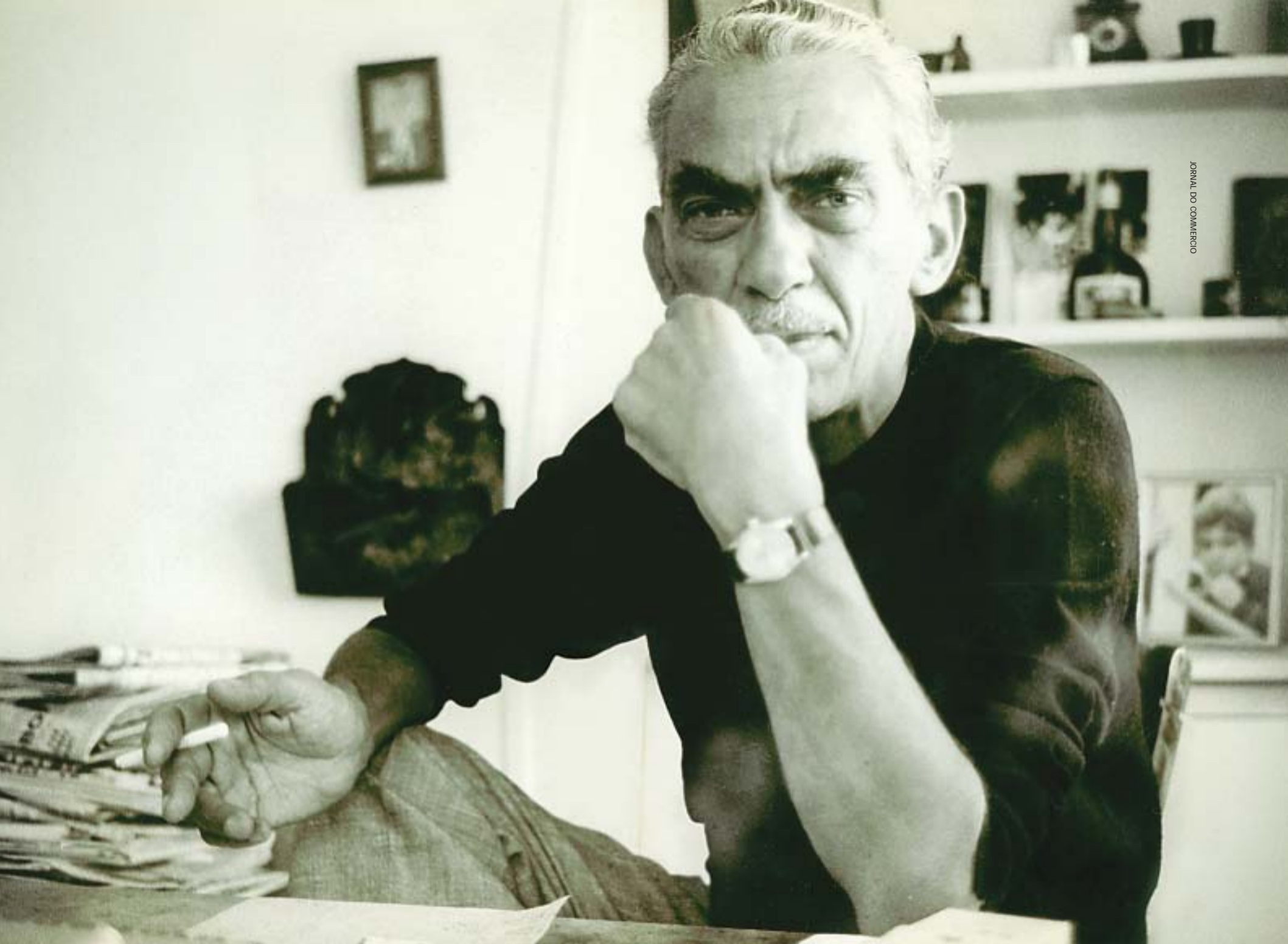


A Petrobras se orgulha de fazer parte dos 100 anos da ABI, uma instituição fundamental na luta pela liberdade de imprensa, pelo progresso e por inúmeras conquistas.

BR PETROBRAS
O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de
Minas e Energia





Ea meia-noite. Ou mais. No apartamento de Samuel Wainer na Vieira Souto planejavamos um novo suplemento para *Última Hora*. Corriam os primeiros (e talvez únicos) meses de possível tranquilidade política após o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) de 13 de dezembro de 1968. Samuel voltara de seu último exílio curvado de humildade/humilhação. Segundo dizia, decidira “parar de fugir”. Havia negociado com os militares:

– Não mais a minha sobrevivência – garantia – Mas a sobrevivência da *Última Hora* carioca.

As outras UH – São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas, Estado do Rio e Pernambuco – não existiam mais. O mais vigoroso e paradoxalmente frágil império jornalístico brasileiro, criado a duras penas, sustentado com lágrimas sinceras e dúbio idealismo pelo cérebro chamado Samuel Wainer e por fascinantes equipes sempre renovadas e com a qual eu me identificara desde os primeiros minutos de redação, este império em permanente convulsão estava no fim. Uma a uma as edições foram fechadas, negociadas, trocadas de nome e de dono como aconteceu com a *Última Hora* de Porto Alegre transformada em Zero Hora. Assim, como sempre fizera em tempos de crise e de desespero, SW punha em prática uma inovação chamada Idéia Nova. Sua última “e azoicante” inovação:

– Idéia Nova ou “IN” – explicitava ele.

E “in”, que em inglês podia significar apenas “em” ou no máximo “dentro”, ganhava a gíria de Ipanema para indicar “inserido”, “estar por dentro”, “nas paradas”. Quem materializava “a nova parada de SW carregada de bossas” era Oséias

Carvalho, egresso do *Binômio* e da *UH-Mineira*. Eu, então editor-geral do jornal, participava também da mini-reunião no apartamento de SW. Foi quando soou a campainha da porta que dava para o corredor de serviço, o que indicava a chegada de alguém familiar. Com a vida social e econômica em farrapos, o próprio dono do apartamento – aliás de propriedade de sua ex-mulher Danuza Leão – levantou-se rápido e foi atender.

– Entra Rubem! – intimou SW.

Vimos Rubem Braga parado no vão da porta. Ele ameaçou entrar, olhou para nós na mesa de jantar improvisada em trabalho e recuou:

– Vocês estão fazendo jornal!?

SW nem chegou a explicar nada. Rubem virou de costas:

– Vocês são uns tarados! – exclamou. E foi embora.

Imediatamente voltamos aos planos e à exposição de Oséias com SW opinando cheio de entusiasmo.

Aquele era o Samuel Wainer com quem convivemos durante 17 anos. A fio. Sei coisas sobre ele. Ao mesmo tempo acumulei conhecimento sobre *Última Hora*. Pois os dois se confundiam nesta acumulação. Pensar em Samuel, falar de Samuel, era pensar e falar de *Última Hora*. Talvez saiba mais coisas boas sobre essas duas entidades do que coisas ruins. Algumas são lendas boca a boca nunca comprovadas. Mas também pouco contestadas. E que vou repetir aqui, sem distingui-las exatamente como fábulas ou estórias. Porque a narrativa arrancada da memória deste velho repórter não tem pretensões históricas e muito menos compromi-

dos jornalísticos como se compreendem hoje a História pesquisada e pesada e o Jornalismo que se apóia na verdade e nos depoimentos com versões factíveis. Outras dessas coisas que sei sobre Samuel (e *Última Hora*) são, em verdade, fatos testemunhados publicamente. Alguns até já divulgados, contra e a favor deles, em livros e reportagens inúmeras. Que Samuel é mesmo um dos (ou o) jornalista mais célebres da História da Imprensa, ninguém põe dúvida. Assis Chateaubriand e Roberto Marinho que me desculpem, se for o caso. E Hipólito José da Costa, Evaristo da Veiga e Joaquim Gonçalves Ledo, de tempos mais ingênuos e heróicos, menos mercenários e mais patrióticos, que me não considerem.

NOSSO HERÓI, NOSSO ÍDOLO

Todos os dias, fora fins de semana brilhantes de sol, algumas possíveis e merecidas férias e viagens inesperadas ou não para reportagens, os dolorosos anos de exílio e prisão, eu e toda a redação víamos Samuel entrar. Eram momentos, como direi, de prazer e suspense. Todos gostávamos de ver e ouvir Samuel. Antes mesmo de fundar UH, seu nome, seus feitos em Nuremberg (o único repórter brasileiro que cobriu o mais famoso dos julgamentos), a revista (*Direrizes*) que dirigiu burlando a censura do furioso Estado Novo getulista até o seu fechamento pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (Dip) em 1944, depois a amizade conquistada ao ex-ditador, sua fama de dandy – tudo isso o habilitava como legenda do mais completo jornalista. Nós o invejávamos. Ele era nosso herói. Nosso ídolo.

HERÓI E MITO, SAMUEL WAINER ERA A PRÓPRIA ÚLTIMA HORA

Em capítulo ainda inédito do livro que está finalizando, o antigo repórter, editor e último diretor responsável do jornal fala de Samuel, de UH e das densas aventuras e crises que ambos viveram.

POR PINHEIRO JÚNIOR

Ele sabia disso e entrava na redação para não decepcionar. E lá vinha de largos passos, circundando labirintos de cadeiras, esbarrando com suas amplas ilhargas em quinas de mesa, parando de repente como se estivesse ferido, falando rápido com quem precisava falar sem deixar de apalpar as ancas atingidas, dando ordens e sugestões ao chefe de reportagens que o ouvia quase sempre boquiaberto, olhando depressa a pauta do dia que ele chamava de roteiro de reportagens, e convocando o secretário de redação ou algum editor visível entre mesas e máquinas de escrever. Sua voz, nestas ocasiões, se ouvida a alguma distância, podia parecer um latido emitido por uma trilha sonora de filme antigo. Ou o som de alguém imitando mal um cachorro doméstico, ora enfurecido ora amistoso.

Mas o que Samuel não parecia saber era rir descontraidamente. Dizem que com a mulher (da vez), os filhos e alguns eleitos para sua intimidade, ele até gargalhava. Nestas raras ocasiões mostrava grandes dentes de marfim manchado pelo alcatrão e o café. Então, depois da exibição na redação, em rápido e histriônico show, não esperava por qualquer espécie de aplauso. Entrava rápido no aquário. Atrás dele entravam os convocados a esmo, às vezes numa fila indiana em direção ao fundo meridional da redação da Rua Sotero dos Reis.

O fundo onde transparecia o aquário era onde também acabava a sucessão de painéis cubistas, azoïnantes em cores cariocas, pintados com maravilhado culto à imprensa que se apresentava como “uma arma do povo”, o primeiro eslogam de UH inscrito junto ao logotipo forjado sobre traços

a manuscrito nas primeiras edições que se seguiram à fundação, em 12 de junho de 1951. Disse-me que o paraguaio-argentino Andrés Guevara, durante o planejamento da primeira boneca do jornal, perguntou a Samuel:

“E como desenho o nome do jornal?”

Samuel pegou um lápis-cera sobre a mesa e escreveu no papel de diagramação, com a melhor letra que pôde: *Ultima Hora*. Assim, rebuscadamente e sem acento. Ou artigo definido. Por isso quando se referiam simplesmente ao nome do jornal, ele era feminino: “a” *Ultima Hora*. Mas quando falavam do jornal inespecificamente, ele pedia definição masculina: “o” *Ultima Hora*.

Então Guevara traçou a logo nunca mudada. Como se fora a assinatura do dono. E que trazia alguma coisa alegre e simpática da velha e humorística *A Manhã* e do famoso *Almanhaque* de Aparício Torelly, o Barão de Itararé. Foi lá, no jornal político mais engraçado e sério do Brasil, que Guevara se firmou como chargista. E designer.

Também o artista daquele show policromático de painéis que iluminava a redação – Emiliano Di Cavalcanti, pintor das mulatas e do Rio de Janeiro – imprimira um quê de Samuel Wainer e da alegria hilária do Rio de Janeiro em seus traços fortes, nos punhos cerrados dos oprimidos, nas bobinas de papel de imprensa, no samba imortal de Noel Rosa e Cartola. A obra fôra produzida em óleo sobre tela, acho que cinco painéis (ou eram seis?), com molduras de madeira clara e crua, para decorar a antiga redação da Praça Onze. Fechada a redação da Praça Onze, os painéis preciosos foram transportados para a nova redação da Sotero dos

Reis. Hoje essas preciosidades que não têm preço decoram paredes de um banco no Rio de Janeiro, dadas como empenho para pagar o 13º. salário da redação nos estertores do jornal, em 1971, sob a ditadura militar.

O prédio da Praça Onze já havia sido arrestado por volta de 1956, ao cabo da primeira grande crise do jornal dois anos após o suicídio de Getúlio Vargas. Com máquinas, carros, móveis e tudo que fiscais e seguradores puderam relacionar e tomar, fecharam-se as portas da primeira redação de UH. Escapou da rapina oficial um bronze de agradecimento a SW onde funcionários assinalavam “mais uma etapa da luta pela valorização profissional”. A placa de agradecimento tinha o perfil em alto relevo de Samuel e vinha assinada por seus companheiros de *Última Hora* e *Flan*. Esta, uma revista dominical tão sofisticada como jamais se fizera no Brasil. Também a placa foi reencravada ao pé das escadas da nova redação na Rua Sotero dos Reis. Foi sob nova direção udenista que o Banco do Brasil tomou tudo que pôde da Editora Ultima Hora SA para saldar dívidas sequer vencidas. Mas cobradas irresistivelmente pelo Governo Café Filho que sucedeu ao trágico populismo de Getúlio Vargas. O prédio foi depois posto abaixo. Tão depressa como se os demolidores estivessem cometendo algum crime de dilapidação pública. E estavam. Era uma construção simpática, mas um tanto ou quanto amorfa ou incompleta, como se estivesse a espera de mais andares. Grande mas simples, tinha três pavimentos para cima e dois para baixo.

No primeiro subsolo ficavam as rotativas Duplex e a estereotípia. Para quem não viveu a época

pré-offset, explica-se que estereotipia era parte da técnica de impressão a quente necessária para moldar telhas de chumbo a partir dos flans, que são aquelas grandes folhas de papelão-amianto onde tanto os caracteres tipográficos gerados linha a linha pelas linotipos, como os clichês fotográficos que compunham as páginas, ficavam gravados em baixo relevo sob a pressão do cilindro da calandra.

E VIVA A CALANDRA!

No segundo subsolo instalavam-se as linotipos, as mesas-pranchas dos paquês de páginas-matrizes e... a célebre calandra. Tão desconhecida de repórteres novatos e tão pesada era a calandra, que o principal trote a que os veteranos submetiam os focas era lhes ordenar que fossem à oficina trazer a calandra depressa e entregar ao chefe de reportagens. Se o trote ocorresse em momentos de agitação de uma cobertura e o foca voltasse dizendo que o chefe da oficina simplesmente o ofendera, raramente o chefe de reportagens também não ofendia o foca, traumatizando-o mais duramente ainda.

Erguida sobre pilotis frontais e de frontispício acachapado, a construção debitada a “um misterioso arquiteto do Vaticano” – Redig de Campos – ostentava grandes letreiros néon azuis, se não me engano, com a logo de UH. Havia ainda os jardins suspensos à Burle Marx no topo do edifício, onde funcionava um restaurante para os funcionários do jornal. Deste terraço escapavam grandes e rendados filodendros, fachada branca abaixo. Suponho que o prédio não era de concepção mais apurada porque fôra construído especificamente para abrigar um jornal – o *Diário Carioca* – que, naquela época, necessitava de trapizongas inimagináveis em tempos atuais de offset, informática e transmissão via satélite. Como todo projeto objetivamente determinado, este também tinha um toque funcional revolucionário que o deixava à beira da extravagância até na sobreloja que se deitava imediatamente acima do grande hall de entrada. Nesta sobreloja ficava um dos mais completos laboratórios fotográficos da época. E um arquivo para pesquisa de imagens. O arquivo de texto era apenas a coleção armazenada do jornal. Em lugar de toda essa curiosidade arquitetônica erguida em concreto, granito e vidro – não sei por que não foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ou organismo que o valha – construíram um bloco paralelogramático onde hoje funciona a administração do Metrô. Desse paralelepípedo gigante o máximo que se pode dizer é que é pesadamente vulgar.

Mas lá, no novo aquário da Sotero dos Reis – uma novidade em matéria de administração redacional, essa sala de vidro com olhos voltados para a parte principal da redação – ficavam trancados os convocados. Mas não por muito tempo, que Samuel era rápido e objetivo. Diariamente, por volta das 11h e depois de o vespertino ir para a rua – pois UH tinha duas edições – ocorria neste cenário o que seria uma reunião de pauta. Razões operacionais, como por exemplo não deixar a reportagem parar, dispensavam quase sempre o chefe de reportagens. Subchefe de reportagens para quebrar um galho na ausência do chefe, nem pensar. Havia, sim, um chefe de reportagens matutino, que era também o pauteiro; e outro



Primeiro número do jornal Última Hora e, abaixo, caricatura do Corvo Lacerda, de Lan.

Todo mundo sabia “de antemão” quem foram os financiadores de Última Hora a partir de 1951. Getúlio vinha em primeiro lugar.

chefe vespertino que deixava dicas à noite para o chefe do plantão da madrugada, este, em geral, um repórter especializado em assuntos policiais, embora fizesse “clínica geral”, como se dizia. Mas um repórter especial e mais experiente, para ficar imobilizado na mesa da chefia e ir despachando o pessoal e os carros, enquanto o titular estivesse recolhido ao aquário, quase nunca era possível.

Acreditava-se mesmo que seria temerário imobilizar um repórter especial num jornal tão dinâmico como UH. Além do mais, havia o onisciente Samuel, ao mesmo tempo diretor, editor, editorialista. E chefe de reportagens. Ele que se gabava de ser, também e antes de tudo, o repórter de rua.

Dentro do aquário, porém, Samuel era majestático, gesticulando com os nervos do pescoço e dos braços sempre esticados ao limite visual da deformação. Via-se através da vitrine que dava para a redação e desvendava os peixes dentro do aquário que Samuel levantava-se muito de sua cadeira giratória para melhor tocar o peito ou os ombros dos interlocutores. No entanto, outras vezes falava baixinho, voz rouca, pigarro frequente, com humildade. Parecendo triste e deprimido. Mantinha quase sempre as mãos na cintura, numa pose muito dele. Os cabelos cacheadamente revoltos e mais brancos por falta de pintura eram jogados para trás. Os óculos vinham para a ponta do nariz, quando ele se lembrava de usá-los. E depois os óculos eram empurrados para a testa como fazem os motoci-

clistas com suas viseiras. Os cigarros ele puxava da carteira aberta sobre a mesa para uso de todos. Mas só ele fumava com constância. Um cigarro atrás do outro. Às vezes mantinha o cigarro apagado nos lábios. Como se dizia que Graciliano Ramos fazia para poder parar de fumar. Com frequência, todavia, o aquário se enchia de fumaça branca e perfumada apesar do ar condicionado. Os cigarros eram os infalíveis americanos de filtro amarelo e tabaco da Flórida. Assim, mesmo quem nunca fumava de moto-próprio acabava tirando barufos compulsórios. Os chamados fumantes passivos que pouco se apercebiam disso.

Súbito, Samuel ia até o exíguo toailete à direita do aquário. Deixava a porta aberta, jogava o cigarro mal fumado no vaso, abria a braguilha com cafejeste naturalidade nada obscena e continuava falando sem interromper ordens ou sugestões que dirigia aos editores sentados submissamente. Eu, muitas vezes, estive presente ao espetáculo de poder masculino explícito facilitado pela ausência de mulheres, pois a participação feminina ainda era mínima nas redações. Ele cuidava, porém, para que ninguém lhe visse diretamente “as vergonhas”, como lhe apelidaram o pênis. Mas espanto mesmo, quase ninguém manifestava. De Samuel, tudo se podia esperar. Só Aparício Pires, editor de esportes, ensaiara tapar os olhos jocosamente uma vez. Samuel lhe surpreendeu o gesto e esboçou o que poderia ter sido um sorriso:

– Afinal – comentou ele – eu estava apertado. Com a garganta seca.

A relação entre a garganta e o desespero em ter que esvaziar a bexiga ninguém atinava. Mas a desculpa parecia confirmar a suspeita geral de que o homem era de tal maneira dinâmico que lhe não sobrava tempo para se desapertar como todo mundo se desaperta normalmente. Espanto mesmo e único, lembro eu, foi o do repórter policial Amado Ribeiro, sempre pronto a trazer novidades ou criar piadas quando era abordado por Samuel. Desta vez ele se encaminhava para o toailete geral da redação quando Samuel o pegou pelos ombros:

– Escuta aqui, Amado...

Entraram os dois ao mesmo tempo no banheiro. Se espremeram na porta como bichos apressados e mal adestrados. Quando saíram, Samuel foi para o aquário e Amado caminhou em minha direção, na chefia de reportagens, entre risos e trejeitos de nojo:

– Pinheiro! O Samuca ficou ao meu lado e eu não pude fugir quando ele balançou e me respingou... Olha só! – mostrou a manga da camisa salpicada de mijo.

O editor de polícia Augusto Donadel Jorge ouviu, riu gostosamente e contou o que garantiria ter visto:

– Pois outro dia o Samuca me chamou no aquário para brigar comigo porque o Jacintinho fizera uma besteira qualquer...

– O Jacinto de Thormes?

– É. Sempre que um cara faz uma besteira e ele não pode brigar com o cara por qualquer motivo, porque o cara pode se empombar e ir embora do jornal e o cara é importante para a venda do jornal, esse negócio de marketing, o Samuca me chama e me dá uma bronca. Eu fico até sem saber o que responder...

– E aí?

– Aí que entrei no aquário e encontrei o Samuca no banheiro, de porta aberta, sentado no vaso sanitário, de calças nos joelhos, um barbeiro lhe aparava as madeixas...

– ...as madeixas?...

– É, os cabelos da cabeça dele. Uma manicure lhe fazia as unhas e...

– E...

– Bem, juro que havia alguém cuidando também de lhe fazer uns carinhos... – Donadel parava, olhava em volta e completava: – ...porque nem para se pôr em dia com as transas ele tem mais tempo.

Transa, com o significado que Donadel lhe dava, tinha poder erótico novíssimo sob influência do fenômeno que se traduziria no *Pasquim*, o semanário que viria a criar toda uma terminologia destinada a substituir corriqueiros palavrões. Donadel foi ovacionado num delírio moleque dos repórteres e de alguns fotógrafos que se aprontavam para cumprir pautas. Até mandaram o contínuo Pingüim buscar uma rodada de café no fugaz restaurante do Caruso para celebrar a melhor das piadas engendradas, até então, sobre o comportamento samauelino. O próprio Caruso, mordomo de Samuel, foi um desses fenômenos em momento de alguma prosperidade, montando um restaurante razoável com especialidades italianas. Mas Donadel era uma fonte perene de brincadeiras. E confessava:

- Eu nunca quis ser repórter.
- ?
- Queria ser palhaço.

Era outra piada. De autocritica mordaz. Ele, o mais considerado e experiente dos repórteres de polícia, contemporâneo de Nestor Moreira. Aquele repórter de *A Noite* massacrado a patadas pelo policial Coice de Mula dentro da atual 12ª. Delegacia Policial. A morte de Nestor Moreira deu azo a que o repórter Edmar Morel, autorizado pelo Ministro da Justiça Tancredo Neves, devassasse os xadrezes distritais do Rio, Capital Federal, mostrando um inferno de iniquidades em memoráveis edições de *Ultima Hora*, com horripilantes fotos de Jader Neves. Prova de que os extremos se tocam aconteceu no ano seguinte (1954), quando o pistoleiro Alcino do Nascimento foi considerado como assassino do Major Rubem Florentino Vaz, na Rua Tonelero, Copacabana, empreitado pelo tenente Gregório Fortunato, chefe da Guarda Pessoal de Getúlio Vargas, de longa data. Gregório, na verdade, queria era calar o jornalista de oposição Carlos Lacerda – que também estava armado e atirou para se defender – saindo o jornalista dono da *Tribuna da Imprensa* com um controverso tiro no pé. E as dúvidas sobre a tragédia permaneceram décadas emfóra. Pois matando quem não queria – se é que o tiro que matou Rubem Vaz saiu mesmo da arma de Alcino – Gregório acabou repetindo em superescala a tragédia de Nestor Moreira, dando a Vargas a suprema vergonha de se reconhecer “sobre um mar de lama” vazando dos porões do Catete.

Luís Costa fez para UH *O Dia do Presidente*, de plantão no Catete com Getúlio Vargas vivo. Ou morto. Contava ele, por volta de 1960, que Samuel era daquele jeito que aparecia no aquário porque tomava soporíferos à noite. Ao acordar, precisava de uma anfeia qualquer para começar o dia animado e poder enfrentar a barra que era a sua vida de jornalista da predileção e com posto de eminência parda de três presidentes quase sucessivos: Getúlio, depois JK e, por fim, Jango Goulart. JK passara o Governo, já no Planalto, a Jânio Quadros, esperança frustrada da União Democrática Nacional (UDN), muito imprevisível que era esse JQ até na condecoração a Ernesto Che Guevara e na renúncia inexplicável e refletida por longos anos de ódios e tormentas políticas e econômicas. Dizem que por culpa desse Presidente doido demais o Brasil ficou tão desarrumado que acabou caindo nas garras dos piores e mais auto-suficientes militares. Acreditando-se salvadores da pátria, esses militares mais desarrumaram e corromperam o país. Nunca, porém, JQ hostilizou SW ou tentou cercar UH. Em São Paulo, aliás, quando Go-

vernador em 1957/58, chegou a prestigiar algumas das grandes reportagens-denúncia boladas por Samuel, como aquela sobre o tráfico de cocaína que invadia as boates da Major Sertório, da Rua Augusta e da Avenida Paulista, intituladas *São Paulo, capital do império da poeira maldita*. Título geral do editor Paulo Silveira. Autor das reportagens: eu.

Trabalhamos com afinco nestes 17 anos – que Samuel nunca brincava em serviço – sob dois tetos. Ambos sedes próprias de *Ultima Hora*: a grande

imprensa da UDN e seus acólitos civis e militares” era um estipêndio à altura do que se dizia dispensado a UH por capitalistas que apoiavam Getúlio.

Conto meus 17 anos de trabalho a partir de março de 1955, quando ingressei em *Ultima Hora*, fundada quatro anos antes. Então o jornal estava sediado na Praça Onze e vivia debaixo da campanha mais impiedosa que se pode imaginar, com os diários rivais e os políticos de oposição a Getúlio vasculhando tudo sobre *Ultima Hora* e seu dono, apontado



Retirado graças a uma sensacional reportagem de Samuel Wainer do ostracismo que se seguiu à sua deposição, em 29 de outubro de 1945, Getúlio ofereceu-lhe, numa prova de gratidão, uma embaixada ou um jornal. Samuel escolheu o jornal.

redação da Praça Onze, no edifício comprado ao *Diário Carioca*, e a redação compacta da Rua Sotero dos Reis, de arquiteto desconhecido, nas proximidades da Praça da Bandeira, sede final e modesta propiciada pelos urgentes estipêndios – como se dizia obsequiosamente – de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ou JK, o superpresidente voador, o pé de valsa neurótico no bom sentido, que se mudou com a Capital Federal do Rio para Brasília sob loas de *Ultima Hora* e fogo cerrado do resto da imprensa carioca e paulista. Em editoriais escritos pelo próprio SW, Moacir Werneck de Castro, Nelson Werneck Sodré, João Etcheverry, Octavio Malta, Domar Campos ou Josimar Moreira de Melo, essa imprensa era “acoimada de antiprogredista, inimiga do Brasil”. A mesma imprensa que imolou Osvaldo Cruz. Que desancou Pereira Passos. Que fez Getúlio se matar. Na verdade, o que fazia falta naquele momento “à banda de música

como corrupto e inescrupuloso. “De passado incerto e não sabido”. Fui repórter, redator, chefe de reportagem, editor e chefe de redação deste matutino/vespertino vilipendiado e difamado. Por fim, a partir de 1971, alcei-me à posição de diretor, o último oficialmente responsável, como exigia a lei, uma escolha que se me afigurava injusta para um jornal que tinha Moacir Werneck de Castro como redator-chefe. Este sim, o verdadeiro diretor de redação. Porque, quando assumi a direção oficial de *Ultima Hora*, na verdade Samuel buscava apenas um profissional de sua confiança jornalística. Que fosse capaz de tocar o jornal de forma tecnicamente aceitável e dirigir aquela mínima redação angustiada, quase rebelada e impedida até de receber salários. O jornal, na verdade, agonizava desde 1964, quando foi empastelado, metralhado e parcialmente incendiado. Sob cerco ideológico, sanções econômicas e a mais severa censura jornalística impostos pela di-



JORNAL DO COMÉRCIO

Admirador do repórter Samuel Wainer, Assis Chateaubriand, dono do maior império jornalístico da época, passou a odiar Samuel quando este, como empresário, decidiu disputar e conquistar espaço no mercado que Chatô dominava.

tadura acabou fechado e transferido para mãos inábeis e imprecisas.

Era tempo de Garrastazu Médici que sucedeu a Costa e Silva e a Castelo Branco.

A venda do título nacional, a logomarca do jornal *Última Hora*, transacionada em 1972 por alguns milhões de cruzeiros, assegurava aos empreiteiros liderados por Maurício e Marcelo Alencar o direito de imprimir o jornal por dez anos. Na verdade, os empreiteiros eram conhecidos como “irmãos bobagem” – os prediletos de Mário David Andreazza, poderoso Ministro dos Transportes picado pela mosca azul machadiana. Andreazza queria ser Presidente. Na cabeça dele, podia repetir Getúlio Vargas. Pois era certo que aquela ditadura sem voto direto não ia durar para sempre. Queria Andreazza reprisar a História – nem que fosse como farsa! – tendo um jornal popular e bonito para dizer todo dia, toda hora, que ele era o maior. Era tudo que o Brasil do milagre econômico de Delfim Neto precisava para fazer a felicidade dos esquecidos rurais e dos empobrecidos assalariados, para os quais – segundo Andreazza – tanto fazia se havia democracia ou se a ditadura torturava e matava seus opositores. Desde que lhes dessem pão e circo, que se danasse o resto. Garrastazu já não era ovacionado no Maracanã em jogos do Flamengo? Por que Andreazza não podia também ganhar palmas quando UH chegasse às bancas para documentar o quanto ele era bom e eficiente. Pois UH era um jornal acreditado pelas massas. “Uma arma do povo”.

A venda do título mal deu, porém, para pagar

dívidas imediatas. Poucos funcionários demitidos em função da transação que não aceitava passivos trabalhistas ou percalços jurídicos receberam algumas migalhas. E, quando se passava pela novel Ponte Rio-Niterói, espichada em cima da Baía de Guanabara em 1970, sob régua de cálculo e teodolitos de Andreazza, que era coronel e não engenheiro, alguns comentários se faziam inevitáveis. Não faltava, por exemplo, quem cochichasse o que parecia ser apenas boato:

– Se o Andreazza não tivesse comprado jornal para fazer campanha para Presidente, a ponte não precisava ser tão estreitinha.

Criticava-se na obra, principalmente, a falta de instalações para trens urbanos e pistas mais amplas com pelo menos uma baía de emergência antes ou após a corcova de aço asfaltado chamada impropriamente de vão central. O tempo mostraria que essas críticas eram válidas. Que a Rainha Elizabeth Segunda, quando veio inaugurar a obra para evidenciar e alardear o empréstimo britânico, devia saber que estava também dando aval a crimes políticos tenebrosos. E que Garrastazu e Andreazza não eram exatamente os chefes bem amados que as guerrilhas das frentes nacionais de libertação se encarregariam de desmoralizar e expor em carne viva.

– Hasta la vitória, siempre!

Che Guevara, então, só murmurado. Pois o que matou mesmo a *Última Hora* não foi só a falta de publicidade e de suporte econômico. Ai da empresa que anunciasse em *Última Hora!* Coitada, é verdade, tomava multas, impunham-lhe indevidos impos-

tos e não podia nem falar em crédito ou financiamento oficial. Mas o que matou fisicamente o bravo jornal foi o medo pessoal e intransferível de seus funcionários, um a um no caminho da deserção para os órgãos que a ditadura privilegiava como recompensa pelo apoio incondicional que recebia. Na boca dos que fugiam, até sem reclamar salários atrasados ou indenização, as palavras censura e tortura ecoavam como uivos que inexisteriam talvez nas jaulas dos jornais colaboracionistas.

O PRESO DO CAETANO DE FARIAS

Conheci Samuel Wainer preso no Regimento Caetano de Farias. Isso foi em novembro de 1955. Muito antes de o País mergulhar na ditadura pregada pelos políticos e militares, tendo à frente o aguerrido dono de jornal chamado Carlos Frederico Werneck de Lacerda. Ele assinava virulentas colunas na *Tribuna da Imprensa* e ocupava cadeias de rádio e TV com sua verborragia soturna para fazer denúncias dramáticas. Que, por isso mesmo, soavam insólitas. Denúncias contra o Governo. E contra *Última Hora*, o jornal de Getúlio.

Samuel estava preso no Caetano de Farias porque se negara a dizer para deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito, que funcionava no Palácio Tiradentes, os nomes dos financiadores de *Última Hora*. Ou, então, sua prisão e recolhimento ao quartel tinham sido decretados por um juiz que acolhera acusações de falsidade ideológica contra ele. Eis que Carlos Lacerda dizia ter descoberto que Samuel não era brasileiro. Era da Bessarábia, atual Moldávia, república da agora extinta União Soviética. O bessarabianozinho chegara ao Brasil com dois anos de idade. Conseguira certidão de nascimento falsa em São Paulo.

Lembro, certa feita, possivelmente em 1957, quando *Última Hora* se reerguia do caos das acusações lacerdistas, que estava eu no Volkswagen de Samuel, junto com Moacir Werneck de Castro, a caminho de São Paulo. Quando passávamos por Guarulhos, Samuel botou o braço janela afora do Fusca e apontou para além do difuso casario à beira da Via Dutra:

– Eu nasci ali – disse ele.

– Bom Retiro fica pra lá? – perguntei com minha dose de ingenuidade. Pois ouvira na redação que Samuel se dizia filho de Bom Retiro, lugarejo de São Paulo onde vivera a primeira infância com a família tradicionalmente israelita.

Mas logo começamos a falar do sucesso da *Última Hora* paulista. Lançada em 1952, a edição regional de São Paulo se reerguia do caos naquele momento. E estávamos indo para a sua redação no Vale do Anhangabaú, Avenida da Luz, em dependências usadas, até por volta de 1950, pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand, que as conseguira por empréstimo do lendário Conde Francisco Matarazzo, o homem mais rico do Brasil de então. Industrial progressista, dono de mil e um negócios. Porém, depois de romper com Chateaubriand – diziam que o Conde cansou de ser chantageado – Samuel ganhou, também por comodato, as instalações do Vale do Anhangabaú a partir de 1952. A UH paulista era a segunda das edições que comporiam a rede nacional de *Última Hora* – jornal igual ao irmão mais velho carioca, com matutino marcado por uma estrelinha, e vespertino com duas estrelinhas entrelaçadas. Em São Paulo, tal como no Rio, UH era um sucesso de deixar Chateaubriand possesso.

Sucesso era outra obsessão permanente de Samuel. Fácil foi, portanto, mudar de assunto ao passarmos por Guarulhos, o set natalino do fundador de *Última Hora*. Porque aquele assunto, do verdadeiro nascimento do fundador de UH, era

tabu. Motivo de constrangimento geral. E se Lacerda estivesse certo? E se impedissem Samuel de ser dono de jornal? E se o metessem, sob longa condenação, numa cadeia comum? O que aconteceria com a rede de jornais nacionais UH sem o titanismo de seu fundador?

Fundado em 1951, o jornal logo se revelara como a maior das revoluções na imprensa brasileira de todos os tempos. Aliás, a maior das convulsões. Suas sucessivas edições coloridas, plenas de imagens gráficas, fotos e cartuns incomodavam vetustos jornais de diretores idem. Donos de jornais elitistas que torciam o nariz para aquele judeuzinho (bessarabiano?) estranhamente desprezado e desapegado ao entesouramento pessoal.

Pois não é que o aprendiz de dono de jornal começava pagando muito bem a seus jornalistas e gráficos. Alguns desses profissionais, principalmente programadores visuais e diagramadores, como Andrés Guevara e os irmãos Ricardo e Mário Parnagnoli, haviam sido garimpados desde 1950 nos melhores diários de Buenos Aires. E eram extraordinários. Como extraordinários eram também os artistas plásticos nacionais Darel Valença Lins ou simplesmente Darel, Emiliano Di Cavalcanti, Augusto Rodrigues, Lanfranco Vaselli (Lan) e Antônio Gabriel Nássara que, além do traço simples e inimitável, era compositor e sambista. Todos contratados para fazer de UH um jornal que nem o megaempresário Assis Chateaubriand conseguira nos seus mais inspirados dias de amores com o Poder e as benesses do Tesouro Nacional. Imagine que o judeuzinho contratara Vinicius de Moraes e Nelson Rodrigues. Adalgiza Nery, Marques Rebelo, Francisco de Assis Barbosa, Permínio Asfora e, por volta de 1952, até Jorge Amado fôra colaborador de UH!

– Muita ousadia desse filho de uma mãe – bramia Chateaubriand, ex-patrão de Samuel e aliado de Carlos Lacerda.

– Sei bem de seu caráter desde o tempo de esconderijos nas pensões do Catete – insinuava Lacerda, apontado pelos comunistas como dedo-duro de companheiros do PCB. Logo ele, que era Carlos de Karl Marx e Frederico de Friederich Engels – ícones ideológicos de seu pai Maurício de Lacerda, histórico socialista-marxista.

Porém, todo mundo sabia “de antemão” quem foram os financiadores de *Ultima Hora* a partir de 1951. Getúlio vinha em primeiro lugar. Obviamente

Em São Paulo, tal como no Rio, UH era um sucesso de deixar Chateaubriand possesso

te, porque o presidente eleito prometera dar um jornal a Samuel. Dentro da UH, o que se dizia e repetia, ao longo de muitos anos, era que Getúlio mandou Samuel fazer uma escolha bem antes de o ex-ditador ser eleito Presidente em 3 de outubro de 1950. Chamou o “Profeta” à varanda de sua fazenda em Itu, Rio Grande do Sul. E iniciou com ele uma longa conversa ao pé do churrasco de fronteira. Possivelmente também com chimarrão e charutos, que a foto de Vargas mascando um charuto fumegante ficara famosa. O “Profeta” era como ele apelidara Samuel, desde a entrevista de página inteira no *Diário da Noite* de Chateaubriand, intitulada *Eu voltarei!*. Pois o Profeta confidenciou, muito depois, que supôs iria acontecer, com aquela convocação, uma nova e bombástica entrevista. Tremeu pensando em desistência de candidatura. Mas Getúlio queria lhe fazer uma proposta. Melhor dizendo, queria lhe dar um prêmio e lhe oferecer a oportunidade de ser seu porta-voz no Brasil ou no exterior:

– O que é que você prefere, Profeta: a embaixada em Israel ou um jornal no Brasil?

Samuel nem pestanejou:

– Um jornal. Para lhe dar apoio.

Getúlio tirou o charuto da boca:

– Você terá o seu jornal.

Segundo se dizia, a catapulta eleitoral do ex-ditador fora exatamente a entrevista concedida com exclusividade a Samuel. E virou cartaz abarrotando postes e paredes: *Ele voltará!*. Catapulta esta logo impulsionada pela criação, por Getúlio, de dois partidos – o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em extremos opostos da organização social do País, os aliados PSD e PTB – “É PTB, é PSD, os dois unidos para vencer!”, cantavam nas ruas – foram a estratégia definitiva que

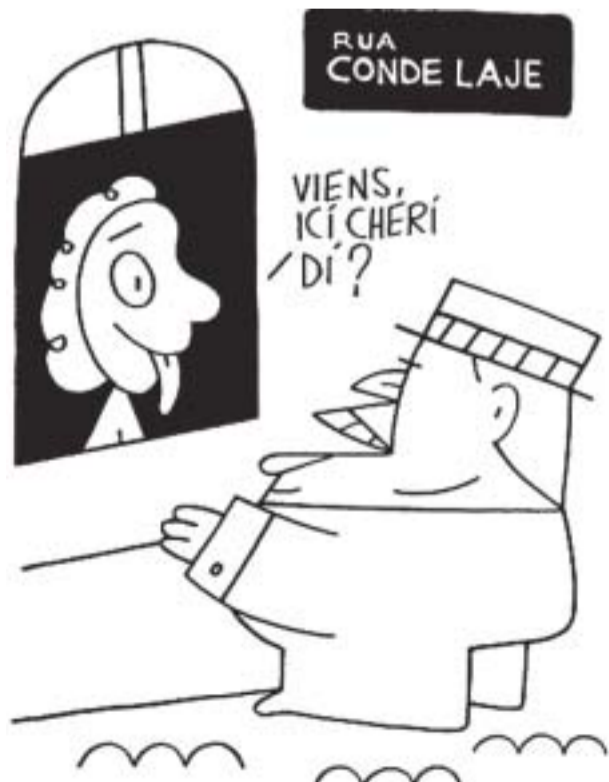
garantiu a volta de Getúlio ao Poder após sua deposição militar em 29 de outubro de 1945.

O outro financiador indireto de Samuel teria sido o arquimilionário Horácio Lafer, Ministro da Fazenda de Getúlio. Futuro fundador do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, atual BNDES (“S” de Social), Lafer certamente acordara o financiamento necessário com o banqueiro Ricardo Jaffet, Presidente do Banco do Brasil. Eram puras suspeitas Mas agravadas maldosamente pelos intoleráveis acertos de uma gestão ministerial considerada muito boa. Quando atraiu a ira da UDN e dos lacerdistas representados por agremiação neofascista rotulada de Clube da Lanterna, Lafer passou a ser submetido a ofensas impensáveis mesmo para uma época de impunidade político-jornalística.

Reconhecidamente, havia todo um jeito oficioso e antiortodoxo de financiar e tolerar a dita imprensa livre. Sempre à beira da falência, embora com diretores permanentemente ricos, os jornais se valiam do Erário para sobreviver. Isso não era novidade nenhuma. A maioria dos jornais do Rio e de São Paulo estava pendurada no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal desde os tempos do velho Estado Novo da ditadura Vargas, nos idos de 1937/1945. Alguns jornais tinham suas sedes, linotipos e rotativas penhoradas duas, três vezes, no Banco do Brasil. O BB era uma teta inesgotável para as liberais bocas de opinião pública e de política partidária. Mas os inimigos atualizados de Getúlio Vargas, liderados por Carlos Lacerda, agarraram-se aos calcanhares do diretor da jovem *Ultima Hora* para desequilibrá-lo e levá-lo à lona. Assim, a direita elitista tentaria derrubar o presidente, um populista empedernido. Que estava de novo no Catete após uma eleição incontestavelmente legítima nos limites da democracia que então se praticava. A União Democrática Nacional (UDN) fôra derrotada. Seu candidato Juarez Távora, um marechal com cara de saúva, antigo líder tenentista, era um fracasso popular malgrado a folha corrida com antecedentes prestistas e aliancistas. Mas os udenistas nunca se conformaram. E estavam sempre prontos a patrocinar golpes de Estado, cientes de que

não tinham condições de galgar a Presidência através das urnas. A história futura provaria o quanto e como eles desejavam governar.

Dizia-se que o Departamento de Estado dos Presidentes americanos Harry Trumann, e depois Dwight Eisenhower, tinha simpatias



Ousado, Samuel atraiu para a nascente UH, contratando-os com régios salários, chargistas como Nássara, que fazia piada com Di Cavalcanti, outro contratado de UH, e Lan, autor dessa irreverente caricatura de Nelson Rodrigues, outra das estrelas do jornal.



A VÍRGULA

A VÍRGULA PODE SER UMA PAUSA. OU NÃO.

NÃO ESPERE.
NÃO ESPERE.

A VÍRGULA PODE CRIAR HERÓIS.
ISSO SÓ ELE RESOLVE.
ISSO SÓ ELE RESOLVE.

ELA PODE FORÇAR O QUE VOCÊ NÃO QUER.

ACEITO OBRIGADO.
ACEITO OBRIGADO.

PODE ACUSAR A PESSOA ERRADA.
ESSE JUIZ É CORRUPTO.
ESSE JUIZ É CORRUPTO.

A VÍRGULA PODE MUDAR UMA OPINIÃO.

NÃO QUERO LER.
NÃO QUERO LER.

UMA VÍRGULA MUDA TUDO.

ABI. 100 ANOS LUTANDO PARA

QUE NINGUÉM MUDE NEM UMA

VÍRGULA DA SUA INFORMAÇÃO.

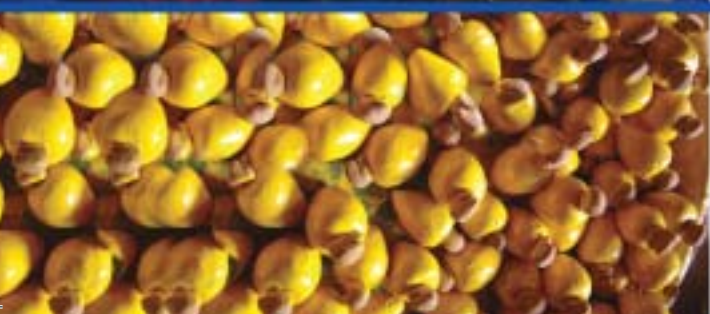


Está nascendo uma nova televisão, comprometida com os ideais da liberdade de imprensa, do direito à informação e do jornalismo como serviço à cidadania.

Uma televisão pública não poderia deixar de reverenciar o legado da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em seus primeiros cem anos, dedicados à luta pela liberdade, contra o obscurantismo, a censura, o autoritarismo, o desmando e os atentados de toda ordem ao exercício da liberdade e do direito à informação.

Na caminhada que está iniciando, a TV Brasil quer seguir de mãos dadas com a ABI e seus ideais.

TV BRASIL



pela atuação da UDN. E abanava manobras militares de direita para encurralar Getúlio no Catete. Não foi sem propósito que, no 24 de agosto de 1954, a Embaixada americana ficou sob ataque da multidão enfurecida que chorava na rua a morte do seu líder. Na opinião americana, Vargas era um Presidente brasileiro que não tinha mesmo jeito. Não era flor que se cheirasse desde os tempos em que se abria em sorrisos para Hitler. Os mesmos sorrisos que dedicara a Franklin Roosevelt, em 1942, quando barganhou, em Natal, sangue de soldado brasileiro na Itália por uma usina de aço em Volta Redonda. Agora, legalmente eleito, também o ex-ditador não negava secretos acenos para o bolchevista Luís Carlos Prestes, embora o Partido Comunista do Brasil (PCB) fosse mantido na ilegalidade desde o Governo Eurico Dutra, o primeiro de pós-guerra. Que se elegera, inclusive, com o apoio de Getúlio na sigla do PSD dos coronéis latifundiários e da burguesia urbana que corria atrás da industrialização prenunciada após Volta Redonda.

Esse era o intrincado e impreciso panorama desenhado na cabeça do repórter que era eu. Recém-chegado à redação de UH, vivia ainda o trauma do suicídio de Getúlio Vargas na manhã de 24 de agosto do ano anterior, quando este repórter cumpria o serviço militar obrigatório. E se vira forçado a sair às ruas como soldado integrante de um pelotão de resposta urgente. Não que eu fosse getulista. Mas, depois da agitação como recruta de um Exército rachado ao meio por golpistas reacionários e legalistas democráticos, estava trabalhando agora em um jornal diretamente atingido pela maior das tragédias republicanas: um presidente que dera um tiro no coração para não ter que deixar o governo por força de um golpe político-militar marcado para ser deflagrado no Dia do Soldado – 25 de agosto. E o Presidente, que se suicidara na véspera da data em que deveria ser posto na rua, fora, sobretudo, o inspirador e mantenedor do jornal que agora me abrigava com o primeiro emprego de repórter. Tão íntima era a identificação deste Presidente mártir com a redação, quer através do próprio Samuel, quer através do plantonista do Catete, Luiz Costa, que os últimos instantes do Presidente suicida eram contados e recontados, discutidos, remexidos, contestados, corrigidos e até reinventados, mesa a mesa, com graus absurdos de filigranas familiares:

– Alzirinha por pouco não viu o pai meter o revólver no peito. Teria impedido que ele puxasse o gatilho.

Então alguém poderia repetir, em tom de ópera bufa, trecho da carta testamento:

– À sanha dos meus inimigos deixo o legado da minha morte...

– Se Alzirinha entra no quarto o homem não teria saído da vida para entrar na História! – proclamavam com doses diferentes de ironia e ceticismo típicos de jornalistas de todos os matizes. Que jornalista, quer queira quer não, tem que ter matiz.

Os comentários, diálogos invariáveis travados no restaurante do terraço do prédio na Praça Onze, perpetuavam-se ad nauseam. E enchiam de expectativa o espírito moço do repórter ainda na faculdade de Jornalismo. Que fazia de qualquer tarefa a ele atribuída um afazer importante. Assim, quando saí do jornal, naquela manhã de novembro de 1955, e atravessei a Avenida Presidente Vargas, no rumo da Marquês de Pombal, para chegar ao quartel onde Samuel estava preso, se eu tinha alguma expectativa era esta a mais proverbial possível:

– Quem era, no final das contas, esse Samuel Wainer?

Sorri intimamente, com certeza. E devo ter-me perguntado:

Entramos na cela. Na verdade era um quarto com janela para a rua. Alta e gradeada janela que estava fechada assombrando o quarto.

– Herói ou vilão esse Samuel?
Eu ainda não sabia.

O Caetano de Farias, Batalhão de Choque da Polícia Militar a partir de 1971, espichado como uma arena romana na Avenida Salvador de Sá, Cidade Nova, é um quartel de arquitetura imperial. Até hoje atraí olhares turísticos e de admiração histórica. Tem ferros importados da Alemanha. O que não chegava a ser um luxo para a época, pois a metalurgia brasileira era quase toda dedicada ao ferro fundido. Seu desenho militar lembra os cuidados contratados ao tempo de Pedro II, embora o quartelzão tenha sido mandado construir pelo Presidente Hermes da Fonseca. O Marechal Hermes o inaugurou pessoalmente. Orgulhava-se da obra que era uma promessa concreta ao povo carioca. Promessa de mais segurança montada em cavalos de raça para percorrer a Capital Federal. Mais segurança adulta, de capa e espada, arcabuz e pistola, quando a República ainda engatinhava. E chorava freqüentes rebeliões. Como a Revolta da Chibata contra os militares atrabiliários que escravizavam indomáveis marinheiros imortalizados na figura de João Cândido. Líder do mar cantado em prosa pelo repórter de UH Edmar Morel. Hermes mandou bombardear, com canhões de terra e de navios, a Ilha das Cobras quando tudo já parecia resolvido. Destruíu a ilha marinha em nome da ordem. E instalou a desordem na Velha República. É o que a História diz.

No Caetano de Farias passei direto pelos indiferentes sentinelas com capacetes de fibra, armados de velhos fuzis do tempo da Primeira Guerra. Falei com um cabo no Corpo da Guarda que ia visitar o diretor do jornal *Última Hora*. Um soldado indicado pelo cabo foi até o fim da arcada de acesso ao quartel, apontou para a grande área onde havia um pátio com soberbos cavalos – pois aquele ainda era um regimento de cavalaria para policiamento ostensivo. O soldado dobrou o indicador direito para o lado esquerdo e me perguntou:

– Sabe onde é?

– Onde é?

– Entra na varanda, ele deve estar na porta.

Samuel estava lá. Encostado à grade de ferro alemão da varanda que circunda quase toda a arena de treinamento equestre. Aparentemente observava os cavalos.

ALZIRINHA QUASE ESTRAGA TUDO?

Entramos na cela. Na verdade era um quarto com janela para a rua. Alta e gradeada janela que estava fechada assombrando o quarto. Uma cama de madeira escura, torneada em tubos, a cama de molas em moda na época, fora encostada à parede de frente para as réstias de luz vindas da rua. Havia um criado-mudo na cabeceira da cama. Não me lembro se um quebra-luz também estava lá.

Matutinos dominicais, como *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *O Jornal*, empilhavam-se sobre a cama de lençóis encardidos, mas limpos. Todos traziam manchetes sobre JK e Café Filho, evidenciando que SW não estava privado de notícias. Na parede do fundo uma porta, que se deveria abrir para o banheiro, completava as acomodações do prisioneiro de ocasião. Porque os advogados Hariberto de Miranda Jordão e Evaristo de Moraes Filho – este nosso companheiro de redação – já providenciavam habeas corpus sob o argumento claro e insofismável de que se tratava de perseguição política o enclausuramento em quartel da Polícia Militar do diretor da *Última Hora*. Uma detenção ilegal. Flagrantemente.

Mas Samuel não estava tão mal instalado assim, pensei eu. Afinal o Caetano de Farias sempre acolhera presos civis especiais. Famosos. O próprio Carlos Lacerda seria ali recolhido, muitos anos depois, acho que em 1968, após o Ato-5 da ditadura que ele ajudara a implantar com sua arenga ininterrupta. Mas logo os ex-amigos o soltaram porque Lacerda passou mal, como se fosse morrer. Numa exacerbação carinhosa, diria dele Afonso Arinos de Melo Franco, um golpista de mais classe, que Lacerda era um bravo tribuno de nenhuma bravura pessoal.

Samuel tinha feito anotações a lápis numa lauda de papel para o editorial que deveria ditar para mim. Fora esta a recomendação que eu recebera de João Etcheverry, à frente do jornal no impedimento de Samuel:

– Ele vai ditar o editorial, você escreve tudo e traz que a gente datilografa.

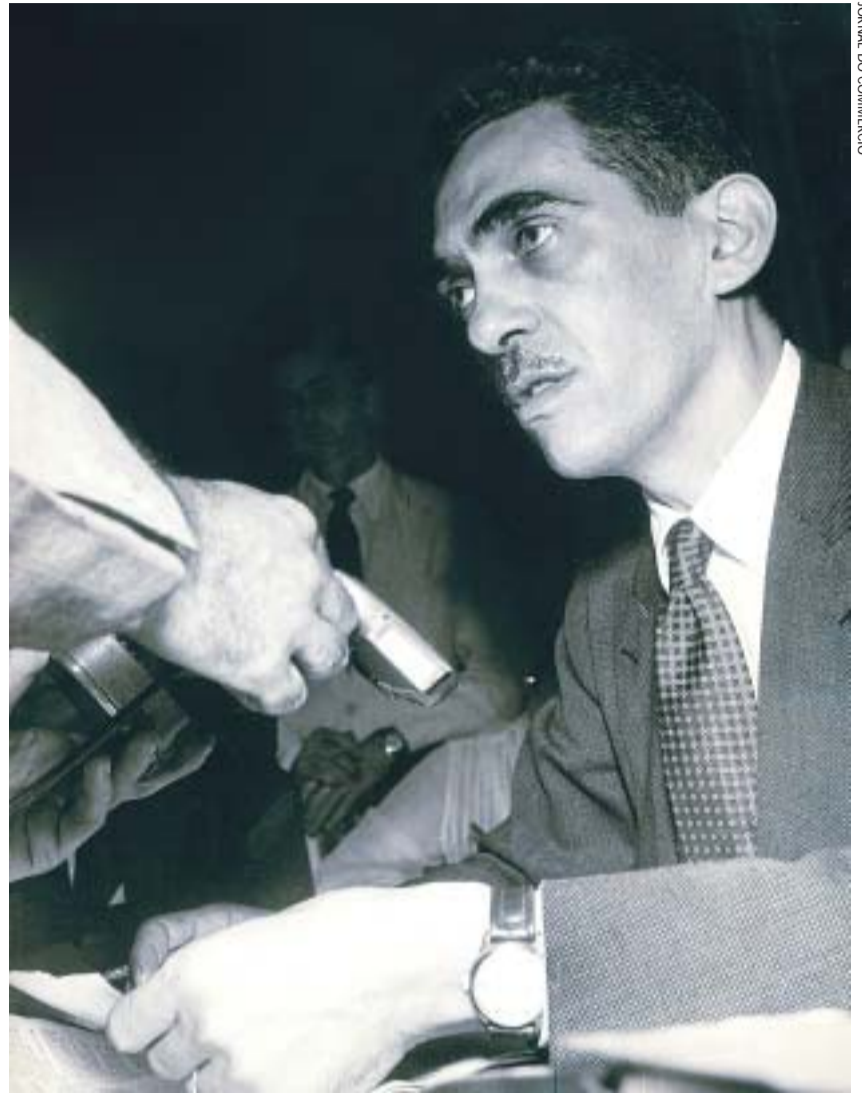
Samuel ditou. A certa altura abandonou as anotações. Passou a compor frases como se já as tivesse prontas na cabeça. O editorial era um conjunto de diatribes contra atos de João Café Filho na Presidência da República apoiado pelos udenistas desde o suicídio de Getúlio. Político do Rio Grande do Norte, Café era um tanto ou quanto inexpressivo quando surgiu no cenário nacional em 1950. Os comunistas, porém, gostavam dele, que tinha charme de intelectual de esquerda. Presbiteriano de formação superficial, sofrera o veto da Liga Eleitoral Católica (LEC). Mas acabou escolhido vice na chapa de Getúlio, após longas conversações entre o PTB e o líder do Partido Social Progressista (PSP), Ademar de Barros, patrocinador do “potiguar protestante” – como a imprensa se referia a Café. E Getúlio concordou com a companhia porque, afinal, vice-presidente era cargo tradicionalmente inexpressivo. Apenas decorativo e por imposição constitucional.

Assim, às vésperas do 24 de agosto, Café aparecia como o traidor típico. Reunira-se com Lacerda e o repórter político Murilo Melo Filho na antevéspera da morte de Getúlio. Aparentemente, a reunião tratara de estabelecer logística para assegurar a presidência ao vice Café. Ou não fora isso o que se tratara? Também, se não desse a dele de Calabar, Café não teria chegado nem na primeira escada do Catete. Agora, no entanto, curvava-se ao deslumbre do Poder. Com Getúlio deposto, ele ia ser o Presidente da República. Ainda que esse poder viesse – ele podia imaginar – mergulhado em sangue.

Era um dia morno e claro aquele domingo de novembro em anunciada agonia de primavera. O verão batia às portas da cidade. Havia mangueiras carregadas para os lados do Rio Comprido, de onde soprava um vento estival, Santa Teresa morro abaixo, trazendo o aroma inconfundível das mangas amadurecendo em tempo certo. A hora deveria ser a primeira da tarde, se tanto. Se eu fosse embora, quem viria visitar Samuel? A deslumbrante maneca Danuza Leão, menina dos olhos de Jac-



FOLHAPRESS



JORNAL DO COMMERCIO

Bafejado pelo êxito e prosperidade de UH, Samuel teve acesso às altas rodas (ao alto, à esquerda), mas também amargou inquisições (à direita). Era admirado pelos companheiros, como Marques Rebelo, Adalgisa Nery e Octávio Malta.

túlio. Então voltou acompanhada do Ernâni (do Amaral Peixoto, Governador do Estado do Rio). E encontrou o quê... Escuta aqui... como é mesmo o seu nome – interrompeu-se olhando para mim como se o fizesse pela primeira vez e estivesse dando conta de que, afinal, quem era eu? Com quem ele falava? Que menino era aquele que Etcherry mandara para buscar o editorial a ser publicado na edição de segunda-feira? Uma edição eminentemente esportiva e policial.

– Pinheiro – respondi-lhe – Pinheiro Júnior.

E ele, já parecendo no mínimo apressado e a propósito de nada:

– Olha, Pinheiro. Essa história já foi contada e repetida... Quer saber...

– Quero. Porque eu... eu gostaria de ouvi-la de alguém, como o senhor, que viu ou ouviu tudo de perto – disparei sem gaguejar – Eu estava de prontidão no Exército quando tudo aconteceu. Era soldado do Terceiro Regimento de Infantaria, em São Gonçalo, na manhã em que Getúlio se matou. Só soube coisas que saíram nos jornais. Que deram no rádio. E ninguém conta essas coisas da morte de Getúlio com isenção. No dia do suicídio, o que mais me comoveu foi aquela foto gigantesca do Osvaldo Aranha na primeira página de *Ultima Hora*, ele revoltado e debruçado, de punho cerrado, sobre o caixão de Getúlio. Foi muito bem escolhida. O senhor a escolheu, não foi?... Me disseram que o jornal ficou rodando o dia inteiro, sem parar as máquinas. Foi a maior tiragem de um jornal em todos os tempos. Verdade? O senhor participou de tudo, viu tudo...

Ele pareceu impressionado com a minha verve. Mas se esquivou como se subitamente mexido em seus segredos:

– Eu, não... Quem estava lá no Catete de plantão era o Luiz Costa. O Luiz Costa foi dos primeiros, o primeiro repórter a ver Getúlio ainda na cama com o peito coberto de sangue. Pergunta a ele. Ele conta tudo. Até gosta de contar. Porque se não, um dia, estará esquecido...

ques Fath, ele apenas conhecia, se é que conhecia, ela que recebera patrocínios e afagos de Assis Chateaubriand, inimigo de Samuel, numa de suas esdrúxulas festas na Europa. Bruma, a primeira mulher, judia como ele, morrera recentemente de um câncer noticiado como “doença insidiosa”, pois ser canceroso era então alguma coisa parecida com o ser hoje aidético, que se identifica apenas como soropositivo. Ou, mais precisamente, portador de HIV. E a Topaze das crônicas sobre cinema? Debaixo desse codinome de agente secreto, inspirado em dibujos chilenos publicados no diário *Ultima Hora* de Santiago – pois havia no Chile um jornal chamado *Ultima Hora* e que nada tinha a haver com o do Brasil – dizia-se que Topaze se resguardava de uma ligação estreita com Samuel. No entanto, cadê ela? Quem era ela? Seria a Isa Sá Reis, sua segunda mulher? *Ultima Hora* daqui tinha mais mistérios que a *Ultima Hora* de lá. E elucubrações não faltavam dentro e fora da redação.

Samuel estava solitário e triste. A cara vincada de preocupações. Eu tive pena dele. Como passei o resto da minha vida profissional tendo dó daquele homem que escolhera fazer jornal maldito a vida toda quando poderia ter sido embaixador feliz na terra de seus antepassados. Perguntei-lhe então coisas de jornal só para ter o que conversar com ele. Achei, na ingenuidade dos meus 20 anos, que

não havia melhor tema do que... a morte de Getúlio. Fui abrupto na abordagem:

– É verdade que a Alzirinha quase impediu...

Não terminei a pergunta. O homem aparentemente relaxado era uma flecha mental:

– Quase! quase!

– Quase mesmo?

Minha surpresa maior era ele – a eminência jornalística do Governo Vargas, o mítico dono de *Ultima Hora* – ter aceitado tal diálogo comigo, um foca ainda freqüentando faculdade. Possivelmente só o fez porque viu em mim um interesse jornalístico real. Uma promessa do repórter que eu poderia vir a ser. E como eu não me intimidei diante da celebridade, Samuel continuou mais ou menos assim:

– Alzirinha já tinha interrompido a reunião ministerial da tarde. Foi a última reunião ministerial de Getúlio. Intrometeu-se na reunião para dar apoio ao pai e desmascarar o complô de gabinete que estava em marcha com o Zenóbio (Marçal Zenóbio da Costa, Ministro da Guerra) acordado e acumpliciado com os golpistas Eduardo Gomes e Juarez Távora. Depois ela foi para Niterói dormir no Ingá, já muito cansada, mas voltou logo depois que recebeu um pedido urgente para voltar ao Catete, onde a situação piorava de minuto a minuto. Alzirinha, você sabe, era a menina confidente, a ministrinha sem pasta de Ge-

Será que eu falei aquilo mesmo e que reproduzo aqui tanto tempo depois? Será que Samuel disse mais ou menos isso que escrevo como resposta às minhas santas perguntas?

Na hora do fora que ele me deu fiquei momentaneamente calado. Samuel pareceu mais triste ainda. E me despediu:

– Vai! Leva o editorial para o Etcheverry.

Disse-lhe então um boa tarde mal articulado. Ele não respondeu. Cheguei ao jornal pulando a escada de dois em dois degraus. O elevador para a redação estava parado. Me disseram que o ascensorista reclamava do salário atrasado. Saíra para almoçar e não pretendia voltar. Cheguei à redação quase vazia. Olhei para a mesa de Luiz Costa na frente de uma divisória de madeira envernizada que dividia a redação. E onde, por trás, seccionavam-se vários cubículos destinados a editorias para mim ainda misteriosas. Também a mesa de Luiz Costa estava vazia. Fui em busca de Etcheverry no gabinete de frente para a Presidente Vargas e que era o lugar profissional de Samuel quando ele estava solto.

Datilografei o editorial sob as vistas de Etcheverry, numa Remington quase nova. Ele corrigia uma coisa ali, outra aqui. E voltei à redação. Então vi Luiz Costa chegando derreado de tédio, cabelos úmidos como se saído de um banho tardio após a noite de sábado, quem sabe uma noite agradável, num bar do Flamengo, onde me diziam que ele morava para não ficar longe do Catete. Fui direto a ele, que me conhecia pouco, pois meus contatos de repórter eram quase sempre com Augusto Donadel Jorge, editor de cidade e de polícia, Josimar Moreira de Melo, secretário ou chefe de redação, e Paulo Silveira, editor-redator-chefe. Luiz Costa fazia, desde o alojamento do Catete, reportagens especiais. Mas continuava como uma espécie de consultor para assuntos relacionados com a morte (e a vida) de Getúlio Vargas. Ele, que durante tanto tempo, documentara os passos e as falas do controverso governante. Fizera mesmo o impossível para tornar atraentes as crônicas corriqueiras do dia-a-dia burocrático de um chefe de governo, sob o título geral de *O Dia do Presidente*. Luiz Costa tinha um texto que lembrava o jeito Rubem Braga de dizer coisas simples tocadas de poesia popular e alegria de viver. Só não foi assim tão descontraído e mágico quando se deparou com Getúlio cheio de sangue. Pegou um telefone e, quando foi ouvido na redação de *Última Hora* pelo repórter Fioravanti Fraga, de plantão por volta das 8h30 do 24 de agosto, chorava convulsivamente. Afinal, era um piauiense de coração mole. Além, como era de se esperar, de estar com as cordas nervosas espichadas demais durante tantas horas a espera de um desfecho depois do *Só morto deixarei o Catete*, que ele – Luiz Costa – passara para o jornal dar em manchete. A manchete profética da edição vespertina do dia anterior.

– Como vai, Luiz Costa?

Ele me olhou admirado:

– Bem. Muito bem.

O rosto redondo, pontilhado de minúsculas manchinhas, parecia cansado. Os olhos pretos eram inamistosos. Claro estava para ele que aquele repórter novo – apenas há sete meses na redação – queria alguma coisa chata naquela tarde grossa de domingo chato.

– Sim? – continuou ele.

– Olha só: estive com o Samuel lá no Caetano de Farias. Sou ainda estudante de Jornalismo. Faço o curso na Faculdade Nacional de Filosofia, aquela da Esplanada...

– Sei.

– Às vezes preciso fazer trabalhos de História da Imprensa para o Múcio Leão, meu professor. Se

Será que teria valido a pena não deixar o Getúlio se matar e ser humilhado e ofendido... por aquela cambada de canalhas... de patifes...

você não estiver muito ocupado... O Samuel disse que você foi o primeiro cara... o primeiro repórter a ver Getúlio morto.

– Fui. Mas havia um fotógrafo do *Cruzeiro* que... A revista *O Cruzeiro*...

– Ouvi falar. Eles fizeram a primeira foto de Getúlio morto. Mas me disseram também que essa foto publicada pela edição extra do *Cruzeiro* foi feita por um fotógrafo da perícia.

– Ah, isso não sei.

– Mas repórter foi você. E você tinha conversado na véspera, à noite toda, com a Alzirinha, que, por um triz, não tirou o revólver da mão do pai... Ela quase impediu que o pai se matasse...

Luiz Costa, se bem me lembro, soltou um largo bocejo. Afinal não queriam dele nada demais. Com voz alterada pelo sono fora de hora, falou então:

– É. Todo mundo sabe. Os detalhes é que são muitos e diferentes. Dependendo de quem conta.

Fez uma pausa e continuou com dificuldade:

– Me lembro bem que queriam levar o Bejo, o Benjamim Vargas, para depor no Galeão àquela hora da noite. República do Galeão, com aqueles coronéis e majores brigadeiristas, não! Getúlio estava puto. Mas puto ao modo dele, sob controle. Getúlio não se alterava. Mas disse que se quisessem ouvir o irmão sobre a morte do Major Rubem Vaz, que o pessoal da Aeronáutica fosse ao Catete e montasse ali a parafernália, a farranchada do inquérito policial-militar. Ninguém os impediria. Já tinha posto tudo à disposição deles. O IPM fôra ele quem determinara ao Nero Moura (brigadeiro Ministro da Aeronáutica) que instaurasse no Galeão. Até o Coronel Adil de Oliveira para presidir o inquérito foi indicação indireta de Getúlio, que queria tudo em pratos limpos. O pistoleiro Alcino do Nascimento e o próprio Gregório Fortunato, responsáveis pelo tiro no pé do Lacerda e pelas duas balas 45 que mataram o Najor Vaz, guarda-costas do Lacerda... Estes já estavam presos. Mas eles queriam chegar a Getúlio. Fazer dele o mandante. E levá-lo preso e humilhado. Quem sabe para o Galeão ou a Frei Caneca. Alzirinha me falou da revolta do pai ouvida dele próprio. Mas sem referências ao Coronel Adil de Oliveira e aqueles outros brigadeiristas do IPM do Galeão. Contou-me a Alzirinha que entrou no quarto dele e até o ajudou a ajeitar o travesseiro, deixando Getúlio dormir. Se lhe fosse possível. Mas ele era bom de sono, me garantiu ela. Nesta hora, já no fim da madrugada, se tivesse desconfiado de alguma coisa... Quem sabe a Alzirinha... Mas logo depois, já no corredor, ela viu-o sair de pijama, o pijama listado de azul que ele sempre usava... E de chinelos. Tomou a direção do seu gabinete de trabalho. Alzirinha também poderia ter ido atrás dele. Mas Getúlio já a mandara dormir duas vezes... Todo mundo no corredor estranhou aquele desabilê em público... Getúlio não era disso. Não se deixava ver mal vestido. Quanto mais de

pijama. Quer saber de uma coisa, meu caro: o corredor estava cheio de gente. Eu também vi Getúlio passar de pijama. Não o vi voltar para o quarto. Acho que ele tinha ido buscar o Colt 32 que guardava no gabinete. A noite estava acabando... Todo mundo cansadíssimo... Mas sabe que ninguém perto da gente ouviu o tiro? Acho que o Bejo, mais perto da porta do quarto, ouviu. Entrou no quarto e saiu logo. Alzira entrou também. Quando entrei, no roldão do trauma geral, Getúlio estava lá ensanguentado... Alzira me falou, falou ainda no quarto, sem sair de perto dele até que a levassem para a perícia da Polícia Técnica poder atuar, que o pai não morrera ainda quando ela entrou. Agonizava. De olhos fechados. Segundo ela, parecendo que, finalmente, havia conciliado o sono tão difícil durante tanto tempo de perseguições.

– E a carta? A carta testamento.

– Ah! Alzira já saíra do quarto para a Polícia Técnica entrar, dia já claro, quando se lembrou da chave. Voltou correndo, gritando pela chave, como se estivesse maluca, revirou o corpo do pai e encontrou a chave na cama, debaixo dele, como se tivesse caído do bolso do pijama. Era a chave do cofre. Que ela abriu imediatamente ali no quarto. Lá havia um exemplar da carta testamento, a mesma cópia que ele deixara sobre a mesinha de cabeceira no dia anterior. E que ninguém tivera a curiosidade ou a tranqüilidade de ler. A outra cópia fôra entregue a João Goulart, antecipadamente. Jango era um descansado. Um tocador de boi nos pampas gaúchos. Só leu a sua cópia a caminho do Rio Grande do Sul, dentro do avião que pousaria em Porto Alegre. Mas também, será que ele poderia ter interferido? E tem mais o seguinte, meu caro: será que teria valido a pena não deixar o Getúlio se matar e ser humilhado e ofendido... por aquela cambada de canalhas... de patifes...

Luiz Costa parou. A mão espalmada sobre a mesa, aproximou a cara zangada da minha cara assustada. Pensei: será que ele está imaginando que eu possa ser um desses lacerdistas enrustidos?

– Satisfeito?

– Obrigado. Mas dizem que nem a carta, nem o bilhete, pois houve também um bilhete...

– Não foi o Getúlio quem escreveu? Sei lá. Pode ser. O bilhete foi, sem dúvida. Mas você não anotou nada. Que espécie de repórter é você? – brincou.

– Tenho memória prodigiosa – exagerei.

Ficamos amigos.

Fui um dos últimos a visitá-lo no Hospital dos Servidores do Estado, uns cinco anos após o depoimento dele – o grande repórter Luiz Costa – exclusivo para mim. Levei-lhe de presente no HSE o recém-lançado *Anatomia de um crime*, de Robert Traver, que Otto Preminger estava filmando. Morreu de leucemia duas semanas depois. E o enterro dele no São João Batista foi um show de comoção. O redator político Alderaban Cavalcanti, escalado para o panegírico à beira-túmulo, não conteve o choro convulso. Começou a sapatear muito perto da sepultura aberta, jogou fora o papel com o discurso que nem chegou a pronunciar, escorregou uma perna e caiu dentro do túmulo onde o ataúde com Luiz Costa felizmente o amparou. Foi puxado. Consolado. Levado do cemitério. E eu, pobre estressado, sem poder conter o riso histórico, escondi-me por trás de uma grande cruz de concreto. Sentei-me ali e fui, aos poucos, controlando o riso. E as lágrimas. E o coração. Que repórter tem coração.

José Alves Pinheiro Júnior foi repórter, editor e último diretor responsável do jornal *Última Hora* de Samuel Wainer, onde (e com quem) trabalhou por 17 anos. Este texto é parte de seu livro em conclusão *A Última Hora como ela era – história e lenda de uma convulsão jornalística*. Pinheiro Júnior é membro do Conselho Deliberativo da ABI.



MALTA, O ÚNICO JORNALISTA A QUEM DEUS ATENDIA

A imagem é de um colega, Nestor de Holanda, que o apontou nos anos 60 como um dos maiores jornalistas do País. Quando se sentava à máquina, o jornalista rogava ao Senhor que lhe desse clareza e simplicidade. Só Octávio Malta era ouvido.

POR DACIO MALTA

Nos anos 60, Nestor de Holanda publicou uma relação dos 10 maiores jornalistas do País, a seu juízo naturalmente. Entre eles estava Octávio Malta que escrevia em *Última Hora* a coluna *Jornais e Problemas*. Cada um dos 10 mais tinha a sua justificativa. A de Malta era a seguinte: todo jornalista quando se senta diante da máquina de escrever, pede aos céus para ser o mais claro e simples possível. E dizia Holanda: “E Malta é o único a quem Deus atende”.

Assim era Octávio Malta: claro e simples, objetivo, ousado, corajoso, determinado, amigo, generoso, teimoso, batalhador, irônico, otimista, engraçado, descobridor, respeitado.

No final dos anos 30, quando Samuel Wainer o conheceu, ele já era “um pouco o guru da imprensa brasileira”. Dorival Caymmi diz que “Malta, pessoa do meu coração, sempre se dizia a boca pequena que era o melhor secretário de jornal que existia. Um riso adorável, uma calma e, para o trabalho que fazia, um milagreiro”.

Augusto Nunes foi quem escreveu, a pedido de Pink Wainer, as memórias de Samuel: *Minha Razão de Viver*. Quando ele chegou ao final das 57 fitas que Samuel deixou gravadas, Nunes confidenciou-me: “O depoimento é impressionante. Samuel detona todo mundo. Inclusive ele próprio. O único que fica bem na história, e durante toda a vida, é Octávio Malta”.

Malta sempre ficou bem. Pode-se pegar qualquer livro de memórias de intelectuais de sua época. Não importa de quem sejam as lembranças. De Darci Ribeiro a Nelson Rodrigues, ou mesmo historiadores estrangeiros como John W.F. Dulles. E isso desde o tempo de Graciliano Ramos, que o incluiu em suas *Memórias do Cárcere*.

Pernambucano de Nossa Senhora do Ó, distrito de Nazaré, Malta nasceu em 1902 e aos 17 anos foi trabalhar como revisor, depois como redator, no *Diário de Pernambuco*. Mas aos 23 anos foi obrigado a sair do Recife, juntamente com Osório Borba. Os dois criticavam o Governador Sérgio Loreto, que pedia insistentemente suas cabeças,



Malta fez sempre um jornalismo militante, que o tornou personagem de Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere*. É desta reclusão a cena ao alto: quase fora do quadro, Malta é o primeiro à esquerda, de pé e audacioso: é o único que exhibe o punho esquerdo fechado. Abaixo, um grupo fraterno: junto à janela, um jornalista não identificado; ao centro, Malta; na ponta, abraçado a Dorival Caymmi sentado, Samuel Wainer; à esquerda, Carlos Lacerda (ele mesmo, Carlos Lacerda) e Emil Farhat.

o que acabou impedindo-os de continuar trabalhando em jornal.

No Rio, Malta teve alguns meses de “boca incerta” – época em que trabalhava em *A Folha*, vespertino decadente de Medeiros e Albuquerque, que funcionava num prédio em frente à antiga sede do *Jornal do Brasil*. Em 1926, foi redator da *Tribuna*, o “vermelhinho que servia de acústica para a oposição revoltada”.

Após um período na Bahia, Malta voltou ao Rio, sempre trabalhando em folhas oposicionistas de grande influência na época, a começar por *A Esquerda*, de Pedro Mota Lima, além de *A Batalha* e do *Diário da Noite*.

Secretário-geral do Socorro Vermelho, organização de solidariedade do Partido Comunista, em 1935 foi preso na Casa de Detenção, no Rio. Lá, recebia os jornais diários e escrevia um resumo do noticiário que, nas galerias da Frei Caneca, era ouvido pelos demais presidiários através do médico Campos da Paz, que lia, em voz alta, o que havia sido redigido pelo amigo de cela. *Marta*, como o chamavam os mais íntimos – ele tinha dificuldade em pronunciar os eles –, era o Matoso na época, “mas meu nome legá é Octavio Malta”, brincavam os amigos.

Paulo Francis escreveu em 1984 que Malta foi “um polemista de esquerda e uma doce criatura”: “Pouca gente sabe que ele salvou a vida de Samuel,

quando teve tuberculose e desistiu da vida. Malta o internou e cuidou dele”.

“Samuel achava que o Partido tirava a independência do articulista”, lembra Francis. “Não concordo. Malta foi exemplo disso. Para grande irritação minha, ele começou a elogiar Jânio Quadros em 1960. Nós todos éramos pró-Lott. Toda a esquerda, Mas Malta se encantou com alguns discursos de Jânio no Nordeste. Era um homem aberto as idéias.”

O primeiro sucesso de Samuel foi *Diretrizes*, que teve Malta como braço direito. Era ele quem escrevia os editoriais. Vinte anos depois Samuel soube que o amigo havia sido mandado pelo PCB para controlar o jornal-revista, mas a “miopia política” de Samuel tinha “causas facilmente identificáveis”:

“Eu estava deslumbrado com a constatação de que tivera acesso ao clube dos intelectuais de esquerda. Subitamente, surpreendera-me amigo de intelectuais como Jorge Amado, Zé Lins, Graciliano, Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida, Érico Veríssimo. Sentia-me honradíssimo por tantos privilégios. Ter a companhia de Octavio Malta assim era um motivo de orgulho suficientemente poderoso para fechar-me a vista a certas evidências. Malta era uma figura extraordinária, sempre seríamos amigos”.

Depois veio *Ultima Hora*, e de novo Malta estava à frente: “Ele era meu braço direito, meu velho companheiro, a quem vinha fazendo sucessivas con-

sultas desde a conversa com Getulio em Petrópolis”.

Samuel, ainda nas memórias, comemora o sucesso de *UH*: “Os editoriais redigidos por Octavio Malta – eu ainda não me sentia suficientemente seguro para escrevê-los – tinham peso crescente”.

Além de ser o redator-chefe do jornal, Malta durante duas décadas assinou a coluna *Jornais e Problemas*, a primeira do País a comentar a imprensa diária. Em Machado de Assis ele encontrou a inspiração para a coluna e diariamente repetia o mote que conheceu em *Quincas Borba* – “Não há vinho que embriague como a verdade”.

Ali políticos e barões da imprensa sofreram com sua pena.

Mas os que não eram criticados deliciavam-se com seu sarcasmo.

Quando Kennedy foi assassinado e, em seguida, mataram o assassino, Magalhães Júnior assinou um artigo falando da “dupla tragédia americana”. E Malta perguntava: “Por que dupla tragédia, ó Magalhães? Tragédia em teatro é uma peça de enredo violento e funesto em que figuram personalidades ilustres. Shakespeare escreveu várias tragédias (...) Em *Hamlet*, ou na *História Trágica de Hamlet, Príncipe da Dinamarca*, há vários assassinatos, mas tudo é uma só tragédia. *Macbeth* é, igualmente, uma tragédia; e não duas, ou mais. A execução de Carlos I chama-se “a tragédia da Inglaterra”, como o assassinato de Kennedy pode se chamar de “a tragédia americana”. Mas dupla tragédia é que não é, meu velho Magalhães Júnior. Você é Júnior, mas é velho pra chuchu e devia, sobretudo depois que vestiu o fardão verde da Casa de Machado de Assis, não escrever bobagem”.

Ou então o simplório Ibrahim Sued, que escreveu: “O Senador Afonso Arinos de Melo Franco perdeu mais uma oportunidade de ficar calado”, quando este saudou San Tiago Dantas em um episódio referente a Cuba. E dizia Malta:

“Ora, Afonso Arinos é uma dessas criaturas feitas para falar, porque fala sempre bonito. Pois o Ibrahim, logo o Ibrahim, que foi feito para não falar, diz que Arinos perdeu mais uma oportunidade de ficar calado... Não faz pena!”

Isso para ficar em dois exemplos menores.

Durante anos seus principais alvos foram Carlos Lacerda e Roberto (Azul) Marinho e o seu *The Globe*. Esses nunca o perdoaram. Em abril de 1964, perseguido pela polícia de Lacerda e pelas tintas de Marinho, Malta foi obrigado a passar alguns meses na clandestinidade, mas sem abandonar a luta. Em *UH* assinava três dias na semana um artigo com o pseudônimo de Manoel Bispo (veja *boxe na página ao lado*), e na *Folha da Semana*, outro como Luiz da Silva, personagem de Graciliano Ramos em *Angústia*, nome sugerido pelo jovem amigo Maurício Azêdo.

Quando *Ultima Hora* foi vendida, em 1972, Malta não teve mais onde escrever na grande imprensa.

Paulo Francis lembra que “todos respeitavam Malta e o amavam como símbolo de um radicalismo que hoje me parece atenuado ou reduzido a demagogia no Brasil”. “Ele não queria nada para ele. Cuidava da família e vivia do salário de redator. A última vez que o vi, acho que em um café da Rio Branco, em 1969, perguntei a ele o que me dizia da nossa situação. ‘Não me vendi’. É a resposta”.

Octavio Malta, autor do livro *Os Tenentes na Revolução Brasileira*, foi na segunda metade do século XX um dos mais importantes e influentes jornalistas do País. Quando faleceu foi saudado como um dos responsáveis pela remodelação da imprensa do Rio de Janeiro nos anos 50.

E morreu num dia de muita notícia: 25 de abril de 1984, data em que o Congresso enterrou as

UM ARTIGO DE MALTA LOGO APÓS O GOLPE, COM CORAGEM E IRONIA

Quando Octavio Malta morreu, aos 82 anos, seu velho companheiro Moacir Werneck de Castro escreveu um artigo no qual falava de sua criatividade, espírito crítico e risonho sarcasmo:

“Secretário, diretor de redação, editor, repórter político, comentarista e editorialista, seu trabalho refletiu momentos decisivos da história contemporânea. O golpe de 64 o encontrou ainda na trincheira da UH. E foi nos meses imediatamente subseqüentes que ele escreveu, burlando a censura armada, algumas de suas melhores páginas de sátira, com o pseudônimo Manoel Bispo”.

Um exemplo disso é o artigo abaixo, intitulado *A Liberdade é o Cérebro Eletrônico*, publicado menos de 40 dias após o golpe, em plena vigência do Ato Institucional.

“A notícia saiu no Caderno B do *Jornal do Brasil*: “Se for bem sucedido, dentro de 10 anos um cérebro eletrônico irá editar os jornais”. E acrescentava-se que o maior trabalho na redação seria do contínuo que todas as noites teria de colocar óleo no redator-chefe.

Os nossos revolucionários da extrema direita ficaram encantados. O diabo é que a coisa só poderá acontecer daqui a dez anos. Terão eles que esperar até lá, mas animam-se a certeza de que, ao voltar os que tiveram seus direitos políticos suspensos exatamente por dez anos, encontrarão tudo mudado. As fofocas terão se acabado.

Os jornais estarão revolucionados pela pressão do cérebro eletrônico.

Então, a polícia não mais perseguirá o redator, que usou a liberdade de imprensa para defender uma reivindicação, ou um direito, ou uma idéia. Perseguirá uma máquina: o cérebro eletrônico.

*

Os teóricos das liberdades modernas consideram, todavia, o uso da liberdade de imprensa em nossos dias ainda uma boa ação social. Por isso empenham-se na defesa intransigente dessa liberdade. Mas a verdade que essa boa ação social custa-nos, às vezes, expiar no cárcere dias e meses de solidão, desconforto e aporininação. É uma ameaça que, no Brasil, paira na cabeça de todos ou quase todos os jornalistas, nessa hora incerta.

Antes já houvesse vindo o cérebro eletrônico, dizem alguns.

*

Quem não se conforma com isso são os velhos homens de imprensa, habituados a liberdade. Há dezenove anos a imprensa brasileira voltou a ser livre: a lição de dez anos de censura, de opressão, de vinda foi demasiado amarga para nos deixar molemente envolver outra vez nas sombras de uma ditadura semelhante. E não creio que o Governo do honrado Presidente Castelo Branco deseje isso. Sem a liberdade de crítica, sem jornais livres, sem a influencia da imprensa aconteceria, no seu Governo, como na ditadura, as mesmas prevaricações, as mesmas enormidades oficiais, as mais odiosas injustiças, os desaforos mais torpes, os mesmos sórdidos sintomas da imoralidade. Rui dizia que governo sem liberdade de imprensa é governo clandestino: “É da sua essência a clandestinidade que só tem por corretivo a independência da imprensa”. Luis Bonaparte abafou a imprensa e pelo silêncio da imprensa pareceu, aos olhos dos franceses, desonrado. Governo que sente dificuldade em viver sob a fiscalização diária da imprensa cheira mal...”



Na Redação de UH: Malta (à esquerda), Augusto Rodrigues, Nássara e Di Cavalcânti. Ao fundo, um dos murais de Di.

diretas. Na noite anterior, ele foi pra janela de seu apartamento, no Flamengo, bater panela como a maioria dos brasileiros que queriam votar pra Presidente. Pela manhã, estive na ABI, onde foi pagar a mensalidade e ficar apto a votar na renovação de um terço do Conselho.

Rubem Braga foi com Oto Lara Resende ao enterro de Malta. Depois lamentou, em artigo, que ambos ficaram à sombra de uma árvore do Cemitério São João Batista, ao invés de fazer como os mais velhos que, enfrentando o calor forte e uma enorme escadaria, foram até à beira da sepultura, como foi o caso de Barbosa Lima Sobrinho e Luís Carlos Prestes. E ainda saíram dali, por volta das 5 da tarde, para subir em um palanque armado na Cinelândia, onde se realizava o último comício pró-diretas.

No caixão, Malta certamente se deliciou com o gesto. Ele sabia muito bem que a luta continua.

Em 3 de abril de 1958, Malta dedicou seu artigo aos 50 anos da ABI, que ele conheceu não nas salas estreitas da Avenida 13 de Maio, nem no sobrado

da Rua do Rosário, e nem na Rua do Passeio. Ele era do tempo da Rua Primeiro de Março, quando a Associação Brasileira de Imprensa “era apenas um posto de escuta para a reportagem de polícia”.

Disse Malta sobre a ABI:

“Agora, trata-se somente de comemormos a Casa de todos nós, homens de imprensa, de uma imprensa cuja atuação na vida do País tem sido, cada ano, mais arrojada e mais decisiva. Nunca a imprensa jogou um papel tão influente, nem desenvolveu uma ação tão direta no processo, e mesmo na dramatização da vida brasileira como em nossa época. A ABI deve compreender isso para, hoje que não é mais um sonho de modestos repórteres, mas uma bonita realidade associativa dos homens de jornal, ter um comportamento adequado ao ritmo da nossa evolução social e política”.

É isso. A luta continua.

Dácio Malta, jornalista, é sócio da ABI.



Paulo Francis, de costas, Malta, Adalgisa Nery, poeta, e Marques Rebelo, jornalista e romancista, todos colunistas de UH.



A REPORTISA, O CRONISTA, O RATO DE PRAIA E A QUINTA GERAÇÃO

Eugênia Álvaro Moreyra começou na imprensa quando mulher na redação era avis rara. Como não se conhecia o feminino de repórter, tiveram de inventar uma designação especial para ela.

POR SANDRA MOREYRA

A ABI tinha apenas seis anos de fundação quando Eugênia Brandão começou a freqüentar as redações de jornais do Rio. A jovem nascida em Juiz de Fora queria ser repórter. Mulher fazendo reportagem era algo tão incomum que até inventaram uma palavra para designar a função: reportisa. Mas Eugênia fez.

E se meteu a investigar uma história que causou impacto na sociedade carioca: o crime da Rua Januzzi. Edina, mulher do tenente Paulo Nascimento, fora morta ou se suicidara com um tiro na cabeça depois que descobriu que o marido a traía com sua própria irmã. O caso foi meio abafado. Albertina, a mocinha que foi o pivô do crime, foi internada pela família no Asylo Bom Pastor. O tenente Paulo foi liberado pela Justiça para ser julgado em liberdade, depois que foi encontrado um bilhete de despedida supostamente escrito por Edina. Assim que saiu da prisão, o tenente conseguiu tirar a amante do asilo. Os dois fugiram.

Eugênia decidiu internar-se no Bom Pastor e tentar levantar a história de Albertina e sua fuga. Em pouco tempo, fez tantas perguntas que foi descoberta pelas freiras. A reportisa não conseguiu grande coisa em termos de informação. Mas encontrou uma carta que poderia ser de Paulo para Albertina. Eugênia contou a história com sentimento e dramaticidade. Recheou a matéria com outras histórias do asilo. A matéria publicada no jornal *A Rua* fez um tremendo sucesso.

Eugênia ganhou até versinho na revista *Careta*:
Acontece casa coisa que a gente fica no ar
Poi até já tem muié
Trabalhando nos jorná
É uma moça bonita
Que o cabelo traz cortado
Usa chapéu como os home
Tem cada um ôio danado

Mas a carreira de repórter ou reportisa da inquieta Eugênia não duraria muito. Eram muitas as atividades que a atraíam: Eugênia foi atriz, declamadora, tradutora, ativista pelos direitos femininos, uma das líderes da campanha sufragista, membro do Partido Comunista.



Foi uma sensação a primeira reportagem de Eugênia Álvaro Moreyra, em que ela devassou um caso passionnal recoberto de mistério, sem vacilar diante do desafio de se internar num hospital para levantar o caso. Bonita, elegante, militante do Partido Comunista, após se enraizar no jornalismo desfilava vestida de homem e fumava charuto em público, para épater le bourgeois.

Pouco depois do sucesso nas páginas d'*A Rua*, ela conheceu o cronista Alvaro Moreyra, que dirigiu publicações no Rio, como a *Fon Fon* e o *Paratodos*. Era também um criador inquieto e um comunista de coração: poeta, autor de peças de teatro, um cronista cheio de sensibilidade e sentimento. Escrevia com personalidade. Os dois se apaixonaram. Tiveram oito filhos e um teatro, combateram o Estado Novo e todas as injustiças que viam pela frente. E havia os amigos, a vida, a família.

A casa deles, em Copacabana, era o centro do debate, das reuniões, das festas que reuniam a gente do teatro, os jornalistas, os escritores, os pintores, a gente do Partido, como eles mesmos se chamavam.

Neste berço formou-se a segunda geração. Sandro Moreyra, meu pai, herdeiro da inquietude e da irreverência de Álvaro e Eugênia, ia demorar a se descobrir jornalista. Ele preferia a praia, os amigos, o futebol de areia e nem jogava lá essas coisas. Um dia, meu avô – que não brigava com ninguém – avisou ao Sandro que ele teria que trabalhar. Alvinho tinha sido chamado pelo Partido Comunista e avisado que não dava para professar o comunis-

mo de um lado e ter filho boa vida de outro. E lá foi o Sandro para o jornal do Partido, escrever sobre o que gostava: futebol. Sorte que o chefe da redação era o experiente Pompeu de Souza. A família ganhou mais um jornalista. Sandro herdou dos pais o humor, a irreverência, a criatividade. Era um craque na crônica.

Minha irmã nunca planejou. Entrou na profissão meio por acaso e se tornou uma excelente jornalista. Uma editora inventiva, cheia de idéias. Comigo foi diferente. Eu sabia que queria fazer jornalismo desde criancinha. Queria escrever, queria ser repórter. A quarta geração, dos nossos filhos, chegou com uma visão bem diferente. Tanto minha sobrinha quanto minha filha trabalham com documentários, roteiros, imagens, vídeos. Não acham muita graça no dia-a-dia dos fatos e das redações.

A quinta – quem sabe? Hoje o Francisco, meu neto, é um incrível contador de histórias como meu pai. O João, neto da Eugênia, é um menino tão cheio de sensibilidade quanto nosso avô. Tudo bem, eles são criancinhas, mas quem sabe daí sai mais um repórter para a família?

Inventor do sub-lead, aperfeiçoamento da técnica norte-americana de redigir notícias, ele foi o grande formador de quadros para a modernização da imprensa do Rio nos anos 40 e 50.

— Vou botar meu paletó e não volto. Com Chatô eu não trabalho.

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, o Chatô, dono dos Diários Associados, estava incorporando à sua cadeia de diários centenários o *Jornal do Commercio*, cujo comando lhe era transmitido pelo Deputado Francisco Clementino de San Tiago Dantas, que encerrava assim, em abril de 1959, a breve aventura editorial e jornalística que iniciara pouco mais de dois anos antes, ao adquirir do jornalista Elmano Cardim e da viúva de Félix Pacheco, Dora Rodrigues Pacheco, donos do jornal, a propriedade do mais antigo diário do Rio de Janeiro.

Luiz Paulistano, chefe de Redação até então, não esperou a transferência do domínio do jor-



LUIZ PAULISTANO, O MESTRE, O AVESTRADOR DE FOCAS

POR MAURÍCIO AZÊDO

nal, feita sem pompa nem formalismo num pedaço do imenso andar de uma empresa exportadora de café cedido para abrigar a Redação do *Jornal do Commercio* por influência de Otávio Tirso Lúcio Cabral de Andrade, seu diretor-adjunto, depois que um incêndio destruiu em 30 de setembro de 1958 o quase quinquentenário edifício-sede do *JC* na Avenida Rio Branco, esquina de Rua do Ouvidor, na véspera do 131º aniversário do jornal. Repórteres, redatores e funcionários do jornal reuniram-se em torno de Chatô e de San Tiago Dantas para ver o ato e ouvir os discursos de ambos – o de San Tiago Dantas sereno, feito com dicção quase metálica e repassado de lógica, frio, formal; o de Chatô, impregnado de irreverência, exuberância, emoção, talento que parecia transbordar de seus poros.

Paulistano despedira-se com essas duas frases, na véspera, da equipe que montara ao longo de dois anos. Estavam sob seu comando e liderança Isaac Axcelrud, redator principal e responsável pelo editorial do jornal, as famosas *Várias*, como era

denominado desde o século anterior; Everardo Guilhon, secretário de Redação; Raul Ryff, João Rocha, Raul Azêdo Neto, Mário Curvelo, Oromar Terra, ases do copidesque; Léo Guanabara, da coordenação de reportagens; Manuel Farinha, editor de Polícia. Antes de diagramada a última retranca da edição em fechamento, ele designou Axcelrud para responder pela Redação até à chegada, nos dias seguintes, do novo Diretor, Carlos Rizzini, destacado quadro dos Diários Associados, a rede de Chatô. Este também sabia que Paulistano não mais trabalharia com ele, ainda pela aversão gerada pela experiência que tivera em *O Jornal*, o chamado “órgão líder dos Diários Associados”, anos antes.

Sem emprego, sobrevivendo com a magra remuneração de antigo funcionário do DCT, sigla do Departamento dos Correios e Telégrafos, Paulistano partia aos 45 anos para nova aventura num mercado avaro em oportunidades de trabalho. Não se perturbava, porém: a saída do *JC* permitia-lhe manter a altivez, o brio profissional. A convite de Justino Martins, Diretor de Redação de *Manchete*, foi trabalhar como editor e redator da revista da Bloch Editores, onde encontraria companheiros queridos, como o jovem repórter político Murilo Melo Filho, até pouco antes seu comandado no *JC*. Logo, no entanto, por insistência de Zélio Valverde e Augusto De Gregório, antigos companheiros no *Diário Carioca*, concordou em assumir a direção da Agência Fluminense de Informações e a função de Assessor de Imprensa do jovem Governador Roberto Silveira, estrela ascendente na política fluminense e aspirante a um salto na política nacional, como uma das principais lideranças do PTB do Vice-Presidente João Goulart. Seria esta a última missão profissional de Paulistano.

Ao aceitar o convite para assumir a direção do *JC*, Otávio Tirso sabia a quem poderia recorrer para contratar uma equipe para o jornal. Repórter e depois redator de Economia, então uma especialização desimportante na imprensa, ele havia trabalhado com Paulistano no *Diário Carioca*, conhecia sua competência profissional e, mais que tudo, como necessário naquele momento, a imagem de respeito com que Paulistano era visto no meio profissional. Por volta de meio-dia, num dia do princípio de março de 1957, Tirso telefonou com justificada preocupação para Paulistano.

— Paulistano, querido, o San Tiago Dantas comprou o *Jornal do Commercio*, me convidou para di-

rigir a Redação e eu preciso montar uma equipe até às seis da tarde de hoje, porque o jornal já circulará amanhã como propriedade dele.

Paulistano não se assustou com o apelo, mas ponderou que não seria fácil montar uma equipe em tão poucas horas. Assustou-se, porém, com a ressalva feita por Tirso.

— Ah, eu esqueci de dizer, Paulistano. O pessoal que você trazer deve vir com máquinas de escrever, porque a Redação do *Jornal do Commercio* atual só escreve todos os textos à mão.

Além de montar essa Redação, Paulistano iniciou então o trabalho de modernização do *Jornal do Commercio*, que se limitaria à parte editorial, por-

que em termos gráficos não havia como promover mudanças imediatas: o jornal era impresso com equipamentos antiquados; parecia um lençol de tão largo, dividido em colunas igualmente largas; as páginas, a partir da primeira, não estampavam fotografias nem ilustrações, mesmo as mais simples, feitas a traço; a técnica

editorial mudava, atualizava-se, mas se mantinha numa moldura antiquada.

Em sua densa obra *180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007 – De D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*, publicada no ano passado no âmbito das comemorações desse aniversário do jornal, o jornalista, escritor e acadêmico Cícero Sandroni arrola as inovações então feitas, como a edição de um suplemento semanal sobre turfe – San Tiago Dantas, lembra Chateaubriand naquele ato de transferência de poder do jornal, era chegado a umas corridinhas de cavalos e chegou a concorrer a um cargo na diretoria do Jockey Club Brasileiro —, a dinamização da editoria econômica, o novo tratamento editorial aos comentários políticos, a vivacidade na elaboração das manchetes.

Todas essas modificações foram feitas sob o comando de Paulistano, com o óbvio assentimento de Otávio Tirso e, através deste, de San Tiago Dantas. Com sua credibilidade no meio profissional, Paulistano atraiu para o *JC* qualificados repórteres políticos, como Heráclio Sales, Nadir Figueiredo, Murilo Melo Filho. Em lugar da acomodada e burocrática cobertura política que marcava os anos imediatamente anteriores do *JC*, a equipe de Paulistano dava um banho diário de informações: cobria o Plenário tanto da Câmara dos Deputados como do Senado, então sediados no Rio, e as Comissões Permanentes das duas Casas do Congresso e ainda mantinha repórteres sem pauta fixa nem obrigações determinadas: seu trabalho era ouvir os principais líderes políticos para recolher informações novas, depoimentos em *off* e entrevistas relevantes, para publicação como notícias ou como análises de caráter político.

Como observou há anos o jornalista Villas-Bôas Corrêa, decano da cobertura política no País, esse

modelo não era exclusivo do *Jornal do Commercio* nem criação original dele, uma vez que outros diários importantes, como o *Correio do Povo* de Porto Alegre na época em que pertencia a Breno Caldas — Villas gostava de citar o *Correio* como exemplo —, mantinham o mesmo elevado padrão de cobertura.

Um dos feitos da gestão Paulistano no *JC* foi o rompimento da tradição do jornal de não publicar fotografias. Quando o jornal publicou a primeira foto, estampando-a na primeira página, a novidade foi considerada um acontecimento e mereceu notícia destacada e chamada na primeira página do *Jornal do Brasil*, que também se encontrava a pleno vapor no processo de renovação iniciado sob o comando de Odilo Costa Filho, Diretor de Redação, e concluído, depois que Odilo se transferiu para *O Cruzeiro*, sob a liderança de Jânio de Freitas, primeiro, e Alberto Dines, depois.

A reforma do *Jornal do Commercio* tinha curso num momento em que a imprensa comunista do Rio, composta pelo diário *Imprensa Popular* e pelo periódico *Voz Operária*, enfrentava a diáspora provocada pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, no qual o Secretário-Geral do PCUS e Primeiro-Ministro da URSS, Nikita Kruschew, apresentou o famoso Informe Secreto sobre a Era Stálin. Parte dos jornalistas comunistas deixou os dois jornais, um dos quais, o diário *Imprensa Popular*, deixaria de circular pouco tempo depois. Havia então nas redações do Rio forte preconceito ideológico decorrente do clima criado pela Guerra Fria, declarada uma década antes pelo Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill em famoso discurso na cidade norte-ameri-

“Contrate uma equipe que traga máquinas de escrever. Aqui no *JC* só se escreve à mão”

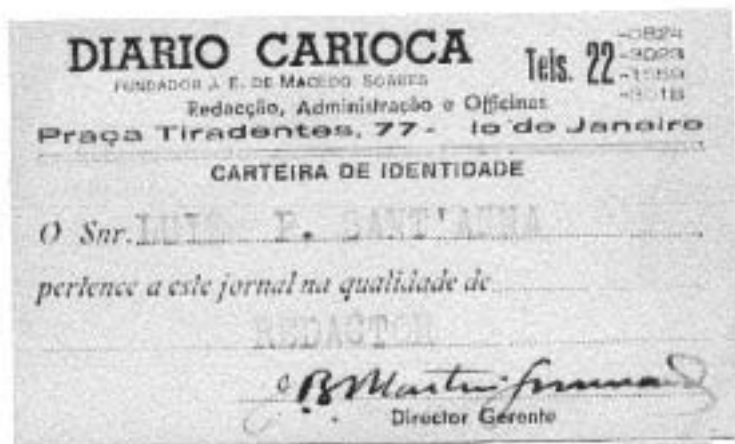


cana de Fulton, e do ainda recente macartismo. Em *O Globo*, por exemplo, conhecia-se a existência de apenas dois jornalistas comunistas em sua equipe: Lucílio de Castro, por sinal secretário do jornal, e João Antônio Mesplé, redator. No *Correio da Manhã*, também de equipe numerosa, não se sabia de nenhum.

Paulistano derrubou esse preconceito, admitindo no *Jornal do Commercio* muitos dos egressos da *Imprensa Popular*. Ele não era comunista nem socialista; tinha concepções liberais e forte preocupação com a justiça social; não se submetia a qualquer enquadramento partidário. Com insuspeição, pois, dizia para quem quisesse ouvir:

— Os melhores jornalistas com quem trabalhei na vida foram jornalistas comunistas vindos da *Imprensa Popular*. Havendo vaga em redação que eu dirigir, dou emprego a eles na hora.

Com essa abertura proporcionada por Paulistano vibrara o jovem repórter-fotográfico Guinaldo



Dois momentos da trajetória de Paulistano: em 1959, quando dirigia a Redação do Jornal do Commercio, e em 1938, quando se consolidou na profissão no Diário Carioca (página anterior), que lhe deu a primeira identificação como jornalista (acima). No DC ele produziu crônicas que o fascinavam e que o jornal reuniu em livro: O Dia do Barnabé.

Nicolaevsky, de pouco mais de 20 anos, irmão do jornalista Boris Nicolaevsky, que começara na profissão como repórter esportivo da *Imprensa Popular*, ao lado de José Henriques Cordeiro, conhecido por Zezé Cordeiro, e de Sandro Moreyra, os três muito jovens, pouco mais que focas. Por indicação do irmão, Guinaldo também começou na IP, mas o jornal logo fechou. Desempregado, ele viu que o *Jornal do Commercio* passara a publicar fotografias, procurou Paulistano na Redação, foi admitido para experiência e logo contratado. Entre as fotos que o JC publicou então haverá trabalhos dele.

Como muitos jornalistas da época, Paulistano começou na profissão em 1933 na revisão do *Correio da Manhã*, à qual teve acesso através de um amigo da família, Urbano Berquó, goiano como o pai de Paulistano, Moyses Augusto Santana. Como se deu até antes da informatização das redações, a revisão dos jornais era feita por duplas de profissionais, compostas por um revisor propriamente dito e por um conferente de revisão, que o auxiliava lendo os originais em voz alta ou repassando os textos compostos, para verificar se passara ou não algum erro. Como iniciante, Paulistano tinha uma função precária: a de suplente de conferente de revisão, e não titular.

A família de Paulistano era de Jataí, Município do interior de Goiás, mas ele nasceu em Casa Branca, interior de São Paulo, durante uma viagem dos pais. Seu Moyses e Dona Cassiana Alves Santana, sua mãe, conseguiram que ele estudasse no Internato do Colégio Pedro II, no Rio, do qual ele saiu com 18 anos, em 1932, com o curso secundário completo e “algumas noções teóricas e absolutamente inapto para qualquer aplicação prática imediata”, como ele registrou com ironia numa entre-

vista à revista *P.N. (Publicidade & Negócios)* em fevereiro de 1956. A necessidade de ganhar a vida, como relatou à revista, afastou-o da Faculdade de Direito, na qual ele ingressara. “Descobri que talvez desse um bom estudante de Medicina”, contou.

Menos de um ano depois, em fevereiro de 1934, Paulistano foi para a Redação de *O Avante*, “um pasquim de quatro páginas, inteiramente irresponsável”, levado pelo jornalista Djalma Maciel, que também promoveria seu ingresso no *Diário Carioca*, em 1937. O périplo de Paulistano compreendeu ainda a ida com Djalma Maciel para *A Manhã*, assim que Pedro Mota Lima o fundou, em 1935, e no qual permaneceu até o fechamento do jornal por motivo político, na repressão que se seguiu à interdição da Aliança Nacional Libertadora, sob a acusação de ser uma frente legal do Partido Comunista; o *Jornal da Manhã*, também fechado pela Polícia um mês após a sua criação; *Diretrizes*, revista de Samuel Wainer, na qual trabalhou um mês; *Diário da Noite*, no qual permaneceu apenas uma semana; *A Nota*, na qual teve, como classificou, “brevíssima” atuação. Já enraizado na profissão, trabalhou um mês na *Tribuna da Imprensa* logo após a sua fundação, em 1949, na qual imaginava tornar-se repórter esportivo, projeto de que logo desistiu.

Paulistano trabalhou no *Diário Carioca* de agosto de 1937 a julho de 1938 e depois, passados alguns anos à frente de um colégio num subúrbio, como relata Danton Jobim em artigo que transcrevemos, de junho de 1945 a março de 1957, quando se desligou do jornal para atender ao convite de Otávio Tirso. Sua ligação com o *Diário Carioca* era não apenas profissional, mas também profundamente afetiva, tanto que ao se transferir para o JC não teve preocupação de dar baixa na carteira de trabalho, o que fez somente em outubro de 1959, quando se desligou da Bloch Editores, para a qual se transferira dois dias após vestir o paletó e não mais voltar ao *Jornal do Commercio*, para não trabalhar com Assis Chateaubriand. (Paulistano nunca revelou o motivo de sua ojeriza a Chatô, mas é possível que ele tenha em algum momento trabalhado em *O Jornal*, o chamado órgão líder, sem mencionar na entrevista à revista *P.N.* uma experiência que teria sido especialmente amarga.)

Foi no *Diário Carioca* que Paulistano viveu o período mais fecundo, mais criativo e mais prazeroso de sua vida profissional. Paciente, fraterno ou paternal, ele tinha vocação de pedagogo, de mestre, e a exercia sem alterar a voz; à recriminação no caso de erro preferia o conselho, a lição, dada com modéstia, como proposta.

“Você não acha que a abertura da matéria ficará melhor assim?”, perguntava com os dedos já sobre as teclas da máquina de escrever, mostrando a forma mais adequada de montagem do texto.

Pelas suas mãos no DC, absorvendo suas lições ou acompanhando seu desempenho, passaram principiantes que depois explodiram com talento na atividade profissional: Armando Nogueira, Jânio de Freitas, José Ramos Tinhorão, Nilson Lage, Nilson Viana, entre outros. A esses nomes Pom-

peu de Souza, em depoimento em 1978, acrescentava os de Ferreira Gullar, Tiago de Melo, Ari Coelho, professor de Química que editava os textos de economia do jornal.

Em artigo no *Diário Carioca* de 23 de fevereiro de 1961, dois dias após a trágica morte de Paulistano, o jornalista Danton Jobim, Diretor de Redação do *Diário Carioca* e um dos responsáveis com Pompeu de Souza, Chefe de Redação do DC, pela modernização da técnica de redação da imprensa brasileira, salientou esse aspecto do perfil profissional do antigo companheiro, lembrando que ele era “o mestre dos mais novos, mais do que o chefe de reportagem”, o que lhe valeu o título de “amestrador de focas”, designação lem, brada também por Pompeu no depoimento que prestou a mim, Aristélio Andrade e Luiz Paulo Machado acerca da adoção do *lead* (lide) no nosso jornalismo diário.

Paulistano tinha acuidade e uma espécie de premonição na avaliação de seus jovens companheiros. Chefe de Reportagem do DC, um dia ele recebeu um jovem recém-formado em Direito que preteriu o caminho da advocacia em favor do jornalismo. Após a breve entrevista que fez, descobriu que o jovem calouro poderia ser o repórter mais indicado para cobrir naqueles dias um rumoroso julgamento no Tribunal do Júri — os júris mereciam então interesse especial da imprensa, porque neles se exibiam os grandes criminalistas, um Evandro Lins e Silva, um Romeiro Neto, um



Stélio Galvão Bueno, um Alfredo Tranjan, exímios na dialética, capazes de irretocáveis exercícios de lógica ou de inspiradas intervenções teatrais, como as que Tranjan encenava com mestria. De volta do júri, o moço fez uma matéria brilhante em reprodução da técnica jurídica e na descrição do clima de emoção do julgamento. Paulistano cumprimentou-o com euforia, mostrou à Redação inteira a excelência da matéria e informou ao jovem foca que ele estava admitido. Assim Evandro Carlos de Andrade iniciou sua brilhante trajetória no jornalismo, que o levaria à culminância de Diretor da Central Globo de Jornalismo.

Além de mestre do dia-a-dia, Paulistano tinha preocupação com a crescente qualidade do jornalismo, da técnica de reportagem, da apresentação

gráfica dos jornais e sobretudo da elaboração de textos. Foi essa preocupação que o levou a criar o sub-lead (sublide) no âmbito da renovação da técnica jornalística empreendida por Danton e especialmente por Pompeu, que criara para o DC o primeiro *style book* da imprensa brasileira e conduzia o processo de modernização do jornal. Paulistano percebeu que a adoção do *lead* desequilibrava a apresentação gráfica de certas matérias e carecia de um elemento visual que lhe desse harmonia. Ele sugeriu então que se adicionasse ao *lead* um parágrafo com o mesmo número de linhas, proposta que o DC passou a adotar e se espalhou desde então pela imprensa do País.

O respeito que Paulistano merecia dos companheiros por sua competência não afetava a sua modéstia natural e permanente. Quando alguém elogiava algum de seus textos, festejando a técnica e o rigor gramatical, ele recusava o elogio e qualquer consideração de domínio erudito do idioma. Dizia simplesmente:

— Eu escrevo de ouvido.

No *Diário Carioca* Paulistano viveu os momentos de sua carreira que mais festejava. O primeiro foi com a cobertura da campanha dos servidores públicos da União em 1952 para obtenção de um aumento que eles não viam desde 1948. Além de noticiar durante nove meses os fatos da campanha, Paulistano escrevia diariamente uma crônica sob o título *O Dia do Barnabé*, réplica irônica de *O Dia do Presidente*, coluna mantida pela *Última Hora* para incensar o Presidente Getúlio Vargas, que assegurara a criação do jornal, um ano antes, com financiamentos do Banco do Brasil. Por sugestão de Paulistano o *Diário Carioca* editou as primeiras 15 crônicas de *O Dia do Barnabé* num livro cuja receita foi destinada à Campanha Financeira do Movimento Pró-Aumento dos Servidores Públicos e Autárquicos.

O personagem Barnabé, popularizado a partir de então como sinônimo de funcionário público de nível baixo e remuneração modesta, fora pescado por Paulistano numa canção carnavalesca que Haroldo Barbosa e Antônio Almeida fizeram para o Carnaval de 1942 e que, ainda que sem grande repercussão, constituiu o primeiro sucesso de Haroldo Barbosa como compositor. O livro de Paulistano e a cobertura do DC contribuíram para a vitória da campanha, para o prestígio do líder dos servidores, Lycio Hauer, que seis anos depois, enveredando pela política institucional, se elegeu deputado federal pelo PTB, e também para a criação e o fortalecimento da União Nacional dos Servidores Públicos-Unsp, criada em setembro de 1952 sob a liderança de Lycio, que foi seu primeiro presidente.

Nas crônicas, Paulistano descrevia a vida de agruras do funcionário, sua esperança de aumento e seus conflitos familiares no dia-a-dia, partindo da imagem de desvalia que Haroldo Barbosa imprimiu à canção:

Ai, ai, Barnabé,
Ai, funcionário letra E
Todo mundo anda de bonde
Só você que anda a pé.



Paulistano curtia a boemia, após o trabalho. Aqui ele e Geraldo Cunha, Secretário do JC, recebem amigos no famoso Bar Colombo.

Outra criação que fez bem ao ego de Paulistano foi a série de reportagens sobre o Gavião da Candelária, um episódio do cotidiano que gerou grande interesse dos leitores do DC e, no começo, suíte de outros jornais, que embarcaram nos relatos ficcionais da aparição do pássaro. Além de aquecer a circulação do *Diário*, as reportagens despertavam grande interesse público: por volta do meio-dia, hora em que o Gavião supostamente aparecia, centenas e centenas de pessoas aglomeravam-se nas imediações da Igreja da Candelária para ver seus vôos. Muitos dos espectadores juravam de pés juntos que viram o Gavião singrando o ar em tal ou qual direção

Na entrevista à revista *P.N.* Paulistano deixou na penumbra o que era real e o que era invenção nas matérias sobre o Gavião da Candelária. — A (minha) reportagem de maior sucesso — disse — parece ter sido a que fiz sobre o Gavião da Candelária, um trabalho de ficção em que só existia, efetivamente, o gavião, e exatamente sobre essa existência única é que se levantaram dúvidas.

No depoimento sobre o *lead*, Pompeu de Souza lembrou o relacionamento pessoal que Paulistano mantinha com seus comandados, com os quais ia “para o boteco beber uma cachacinha e um chopinho, que ele não dispensava”. Esse era um ritual que ele cumpria em meio à jornada de trabalho ou, invariavelmente, depois desta. Os companheiros conheciam seus hábitos: chegava, pedia uma pinga, porções cortadas de queijo amarelo com molho-inglês e, para sorver ao longo da conversa descomtraída, um chopinho, o primeiro de uma série.

Esse era um tempo de jornalismo de talento e de boemia comedida, que reunia antes do rush final de fechamento das edições, em descontraída confraternização, repórteres e redatores do *Jornal do Comércio* e do *Jornal do Brasil*, então instalado na Avenida Rio Branco. O cenário era o balcão alto do

Bar Simpatia, situado pouco depois da Rua do Ouvidor, na mesma calçada do JB, e que era referido pela turma com um apelido aparentemente duro mas na verdade carinhoso: Paredão.

No Paredão Paulistano encontrava amigos queridos, como o jornalista Décio Vieira Ottoni, copidesque do JB e que trabalhara com ele no *Diário Carioca*, no qual, com o estímulo de Pompeu de Souza, desenvolveu vigorosa campanha pela liberação, afinal obtida, do primeiro longa-metragem de Nelson Pereira dos Santos, *Rio, 40 graus*, que o Chefe de Polícia do Distrito Federal, Coronel Geraldo de Menezes Cortes, considerava

mentiroso até pelo título. — No Rio — sentenciava —, nunca fez 40 graus.

O prestígio como jornalista, realçado pelas crônicas sobre o Barnabé, e a disposição boêmia asseguravam a Paulistano a amizade e a consideração de personalidades de gente de outras áreas — compositores, artistas, advogados, intelectuais de variada origem. Esse res-

peito elevava-o à condição de árbitro de disputas de circunstância, episódicas, entre frequentadores dessas rodas, depois que a bebida lhes subia à cabeça

No desaparecido Restaurante Colombo, situado na Rua Sete de Setembro na esquina com a Travessa do Ouvidor, o compositor Lamartine Babo e os jornalistas Everaldo de Barros e Lúcio Rangel podiam saudar a chegada de Paulistano, num começo de madrugada, para dirimir um litígio que eles travavam no fundo da casa. Everaldo, por mera provocação, despertava a indignação de Lamartine Babo ao dizer que as marchinhas carnavalescas deste eram plágio de conhecidas árias de óperas italianas. Lamartine replicava que não se tratava de plágio, mas de influência, porque ele era freqüentador assíduo do Teatro Municipal. Paulistano, sutil, não dava razão nem a um nem a outro, enquanto lá no fundo Lúcio Rangel colocava um punho cerrado junto à boca e acionava para cima e para baixo o outro punho também fecha-

Umboêmio chamado a dirimir dúvidas nas polêmicas travadas num fim de noite

do, para simular que estava tocando seu trombone imaginário.

Boemia à parte, Paulistano era respeitado por conceitos que despreziosamente emitia, mas que assentavam na sabedoria de quem acompanha a vida, os costumes e as coisas. Entre seus conceitos um jamais foi desmentido:

— Queres conhecer o caráter de uma pessoa? Dá-lhe um cargo de chefia, uma posição de mando, um pedaço de poder.

Confirmam.

Sob a pressão cordial dos amigos Zélio Valverde e De Gregório, Paulistano antecipou a travessia da Baía de Guanabara para assumir seus encargos no Governo do Estado do Rio. O Governador Roberto Silveira logo se afeioou ao seu novo auxiliar, encantou-se com o seu jeito tranqüilo e a competência que ele não alardeava. Em janeiro de 1961 Paulistano deixou a direção da Agência Fluminense de Informações e se tornou Assessor do Governador. Passou a trabalhar no Palácio do Ingá, sede do Governo, junto ao Governador e ao seu Chefe de Gabinete Civil, o jovem advogado Jorge Loretti, colega de faculdade de Roberto Silveira e um dos mentores da singular coligação PTB-UDN que conduziu Roberto a sensacional e indiscutível vitória na eleição de 1958. (Décadas depois, Loretti foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro, cuja presidência exerceu nos anos 90.)

Na manhã chuvosa do dia 21 de fevereiro de 1961, Roberto convocou Paulistano para uma missão especial, uma missão de urgência. Chuvas intensas castigavam o Norte do Estado; a cidade de Campos e seus distritos estavam inundadas; era preciso uma avaliação direta, imediata, da situação local. Um helicóptero transportaria um escalão avançado do Estado para a região inundada: Roberto Silveira, Paulistano e o fotógrafo Élson Reginaldo dos Santos, da Agência Fluminense de Informações. Um piloto experiente conduziria o aparelho.

O helicóptero não chegou ao seu destino. Nas proximidades de Campos, sofreu um acidente, chocou-se com o solo e explodiu. Paulistano e o piloto morreram na hora. Roberto Silveira, com queimaduras por quase todo o corpo, resistiu durante quase uma semana num hospital de Petrópolis para o qual foi encaminhado. Morreu uma semana depois, no dia 28. O repórter-fotográfico Élson

Uma manhã chuvosa, uma viagem de emergência, três vidas interrompidas

Reginaldo escapou com vida. Sofreu queimaduras de primeiro, segundo e terceiro grau, foi submetido a inúmeras cirurgias ao longo de anos, preservou ao longo destes quase 50 anos o temperamento brincalhão, o bom humor de quem se salvou por milagre numa terrível tragédia.

Paulistano foi sepultado no dia 22 no Cemitério São João Batista, que recebeu nesse dia o maior contingente de jornalistas já vistos em suas aléias. Quando o esquife baixou ao túmulo, não houve palmas, como é costume agora, mas apenas lágrimas, muitas lágrimas dos antigos e jovens companheiros de um grande morto.



Embora no comando de redações, Paulistano não se escusava de receber pessoalmente comissões que procuravam os jornais para expor problemas e entregar memoriais.

Um jornalista completo

POR DANTON JOBIM

Desde que a atividade central do jornalismo passou para a reportagem, um valor profissional do tipo de Luiz Paulistano teria fatalmente uma posição de grande relevo, qualquer que fosse o jornal que o acolhesse. Era o jornalista completo por excelência. E o conseguia ser, precisamente, porque era antes de tudo o repórter, sabendo ver o humano através do fato e sabendo ver no fato, antes de tudo, a notícia, a informação jornalisticamente válida, capaz de interessar ao maior número possível de leitores. Sua morte abalou-me até o fundo da alma. Ligavamos um afeto singular, nascido do amor entranhado que ambos devotávamos ao nosso ofício. Nascido de sua deferência pelo colega a quem ele — mestre de tantos jornalistas ora vitoriosos — tinha como seu primeiro mestre. Nascido da admiração que eu tinha pelo seu talento.

Circunstâncias especiais fizeram-me árbitro do seu destino profissional. Dificuldades da vida e o sentido profundo de suas responsabilidades para com a família levaram-no a afastar-se durante alguns anos da imprensa, para dirigir um estabelecimento de ensino no subúrbio. Visitava-me porém constantemente, falando dos problemas que o preocupavam na administração do seu colégio. Um dia rompeu a sua timidez para dizer-me: — Daria tudo para ter o seu temperamento tranqüilo, apesar das dificuldades com que luta.

Disse-lhe então o que julgava ser a causa do seu desassossego: — Você é um apaixonado da sua verdadeira profissão, que é jornal. Reconcilie-se com ela antes que seja tarde. Venha amanhã, sente-se naquela cadeira e comece a trabalhar como se nunca a tivesse abandonado. Será como um renascimento. E reencetou, então, a jornada que interrompera.

Não sei se Paulistano conseguiu dar em conforto à família o que lhe teria dado em outras atividades. Sei, porém, que o jornalismo lhe deu as mais puras, as mais sãs alegrias de sua vida, em que se temperou um pouco de boêmia com um perfeito sentimento do dever.

Na chefia que exerceu nesta folha, era ele o mestre dos mais novos, mais do que o chefe de reportagem. Tinha reservas de paciência e de boa-vontade para todos os que se iniciavam na profissão. Essa vocação pedagógica valeu-lhe o título de “amestrador de focas”, de que se orgulhava, mas tal atividade era marginal, pois nunca se afastou da cobertura apaixonada dos assuntos.

Caráter, consciência profissional, bravura, generosidade e modéstia: todas essas qualidades somavam-se no amigo que partiu para sempre.

Publicado no Diário Carioca de 23 de fevereiro de 1961 sob o título *Paulistano*.



Pai de dois meninos, Kleber e Klecio, ambos jornalistas (e sócios da ABI), Paulistano adorava uma sobrinha de sua mulher, Rosa (à direita), que ele chamava carinhosamente de Rosita. Ele fez questão de ser padrinho do casamento religioso da moça.



FOTOS JORNAL DO COMÉRCIO

A DESPEDIDA DOLOROSA E A GLÓRIA PÓSTUMA

Companheiros de jornal, como Danton Jobim (terceiro à esquerda), e amigos recentes, como o Deputado estadual Durval Gonçalves (quarto à direita) conduziram o esquife de Paulistano no Cemitério São João Batista. A Agência Fluminense de Informações deu o nome dele à sua sala principal, em ato com a presença de Danton Jobim, do futuro Governador Badger Silveira (primeiro à esquerda), Kleber Paulistano (ao centro) e a querida sobrinha e afilhada. Paulistano dirigira a AFI até o mês anterior.



Paulistano foi realmente fabuloso

POR POMPEU DE SOUZA

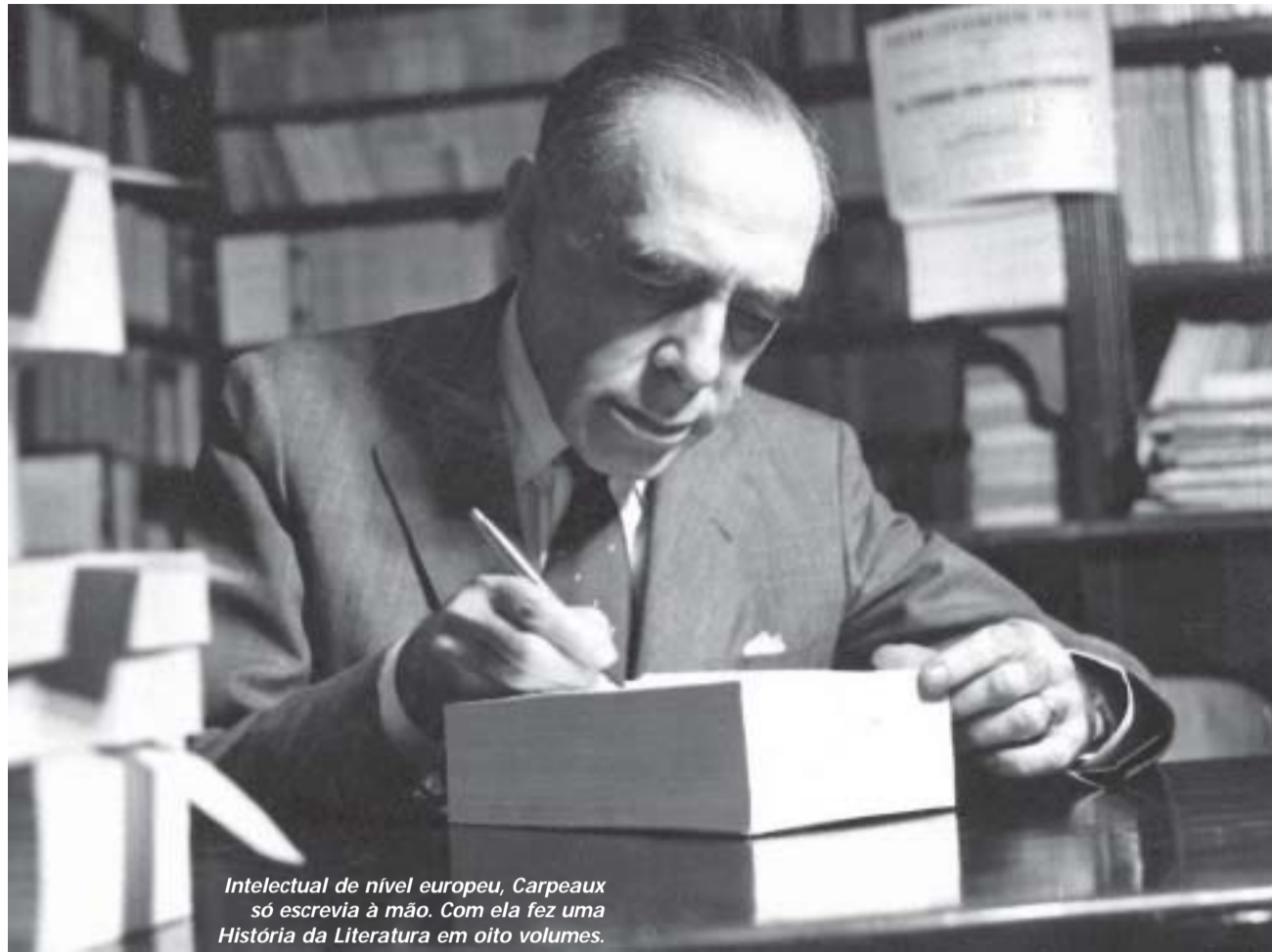
(...)

“Tratei então de entregar a tarefa de selecionar os estagiários a uma figura humana e profissional espetacular chamado Luiz d’Orleans Paulistano Santana, jornalista falecido em 1961. O pai de Paulistano tinha a mania de colocar nos nomes dos filhos o toponímico do lugar onde este nascera – ele era Paulistano porque havia nascido em São Paulo; seu irmão era Anapolino porque nascera em Anápolis, Goiás.

“Quando entrei para o *Diário Carioca* Paulistano já era de lá. Eu o fiz chefe de reportagem, e na época ele foi o melhor chefe de reportagem de qualquer jornal do País, com sua admirável vocação para amestrador de focas, o maior da imprensa brasileira, sobretudo porque estabelecia com o foca um relacionamento humano tão completo como ninguém seria capaz. Era o relacionamento redacional e, também, o relacionamento pessoal de ir para o boteco beber uma cachacinha e um chopinho, que ele não dispensava. Ele se entrosava na vida do jovem. Foi realmente fabuloso.

“À custa dos focas que Paulistano amestrou pude implantar o *copy-desk* com pessoas absolutamente estranhas à profissão, sem nenhuma experiência profissional: Armando Nogueira, que nunca tinha entrado numa Redação de jornal; Evandro Carlos de Andrade, idem; Nílson Viana, que tivera uma pequena experiência de repórter na *Tribuna da Imprensa*; Jânio de Freitas; José Ramos Tinhorão; Tiago de Melo, poeta sem nenhuma experiência jornalística; Ferreira Gullar; Nílson Lage; Ari Coelho, que era professor de Química e entendia de economia; como sabia redigir, tornou-se *copy-desk* de Economia, um *copy* especializado. Com esse pessoal, gente absolutamente jejuna de qualquer conhecimento jornalístico, implantou-se o *copy-desk*.”

Trecho do depoimento *A chegada do Lead ao Brasil*, publicado no Boletim ABI, ano XXVII, setembro-outubro de 1978, páginas 1, 16 e 17.



Intelectual de nível europeu, Carpeaux só escrevia à mão. Com ela fez uma *História da Literatura* em oito volumes.

CARPEAUX, UM GIGANTE DO JORNALISMO

Seus artigos eram plenos de conteúdo, mas de leitura fácil, pela lógica e pelo ritmo que imprimia aos textos. Além de tudo, era um espadachim da liberdade, um personagem de romance.

POR PEDRO DO COUTTO

Agora em 2008, quando a ABI chega ao centenário, completam-se trinta anos – como o tempo passa depressa – da morte do grande Oto Maria Carpeaux, superintelectual que, perseguido pelo nazismo de Hitler e na lista para ser executado, conseguiu escapar da Áustria e chegar ao Brasil em 1941.

No *Correio da Manhã*, jornal que desapareceu na névoa do passado, tornou-se um dos maiores editorialistas da imprensa brasileira de todos os tempos. Muitos poucos, pouquíssimos, poderão tê-lo igualado. Mas ninguém maior do que ele. Ler Carpeaux, cujo verdadeiro nome era Oto Maria Karpfen, judeu de origem, era sobretudo um prazer, uma viagem pela cultura, pelo estilo, pela erudição, pela idéia de liberdade, pela simplicidade. Era uma enciclopédia humana, memória analítica prodigiosa.

Ele continua entre nós em tudo o que aconteceu. Quem começa a percorrer seus artigos deles não afasta os olhos. Um aspecto fundamental: quando se aproxima do ponto final, lamenta-se terem acabado. Plenos de conteúdo, mas de leitura fácil. Fantástico isso. A lógica e o ritmo eram fascinantes. Lógica? Esta palavra não tem sinôni-

mo e se afirma por si da mesma forma que uma obra de arte é uma linguagem em si mesma.

Carpeaux descobriu, introduziu e explicou a obra de Kafka no Brasil. Foi amigo dele. E de tantos outros intelectuais, como Walter Benjamin. Ao longo de alguns anos na redação histórica do *Correio da Manhã*, no Petit Trianon, sala dos editorialistas, em que escreviam também Álvaro Lins, Franklin de Oliveira, José Lino Grunewald, Gilberto Paim, produziu a *História da Literatura Ocidental*, obra em oito volumes, considerada o trabalho mais completo, talvez do mundo, sobre tema tão amplo e tão diversificado. Redigia à mão sem recorrer a qualquer pesquisa. Perguntei isso a ele. Respondeu-me tocando a testa com os dedos da mão direita: as informações estão na memória. Era amigo dele. E isso muito me emociona até hoje. Eu o conheci em 1954. Ele viveu até 78 anos. No final da vida, trabalhava com Antônio Houaiss na Enciclopédia Delta Larousse, em seguida na *Mirador*, que aquele acadêmico também dirigiu com o brilho de sua cultura e de seu talento.

Alguns editoriais de Carpeaux são inesquecíveis. *Rei Sem Lei*, contra o Governador Carlos Lacerda;

Informação aos Chefes Militares; Coragem, Senhores, todos pela posse de João Goulart na Presidência da República na crise de 1961, aberta com a renúncia de Jânio Quadros, ainda não inteiramente superada até hoje. Foi um batalhador pela democracia e pela liberdade. Quase perdeu a vida em Viena, 1935, quando a Alemanha nazista invadiu e anexou a Áustria. Carpeaux trabalhava no Gabinete do Primeiro-Ministro Dolfuss, assassinado em Palácio. Carpeaux seria um dos próximos. Havia escrito uma série de artigos contra Hitler e o nazismo. Não sei como conseguiu escapar. Ele não contava a ninguém. Desembarcou no Rio em 1941. Apavorou-se. A Gestapo estava aqui. No início do ano, a bordo do antigo navio *Minas Gerais*, Vargas faz um discurso dúbio. Isso em junho. Mas em dezembro o Japão ataca Pearl Harbor. Os Estados Unidos passam a exigir uma definição brasileira. Getúlio perde a linha de manobra. Em agosto de 1942, demite o temível chefe de polícia Filinto Müller e se torna o único chefe de Estado da América do Sul a declarar guerra à Alemanha, Itália e Japão. Oto Maria Carpeaux respira aliviado. Não era para menos.

Vale a pena recordar, percorrer a obra, destacar Carpeaux, como está fazendo o Presidente Mauricio Azêdo nesta bela e eterna Associação Brasileira de Imprensa que completa seu primeiro século. Pois na realidade, para utilizar a imagem criada por Guimarães Rosa, Carpeaux permanece encantado. E viverá para sempre através de sua obra monumental. Não se pode esquecer a *História da Música*, outro clássico que ele produziu e deixou para todos. Um gesto solidário para com todos, para com a própria Humanidade. Mas lembrar Carpeaux é igualmente importante no momento em que a imprensa em nosso País ressen-te-se da ausência de grandes editorialistas, espadachins como ele, Franklin de Oliveira, Álvaro Lins, João Neves da Fontoura, J. E. de Macedo Soares. Inigualáveis. Há grandes repórteres, homens e mulheres, mas não editorialistas. Dos que atravessam décadas, só encontro Hélio Fernandes. Entre os colunistas em atividade só resta Villas-Bôas Corrêa. Não quero ser saudosista, considero o saudosismo um defeito. Mas os articulistas de outrora tinham o vôo do condor, como dizia José Lino Grunewald, também editorialista do *Correio da Manhã*. Está faltando opinião frontal em estilo direto, indignado, e sobretudo claro.

Na edição da *Tribuna da Imprensa* de 16 de janeiro deste ano publiquei em minha coluna artigo sobre Carpeaux. Lembrei sua visão profética quando explodiu o movimento revolucionário que derubou Goulart em 1964. Niomar Moniz Sodré Bittencourt, diretora-proprietária do *Correio da Manhã*, mandou fazer os artigos *Basta, Fora, Basta e Fora*, os dois primeiros defendendo a deposição militar do Presidente, o terceiro comemorando sua queda. Os três artigos estão na memória nacional. Foram de autoria de Edmundo Moniz, que depois se tornou amigo e admirador do Governador Leonel Brizola, tornando-se até seu Secretário de Cultura. Mas há um quarto editorial que os historiadores raramente enfocam: *Basta, Fora a Ditadura*. Este, de Carpeaux. Foi profético. A ditadura durou 21 anos, só terminando com a posse de José Sarney na Presidência da República.

Carpeaux tem endereço assegurado na eternidade. Foi um jornalista extraordinário. Um espadachim da liberdade, um personagem de Dumas. Um gigante.

Pedro do Coutto é membro do Conselho Deliberativo da ABI e colunista da *Tribuna da Imprensa*. Foi repórter e redator do *Correio da Manhã*, no qual, como relata, foi companheiro de Oto Maria Carpeaux.



A TRIBUNA DE LACERDA, ESCOLA DE JORNALISMO E ALEGRIA

As pessoas, os costumes, as irreverências e o estilo de um jornal criado por um homem culto, implacável, às vezes doce figura, poeta, criador de rosas.

POR CARLOS LEMOS

Um jovem estagiário salta do bonde (sim, existiam bondes) na Lapa e pega um outro que passa na esquina da Rua do Lavradio. Ele acordara achando que a crise política estava muito séria e que um golpe poderia acontecer a qualquer momento.

Chega à porta da *Tribuna*, a mesma que está lá até hoje e dava acesso à longa escada em frente, para o primeiro andar, onde ficava a Redação. E um soldado, com uma metralhadora na mão, diz:

– Vai rodando, não pode subir, hoje não tem trabalho.

– Mas eu trabalho aí, meu chefe está esperando.

– Roda, vai embora porque se não eu te prendo.

O argumento na mão do soldado era forte. Atônito, dá meia volta, segue em frente e vai direto para o botequim da esquina e lá encontra todos: o velho Hilcar Leite, todo-poderoso chefe da Reportagem que mandava em tudo e distribuía os repórteres para cobrir os mais diferentes assuntos, nos mais diferentes lugares da cidade (naquele tempo não existia a fragmentação que existe hoje com diversas editorias; havia, no máximo, uma internacional e uma de esportes). O Hilcar era uma grande figura. Tinha sido, ou ainda era, trotskista, usava o mesmo terno velho, chegava, botava o paletó nas costas da cadeira, tirava a dentadura postiça e botava no bolso do paletó. Lia todos os jornais, recortava aquilo a que queria dar continuidade (ou suíte) e ia despachando os repórteres.

São seis horas da manhã, pois a *Tribuna* era um vespertino (é, havia matutinos e vespertinos). Tudo tinha que ser apurado até às 10 da manhã, hora do fechamento, pois o jornal rodava às 11, na

velha rotativa Marinone, no andar térreo.

Junto com Hilcar, no bar, estão Nílson Viana, o secretário, ou seja, o que se chama hoje editor. Nílson era bonito, quando foi dar aula no curso de Jornalismo da Puc as moças se sentavam na primeira fila e, discretamente, como quase sem querer, abriam as pernas deixando ver as calcinhas.

Estão também Hermano Alves, repórter do primeiro time, Amaral Neto, da tropa pesada da *Tribuna*, Mário Franqueira, Waldir Figueiredo, diagramador e gozador, Newton Carlos, grande repórter, que descobriu que Samuel Wainer, dono do jornal rival, a *Última Hora*, era bessarabiano e, por tal, não podia ser dono de jornal. Fora ele, também, que descobriu que um documento importante para o desenvolvimento da crise era falso. De Buenos Aires, aonde fora para investigar, telefonou para o Carlos (o Lacerda) e informou:

– Carlos, a carta é falsa.

Ao que o Carlos respondeu:

– Cale a boca e venha embora. Quem tinha que descobrir isto era o Jango.

Vamos ao Carlos. Para todos, público, adversários, aliados e que mais seja, era o Lacerda. Dentro do jornal, para todos os que trabalhavam lá, era apenas (ou tudo) o Carlos.

Homem culto, jornalista implacável, orador insuperável, inimigo terrível. Às vezes, doce figura, poeta, criador de rosas, capaz de simpáticos gestos inesperados. Sua secretária, a bela D. Ruth Alverga.

Antes, tinha uma coluna no *Correio da Manhã*, importante matutino da época. Sucesso imenso como opositor cruel. Resolveu ter o seu próprio

jornal. Pegou dinheiro com os amigos, com as idosas senhoras viúvas que o adoravam e até inimigos, numa tentativa, inútil, de comprar-lhe o silêncio ou a simpatia.

Comprou um prédio, uma velha rotativa e saiu do *Correio* para o seu próprio jornal. Elegeu-se vereador, depois deputado e governador do então Estado da Guanabara, que era o antigo Distrito Federal antes da mudança da capital para Brasília.

Um pequeno interregno para contar uma passagem sua em Brasília, quando deputado federal. Discursava num daqueles imensos discursos que fazia (em matéria de duração de discurso só perdia mesmo para Fidel Castro) e a Deputada Ivete Vargas, sobrinha de seu arquiinimigo Getúlio Vargas, pedia um aparte e ele continuava falando e fazia com a mão o sinal para que ela aguardasse, E ele falando e ela pedindo um aparte, cada vez mais enfurecida. Até que ele disse:

– Está dado o aparte.

Ela furiosa gritou:

– Vossa Excelência é um purgante.

Ao que ele respondeu:

– E Vossa Excelência o efeito.

Voltemos à tribuna. Não a da Câmara, mas a da *Imprensa*.

Estamos no bar da esquina. Tudo isto faz muito tempo e os que serão citados poderiam estar ou não, como outros que não estavam, mas que serão citados. Macedo Miranda, redator de primeira, Porfírio, repórter, Gabriel Chaves de Melo, editorialista, Cláudio Soares, do copidesque, Zuenir Ventura, então arquivista, cujo chefe era o Amsterdam Cavalcânti, o repórter de polícia Aparecido Baioneta da Silva, cheio de ginga carioca, Neil Hamilton, Luiz Fernando Mercadante, Murilo Melo Filho, hoje imortal da Academia Brasileira de Letras, então repórter político, o humorista Don José Cavaca, a chargista Hilde Weber, Marius, ilustrador, Paulo Vidal Leite Ribeiro, repórter ligação do Carlos com os militares, Hélio Fernandes, Luiz Edgard de Andrade, bom repórter, depois cobriu a guerra do Vietnã (não pela *Tribuna*). Stephan Baciú, redator internacional.

Então, para dar uma quebra nesta história, um caso do Baciú.

Ele chegava cedo, pegava a mesma máquina, sentava à mesma mesa, limpava seus grossos óculos para miopia, começava a selecionar os telegramas das agências internacionais e se punha a trabalhar.

Naquele dia, mal sabia ele que o moleque do brincalhão do Waldir Figueiredo – com a cumplicidade do contínuo Anísio Gonçalves, homem de bem, ainda que moleque, de apelido “Xexelento” – havia trocado os tipos de lugar. Assim o Baciú escrevia: o Presidente dos Estados Unidos determinou Parava para ler o que havia escrito e lá estava: “ckejnmdivmeud jebtido” Ficava espantado, limpava os óculos e recomeçava o Presidente dos Estados Unidos.... e lá aparecia: kdjeucnwofjrmn kenciah...

Chamou o Xexelento e pediu para trocar de máquina. O que foi feito. Mas a nova máquina tinha passado pelo mesmo processo. Escrevia uma coisa e lá aparecia ckendiendie9dn kencioc. Limpava



Além de montar uma redação que era uma escola de jornalismo, Carlos Lacerda (à esquerda) fez pupilos também no campo político, como o jornalista Hermano Alves (ao centro), que aprendeu com ele a empunhar um microfone para fazer proselitismo.

va os óculos escrevia e a mesma coisa. Levantou-se suando, foi ao Nilson e disse:

– Nilson, bota outro em meu lugar pois não estou me sentindo bem e vou para casa – Waldir Xexelento e alguns poucos iniciados morriam de rir com a cara escondida.

Ao bar. Lúcio Nunes, que era chefe do Esporte e depois passou para a Geral, em seu lugar no Esporte entrou Araújo Neto, meu amigo de toda a vida, Pedro Gomes, um ótimo repórter político, Eli Azevedo, crítico de cinema, Redento Natali Júnior, que teve um fim triste, vítima do alcoolismo, Walter Cunto, repórter e lacerdista ferrenho, Carlos Castelo Branco, repórter, político, anos mais tarde o incomparável Castelinho, autor da melhor coluna política de todos os tempos.

No bar não estavam o diretor substituto, Aluísio Alves, depois deputado, senador, ministro e governador de seu Estado, o Rio Grande do Norte, João Duarte Filho, diretor de Redação, Ledo Ivo, redator e depois imortal da Academia Brasileira de Letras. Mas estava Agnelo Alves, filho ou sobrinho (não me lembro) do Aluísio, que mais tarde foi também deputado federal,

Antônio Faustino Porto Sobrinho, também repórter político, Calazans Fernandes, repórter combativo, que anos mais tarde veio a ser meu cunhado, pois casei com um irmã dele.

E mulheres, não tinha? Naquele tempo eram poucas as mulheres nas redações, mas a *Tribuna* era o jornal que provavelmente tinha mais. Não era como hoje, quando elas dominam a profissão (nada contra). Ao que me lembre, Clecy Ribeiro, repórter, e Vitória Branco, que fazia um suplemento femini-

no, Claude Vincent, crítica de teatro, Edina Lane, da coluna social com Margareth Tavares de Sá e Manuela Areosa Lina Sena, repórter de cidade, Ana Verônica, húngara, minha grande amiga, mais tarde e até hoje psicanalista em São Paulo. A americana Rochele Taylor, a bela e suave Maria Inês Duque Estrada, que começou como crítica de artes plásticas e mais tarde virou repórter.

Muitos outros não estavam no bar, mesmo porque estiveram lá em outras épocas, como, por exemplo, Lúcio Rangel, José Auto, José Calheiros Bonfim, Carlos Leonam, autor de foto famosa do astronauta soviético Yúri Gágárin. Pela manhã Gágárin dera uma entrevista coletiva, se não me engano na ABI. Ao final da entrevista informaram que todas as programações dele estavam canceladas. Gágárin estava hospedado na famosa Casa das Pedras, no Alto da Boavista, de propriedade do empresário e político da Paraíba Drault Ernâni.

O então chefe da Reportagem mandou o Carlos Leonam e o fotógrafo Braz Bezerra para lá, para tentar conseguir algo mais. Braz não pôde ir, pois tinha outro serviço. Leonam foi, levando a sua Leica. Chegou lá, olhou por cima do muro e viu o Gágárin na piscina agarrado com a aeromoça da Aeroflot, a companhia russa de aviação que os trouxera. Fez várias fotos, até que veio um policial da segurança que disse:

– Você já fez muitas fotos. Agora cai fora ou lhe prendo.

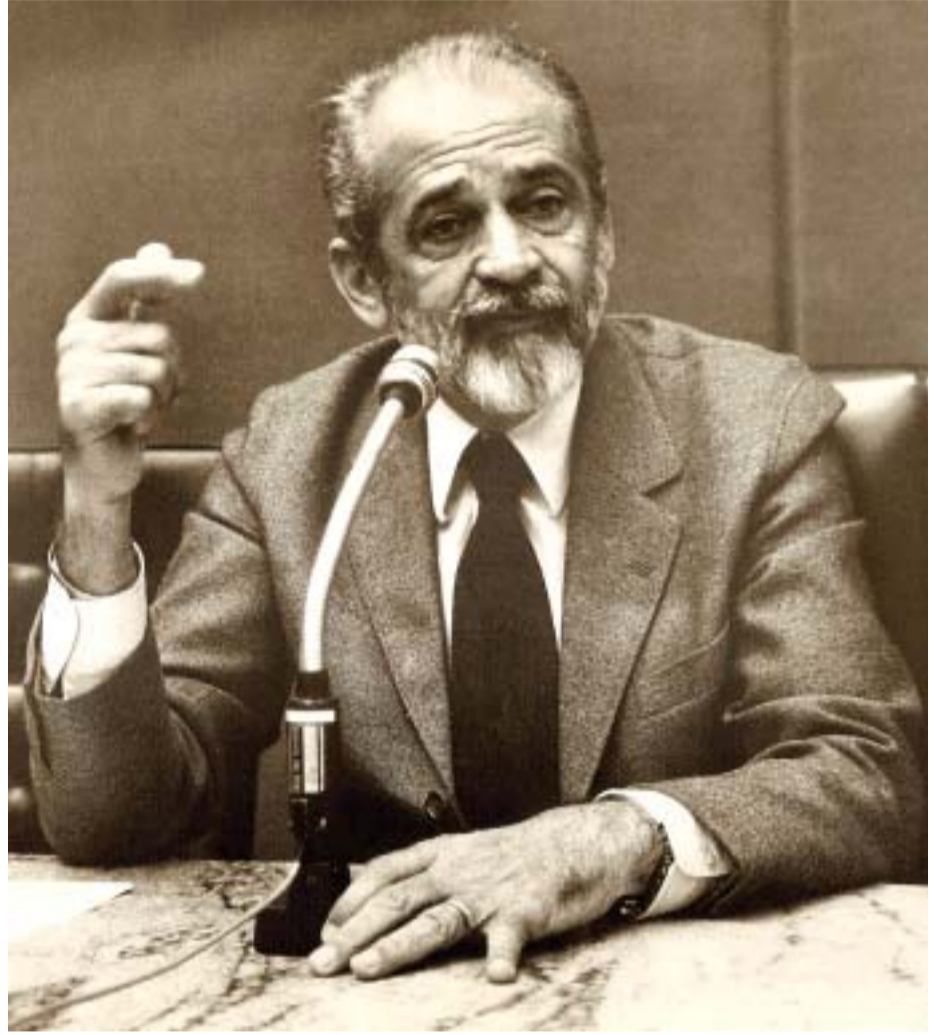
Leonam deu no pé e as fotos foram um sucesso, reproduzidas no mundo inteiro.

Muitos são os nomes e histórias, algumas do tempo em que o jovem estagiário, que era eu, outras que sei por ouvir dizer, antes ou depois do meu tempo lá. Quando a Polícia de Vargas chegava lá para fechar o jornal e prender todo mundo, houve a famosa fuga pelo telhado para descer no *Correio da Manhã*, que ficava na paralela Avenida Gomes Freire. A mais famosa das fugas foi organizada por Nilson Viana, seguido pelo repórter Mário Lúcio Franklin.

São tantos que passaram por lá, uma verdadeira escola de jornalismo. Nilton Ribeiro, que foi chefe do esporte e depois se converteu a uma religião japonesa e foi para lá. Do esporte foi Arthur Parahyba Dias, o chefe da fotografia era Ernesto



Consagrado mestre do jornalismo, Zuenir Ventura, macérrimo, começou na Tribuna.



NUM JORNAL MODESTO, UMA FORJA DE TALENTOS

Mesmo sem os recursos opulentos que marcaram o início da Última Hora de Samuel Wainer menos de dois anos depois, a Tribuna de Carlos Lacerda foi uma forja de talentos, na qual se aperfeiçoaram mestres do jornalismo como Carlos Castelo Branco (acima à esquerda), um piauiense que fez escala em Minas antes de se tornar no Rio o maior repórter político do País em todos os tempos. Foi esse jornal que Hélio Fernandes (à direita) assumiu como o último grande panfletário da imprensa brasileira, que se vangloria, com razão, de ser o único dono de jornal que escreve textos todos os dias.



Sem rompantes espetaculosos, exceto no que se refere à política, na qual atuava como um instrumento de combate impiedoso aos adversários de Lacerda, entre os quais o Presidente Vargas, a Tribuna reuniu quadros profissionais que, formados ou não por ela, alcançaram merecido renome nas áreas em que atuavam. Eli Azeredo (acima, à esquerda), crítico cinematográfico, notabilizou-se por seu conhecimento e o rigor de suas análises. Ledo Ivo, jornalista e poeta, chegou à Academia Brasileira de Letras, assim como Murilo Melo Filho (à direita), ás da cobertura política. E Newton Carlos (acima, ao centro) tornou-se referência como editor internacional.

Santos, também fotógrafo era Fernando Bueno

E tem mais gente que foi da *Tribuna*. Sérgio Augusto, José Machado, repórter, presidente do Sindicato dos Jornalistas, Guimarães Padilha, Airton Baffa, Néelson Gomes Leite, Carlos Pinto, Cláudio Lacerda Paiva, o excelente Luiz Garcia, José Itamar de Freitas, um dos criadores do *Fantástico*, até hoje o dominical da TV Globo, Luiz Lobo, grande contador de anedotas, o colunista Pedro Müller, Nertan Macedo, durante algum tempo chefe da Política.

Uma história para quebrar esta lista telefônica, tantos são os nomes aqui citados.

O plantão da madrugada era o Paulo Silva, não muito experiente. O pessoal saía e ia para o Fiorentina, ali no Leme, reduto de artistas, jornalistas e boêmios. De lá ligavam para o plantonista e diziam:

– Não vá dormir que o Carlos vai chegar aí.

Passava um tempo e religavam:

– Carlos já chegou?

Depois de várias vezes o rapaz descobria que estava sendo gozado e mandava todos à merda.

Uma noite, no meio do plantão, toca o telefone:

– Aqui é o Carlos. O meu artigo já está pronto. Manda o motorista vir buscar aqui em casa.

Era o Carlos. O pobre do Paulo Silva, pensando que era mais uma molecagem, responde:

– Carlos é o caralho. Vá tomar no cu.

Meia hora depois chega à Redação o Carlos Lacerda em pessoa e entrega o artigo e diz “vê se fica atento”. O rapaz tremia como vara verde. Mas ficou nisso pois o patrão deduziu que deviam passar trote para o plantonista.

Trote clássico era o que Waldir Figueiredo dava nos novatos.

– Quem é fulano?

– Sou eu, por quê?

– Eu não te conhecia, mas tomei o recado. É para você ligar para o seu Leão, no telefone tal.

O pobre do estagiário ligava e do outro lado atendiam:

– É do Jardim Zoológico.

Se o rapaz não fosse esperto ainda perguntava:

– O seu Leão está?

E ouvia um palavrão de volta.

Na varanda da Redação havia um “puxadinho”, onde ficava o bar do Darci, para quem quisesse tomar um café, um refrigerante ou mesmo um almoço frugal. Na varanda, já na parte descoberta, havia um busto de Rui Barbosa, que quando chovia apanhava chuva. Na Redação, na parede que separava a massa do gabinete do patrão estava um busto de Virgílio de Melo Franco.

Os engraçadinhos – e como tinha – acharam injusto o Rui Barbosa ficar apanhando chuva e o Virgílio no bem-bom. Trocaram os bustos de lugar. No dia seguinte, o Carlos chega e percebe a troca.

– Vocês são uns moleques. Tratem de destruir os bustos antes que eu mande demitir os autores.

Era assim a *Tribuna*. Escola de jornalismo e alegria. Mãe do moderno jornalismo brasileiro. O pai é o *Diário Carioca*. Para encerrar, conto a história.

Carlos Lacerda introduziu na *Tribuna* a nova técnica que vinha da imprensa americana. Não mais o chamado nariz-de-cera enquanto para um repórter contar uma história começava com uma lengalenga enorme até chegar ao que interessava lá no fim. Não. A moderna técnica instituía o lide e a história contada em forma de pirâmide invertida. Ou seja, o lide era contar logo no primeiro parágrafo o que acontecera, respondendo com a fórmula de Kipling:

o quê, quem, onde, como, quando e por quê. Em inglês, a regra dos cinco ww e um h. Com a história contada em forma de pirâmide invertida, de modo que no primeiro parágrafo vinha o essencial e os detalhes a seguir, de modo que por força da necessidade podiam ser cortados o último e penúltimo e quantos fossem precisos. Carlos ensinou a todos, repórteres, redatores, colunistas e editoriais. Carlos era também um excelente professor. E foram muitos os que passaram naquela escola.

A *Tribuna da Imprensa* começou a ser escrita. Carlos imprimiu à técnica o seu estilo contundente, acre, violento.

No *Diário Carioca*, depois de uma viagem aos Estados Unidos, trouxe a técnica, mas imprimiu, junto com Luiz Paulistano, o secretário de Redação, os seus estilos, mais doce, mais suave, com uma grande preocupação com o jeito do jornal, mais preocupado com a beleza do texto com um estilo que refletia o jeito dos que trabalhavam lá, grandes craques, que não os cito porque não trabalhei lá, sei de vários, mas não sei todos os nomes.

Quando o *Jornal do Brasil* fez a sua reforma, contratou com salários muito mais altos todos os melhores profissionais da *Tribuna da Imprensa* e do *Diário Carioca*. Mantida a técnica, mais fundidos os dois estilos, formou-se o mais belo estilo do jornalismo brasileiro. Mas isto já é outra história.

P.S. – Vocês já devem ter percebido que o jovem estagiário lá de cima sou eu.

O slogan da *Tribuna* era “um jornal que diz o que pensa porque pensa o que diz”. Eu conto o que me lembro.

Carlos Lemos, sócio da ABI, foi Secretário de Redação do *Jornal do Brasil*.



E, por isso, tomamos a liberdade de prestar uma homenagem.

A ABI, Associação Brasileira de Imprensa, está completando 100 anos de história e de luta incessante a favor da liberdade de expressão. O *Jornal do Commercio* parabeniza a ABI por este centenário marcante e por, assim como nós, demonstrar total respeito ao seu público, estando sempre ao lado da verdade, da imparcialidade e da qualidade de informação.

Jornal do Commercio
BRASIL



UM DIA PARA NÃO ESQUECER

OS 100 MIL DA PASSEATA, UMA SACACAÇÃO DO CORREIO NUMA COBERTURA HISTÓRICA

Em minucioso depoimento, o responsável pela definição do número de presentes à manifestação que abalou o regime militar, em 26 de junho de 1968, conta como foram os trabalhos de edição do ato no jornal de Dona Niomar.

POR PERY COTTA

*Edição Especial do Centenário
Volume 1*



O repórter-fotográfico Carlos Campanella ganhou o Prêmio Esso, mas esta foto histórica que fez não foi publicada. Naqueles dias de resistência, viam-se na primeira fila, entre outros, Dina Sfat, Pascoal Carlos Magno, Edu Lobo, Chico Buarque.

Luminoso dia tipicamente carioca de meio de semana, 26 de junho de 1968 foi pacífico marco da heróica resistência democrática contra a ditadura, quatro décadas depois ainda lembrado por ter sido realizada no Rio, naquela data, a maior e mais significativa manifestação estudantil da década de 60. Desde as 10 da manhã e durante três intensas horas, a movimentada área central da cidade do Rio viveu um dos mais importantes episódios da história contemporânea. Aconteceu a menos de seis meses do violento AI-5, de 13 de dezembro de 1968, porta de entrada para os *anos de chumbo*.

Passeata congregou 100 mil no Centro – com este título, na página 15, o *Correio da Manhã* sintetiza a mobilização de estudantes que, pela pronta adesão popular conquistada, mereceu na edição de 27 de junho ampla e completa cobertura de nada menos do que 15 páginas, inclusive algumas inteiramente gráficas, com grandes fotos abertas. Esta cobertura igualmente histórica está microfilmada e guardada para gerações futuras na Biblioteca Nacional, ela própria testemunha do fato: em suas largas escadarias, na Cinelândia, concentraram-se dezenas de jovens antes de partirem no sentido da Igreja da Candelária, caminhando ao longo da Avenida Rio Branco.

Na mesma página 15, junto com a cronologia - hora a hora - da passeata, vinha uma matéria coordenada com a planta baixa do Centro, na qual o CM mostrava, através do cálculo de seus repórteres e de diversos especialistas, como e de onde

o jornal tirou o mágico número de participantes. Naquele dia, na função de Secretário Gráfico e em estreita ligação com o Secretário de Texto, fechei boa parte das 32 páginas da edição, trabalhando às vezes com dois ou até três diagramadores ao mesmo tempo, nas páginas gráficas e em outras principais matérias.

Isto ocorreu ao longo de toda a noite de 26 de junho e entrou pela madrugada do dia 27, enquanto a Diretoria do jornal decidia se eu seria demitido ou não. Como lia todas as matérias antes da diagramação, para pedir os títulos, acabei sendo o autor e responsável pelo número final quantitativo da manifestação estudantil, preocupado que estava em não passar informação contraditória. Em dado momento, tive necessidade de solicitar aos repórteres e redatores que se referissem à passeata como sendo a dos 100 mil. Portanto, ainda na Redação do *Correio da Manhã* e por seus jornalistas, começou a ser reconhecida como a *Passeata dos Cem Mil*. Foi desta forma que dei a ela nome, sobrenome e números finais, na edição 23.071 do *Correio da Manhã*, jornal que acabara de completar 67 anos de também heróica e combativa existência.

O esquema de funcionamento do *Correio da Manhã*, para o fechamento de páginas, era bem organizado e bastante eficiente. O experiente Aloísio Branco era a figura principal, como o Secretário de Redação (Editor-Chefe), e para cuja mesa obrigatoriamente iam todas as matérias, vindas dos Editores e da Chefia de Reportagem.

Ao receber os originais, o bom e atento Aloísio

Branco lia cada um, determinando importância e aproveitamento. E cobrava de imediato melhor texto e/ou apuração, ou devolvia as matérias com alguma outra recomendação a cada Editoria (Esportes, Economia, Internacional, Segundo Caderno).

O Secretário de Texto (Chefe do Copidesque) preparava as matérias do 1º Caderno, tanto para as páginas internas do jornal como para as chamadas de primeira página e entregava os textos *penteados* (lidos e consertados nos pequenos erros) ou já reescritos e no tipo de aproveitamento sugerido pelo Secretário de Redação.

Para processar-se então a editoração, os textos eram encaminhados ao Secretário Gráfico (editor responsável pela diagramação), que estabelecia a colocação e seqüência das matérias em cada página, entregando os textos de volta ao copidesque (redatores) para os títulos, dizendo como os estava editando. Na época, eu e o sempre bem-humorado Mauro Ivan Pereira de Souza exercíamos uma e/ou outra função (na diagramação ou no *copy*).

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DESSA MANIFESTAÇÃO ESTUDANTIL

Agora em 2007, às vésperas de a maior manifestação estudantil completar quatro décadas, a Presidência da República, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, editou um livro de 500 páginas, colocando-o inclusive no *site* do Governo federal na internet. A publicação, elaborada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, tem como título *Direito à Memória e à*

Verdade e, desta maneira, ajuda bastante a contextualizar o movimento dos jovens brasileiros. Reúne a documentação sobre 133 desaparecidos e 166 mortos, nos *anos de chumbo*, entre os quais o operário Manoel Fiél Filho e os jornalistas Mário Alves e Vladimir Herzog, além de dezenas de estudantes. Diz textualmente o documento oficial, em relação ao movimento estudantil, ao reconhecer o período como de terrorismo de Governo:

“Atingida com dureza já nos primeiros dias do novo Governo, quando a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiada na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, o Movimento Estudantil começou a se manifestar com energia a partir de 1965, em todo o País. A UNE desafiou abertamente a proibição das entidades estudantis autênticas, imposta pelo primeiro ministro da Educação do regime militar, Flávio Suplicy de Lacerda. Essas manifestações cresceriam até atingir seu auge nas grandes passeatas de 1968, entrando em refluxo após a decretação do AI-5, em dezembro daquele ano, para voltar a crescer novamente a partir de 1977.

“Em fevereiro de 1969, o Governo Costa e Silva chegou a baixar um dispositivo específico para reprimir a oposição política e a atividade crítica nas universidades, o Decreto nº 477, que previa o desligamento de estudantes, professores e funcionários envolvidos em atividades subversivas. Os sindicatos de trabalhadores, fortemente golpeados pelo regime já nos primeiros dias de abril de 1964, conseguiram se reerguer gradualmente e realizar importantes greves em 1968, em Osasco (SP) e Contagem (MG), retornando a um patamar de fermentação discreta até atingir novo salto em 1978, quando no ABC paulista voltam as mobilizações de massa que dariam início à construção de um novo sindicalismo no Brasil.

“A área intelectual e artística representou outro pólo de resistência. A música, o cinema, o teatro, a literatura, distintos segmentos da vida cultural brasileira tornaram-se arena de contestação ao regime autoritário, agindo muitas vezes como ousada trincheira que exigia o resgate da liberdade de criação. O setor enfrentou, como represália, períodos de vigorosa censura e mesmo a prisão de grandes expoentes artísticos, em especial nas semanas que se seguiram à decretação do AI-5. No contexto de endurecimento do regime, algumas organizações partidárias de esquerda optaram pela luta armada como estratégia de enfrentamento do poder dos militares.

“Nasceram diferentes grupos guerrilheiros, compostos por estudantes em sua grande maioria, mas incluindo também antigos militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos. Essas organizações político-militares adotaram táticas de assalto a bancos, seqüestro de diplomatas estrangeiros para resgatar presos políticos, atentados a quartéis e outras modalidades de enfrentamento, o que, por sua vez, também produziu inúmeras vítimas entre agentes dos órgãos de segurança e do Estado.

“Consolidou-se, com o AI-5, uma dinâmica de radicalização que já tinha nascido no bojo da disputa que envolveu a escolha do sucessor de Castello Branco no comando do regime. O General Costa e Silva assumiu a Presidência, em 1967, como representante da chamada Linha Dura, vale dizer, setores das três Armas que rejeitavam qualquer moderação ou tolerância quanto às oposições. Na chefia do SNI, Costa e Silva colocou Garrastazu Médici, que seria o presidente seguinte, representando o período de maior truculência repressiva.

“Nessa dinâmica, o Governo tinha alijado até

mesmo lideranças políticas que foram grandes expoentes da mobilização pela deposição de João Goulart, como Carlos Lacerda e vários outros. O endurecimento levou ao surgimento, em 1966, de uma Frente Ampla que reunificava figuras diametralmente opostas no leque partidário brasileiro, como o próprio Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart e outros. Em 5 de abril de 1968, a Frente Ampla seria terminantemente proibida pelo regime.

“A escalada repressiva sobre os estudantes deu novo salto a partir de 28 de março de 1968, quando policiais dispararam contra manifestação que protestava pelo fechamento do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, matando o secundarista Edson Luís Lima Souto. Ao funeral compareceram 50 mil pessoas, ocorrendo dezenas ou centenas de prisões. Dias depois, a cavalaria da Polícia Militar invadiu a Igreja da Candelária, onde se realizava a missa de sétimo dia, com a presença de milhares de estudantes. Em 21 de junho, a violência cresceu ainda mais no Rio de Janeiro. Forças policiais reprimiram passeata estudantil que reivindicava mais verbas para o ensino, restando um saldo de quatro mortos, num episódio que foi registrado na imprensa como *sexta-feira sangrenta*.

“A opinião pública reagiu expressando um nível de indignação contra a brutalidade repressiva, que ainda não tinha precedentes desde 1964. No dia 26 de junho, artistas, intelectuais, religiosos, trabalhadores, estudantes, centenas de mães e a população de um modo geral se uniram na *Passeata dos Cem Mil*. O que, por sua vez, acabou acirrando ainda mais a tensão no seio dos segmentos extremistas do regime.

“Passeatas estudantis se repetiram em quase todos os Estados do Brasil naquele período. Em São Paulo, em 3 de outubro, estudantes da USP, na Rua Maria Antonia, enfrentaram a polícia e alunos da Universidade Mackenzie, sede do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), resultando na morte de outro secundarista, José Guimarães. Dias depois, ocorreu ocupação policial que deixou o antigo prédio universitário praticamente destruído. No dia 12 de outubro, a polícia invadiu um sítio em Ibiúna, no interior do Estado, onde se realizava, de forma clandestina, o 30º Congresso da UNE, prendendo os participantes (entre 700 e 1.000 pessoas), incluindo-se aí a quase totalidade de suas lideranças nacionais. Essa primeira fase do ciclo autoritário terminaria no final daquele ano.

“O Governo pediu licença ao Legislativo para processar o Deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB, que havia discursado da tribuna da Câmara denunciando a violência policial e militar exercida contra as passeatas estudantis. Com Mário Covas na liderança da oposição, o Parlamento brasileiro não se curvou à exigência e essa negativa foi utilizada pelo regime como pretexto final para a decretação do AI-5, em 13 de dezembro (de 1968)”.

QUASE TODAS AS PÁGINAS COMO CAPÍTULOS MEMORÁVEIS

Em 26 de junho de 1968, há exatos 40 anos, portanto, a cidade do Rio de Janeiro escreveu um novo e expressivo capítulo da História da Liberdade no Brasil, ao abrir amplo espaço, no maravilhoso cenário de suas belezas naturais, para o extenso e movimentado palco da manifestação inicialmente estudantil e de todo o povo carioca que estava no Centro da cidade. Foi pacificamente realizada, é fato, isto graças às providências cautelosas do Governador Negrão de Lima, que não permitiu a ação repressiva da Polícia Militar e do Dops. Em tempos de ditadura, a passeata significou, porém,

corajosa mobilização de estudantes, intelectuais, padres e freiras, operários de diversos sindicatos de trabalhadores, além da marcante presença de muita gente simples e humilde das principais favelas cariocas. Em marcha cadenciada, passou por toda a Avenida Rio Branco, sendo recebida por entusiasmados e vibrantes aplausos e debaixo de uma impressionante chuva de papel picado.

Foi exatamente por esta maciça e significativa participação dos principais segmentos da sociedade do então Estado da Guanabara (1960-1975), que o *Correio da Manhã* (1901-1974) estampou categórica manchete em sua edição de 27 de junho de 1968: *Marcha do Povo reúne Cem Mil*. Na primeira página não chamou a manifestação de passeata, como está no principal título da página 15 (*Passeata congregou 100 mil no Centro*). Era, de propósito, uma manchete provocativa. Afinal, o jornal tinha como fazer tal provocação: foi o mais importante jornal político brasileiro da época.

E por que o *Correio da Manhã* preferiu usar *marcha* e acrescentar *do povo*? Talvez porque os golpistas civis de 64 haviam promovido, anos antes, a famigerada *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. *Marcha*, além dos passos cadenciados, é vigorosa e ritmada expressão de idéias e ideais. *Passeata* é, muitas vezes, mero e folclórico *pequeno passeio* de protesto em países com a democracia já consolidada.

Ao enfatizar *Marcha do povo reúne 100 mil*, na sua manchete de primeira página, o *Correio da Manhã* estabelecia assim uma forte contraposição à marcha ou escalada daqueles civis e militares cada vez mais extremados e violentos, os que foram denominados “bolsões radicais” pelo próprio general-presidente que, anos depois, iniciou a, por ele definida, “lenta e gradual” abertura. Mas, até ela chegar, houve longa temporada de irracional e sangrenta perseguição política.

Rapidamente, poucos meses depois da maior passeata de 1968, o radicalismo e o terrorismo de Governo conseguiram matar a alma livre do jornal fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, conforme destaquei em *Calandra – o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*, lançado pela Bertrand Brasil, em 1997. O livro conta por que o destemido *Correio da Manhã* havia sido o único jornal a denunciar o Caso Para-Sar, através de matéria assinada, na página 3 do 1º Caderno, sob o título *A Operação Mata-Estudante*.

Eu havia ingressado como Editor de Economia no *Correio da Manhã*, três anos antes da passeata, em 1965, e exerci depois, sucessivamente, a Chefia de Reportagem, a Secretaria de Texto e a Secretaria Gráfica e finalmente a Editoria de Política. Em 13 de dezembro de 1968, bati de frente com o pior Ato Institucional, o AI-5, sendo demitido menos de uma semana após oito coronéis do Exército, devidamente fardados, passarem a freqüentar diariamente a Redação, implantando censura direta em todos os textos.

Nove semanas antes do AI-5, no dia 4 de outubro de 1968, revelei os bastidores do terrorismo antipovo insuflado na tropa pelo bolsão radical liderado na Aeronáutica pelo Brigadeiro João Paulo Burnier. Dois meses depois, na noite de 13 de dezembro de 1968, o *Correio da Manhã* era invadido e ocupado. E fiquei fora de jornal por meses e meses seguidos.

O jornalista e escritor Zuenir Ventura, que também trabalhou no *Correio da Manhã*, comenta o



episódio do Para-Sar desta maneira, em seu livro *1968 – o ano que não terminou. A aventura de uma geração* (Nova Fronteira, 1988), à página 210:

“No dia 4, o mesmo *Correio* trazia um artigo do jornalista Pery Cotta, que lhe custaria depois uma prisão – *A operação mata-estudante* – informando que a 4 de abril, sem conhecimento da Diretoria de Rotas Aéreas, o “Para-Sar foi convocado para participar de missão permanente policial (à paisana, armado e sem identidade), a fim de dar cobertura à tropa que reprimia agitações de rua na Guanabara”.

“Começava a ser desvendado naquele início do mês”, destaca Zuenir, “um dos mais sinistros planos terroristas da nossa história contemporânea. Se tivesse tido sucesso, a operação provocaria não só a execução de personalidades políticas, mas também a morte de cerca de 100 mil habitantes do Rio, já que previa a explosão de um gásômetro no início da Avenida Brasil, às 18 horas, isto é, na hora do *rush*, e a destruição da represa de Ribeirão das Lajes.

“A responsabilidade pelos atentados seria atribuída aos comunistas. Para quem – como os radicais de direita – buscava um pretexto para dar início à caça às bruxas, nada mais diabolicamente perfeito”.

Agora, 40 anos depois, procura-se aqui relatar a Passeata dos 100 Mil e a também histórica edição do *Correio da Manhã*, de 27 de junho de 1968, colocada nas bancas de jornais poucos meses antes do AI-5.

VALEU EDITORIAL E ABERTURA DA COLUNA QUATRO CANTOS

Entrou pela madrugada do dia 27 de junho de 1968 a seleção de fotos e diagramação das matérias. Ao iniciar o trabalho de fechamento de páginas, naquela noite de 26 de junho, senti a necessidade de uma recomendação a todos os repórteres e redatores:

“Precisamos uniformizar a cobertura da passeata. Usem 100 mil participantes”.

Naquela noite, ao longo da demorada e detalhada edição do *Correio da Manhã*, havia simultaneamente uma infundável reunião noturna da Diretoria, no austero prédio da Avenida Gomes Freire, no tradicional bairro carioca da Lapa, onde funcionavam a Redação e a Oficina do jornal. Porém, ao final da reunião e da edição do jornal, tanto a marca indelével da luta constante pela democracia e pela liberdade de expressão como o inabalável compromisso com a sociedade brasileira mantiveram-se mais uma vez como características supremas do respeitado periódico.

Somente um ato extremista, o AI-5 de 13 de dezembro de 1968, um “golpe dentro do golpe”, afinal conseguiu sufocar tanta resistência e bravura do velho CM.

A primeira página do heróico e patriótico *Correio da Manhã*, em 27 de junho de 1968, está dominada por duas grandes fotos (a primeira de quase meia página, bem no alto, logo após a logomarca do jornal), que acompanham o título e o texto da manchete. Era o retrato da manifestação de 100 mil pessoas, um recorde inesperado de presenças. Este primeiro caderno, com 16 páginas, fechava com uma outra página gráfica.

No segundo caderno, como um ícone da modernidade jornalística, a informação gráfica das fotos predominava de novo. E isto não era usual na mídia impressa daquele tempo. Ali estavam estampadas duas páginas inteiramente ocupadas por meia dúzia de grandes fotos em cada, com peque-



nas legendas explicativas, além de um título geral não acompanhado de texto.

Assim, no primeiro e segundo cadernos, foram nada menos do que 10 (dez) páginas que traziam textos compactos de matérias, e sem fotos, espalhando por todo o jornal o notável trabalho da também jovem, na maioria, equipe de reportagem. A ampla e completa cobertura superou inteiramente, em volume e qualidade, as matérias e edições dos demais jornais, das rádios e das emissoras de televisão. Exatamente por isto, o *Correio da Manhã* deu a seus leitores uma edição jornalística tão histórica como a própria manifestação realizada no Centro da cidade. Às 11 e meia da noite, ainda apressadamente chegava repórter da rua com matéria para a edição.

Embora não fossem ainda os chamados *anos de chumbo*, havia a incômoda vigilância diária e a insistente mão forte do regime com explícita determinação autoritária e, já agora, em via de revelar-se claramente como repressora e sangrenta ditadura militar.

Qualquer acontecimento selecionado para grande cobertura é assunto agendado, previamente colocado na pauta e sempre discutido, estudado e dimensionado para tornar possível a perfeita ação da equipe de reportagem e a edição final do jornal. No caso, o que surpreendeu foi a amplitude da manifestação idealizada pelo movimento estudantil. Ganhou tal dimensão e importância política que exclusivamente um jornal com a independência do *Correio da Manhã* poderia cobrir e editar as matérias sem restrições e censura interna ou externa, principalmente naqueles tempos de crescente radicalismo.

Além da ampla cobertura jornalística, nas páginas normais do noticiário, o *Correio da Manhã* colocou o tema como abertura de sua principal coluna social (*Quatro Cantos*, na página 7, assinada

por Cícero Sandroni, hoje Presidente da Academia Brasileira de Letras) e apresentou no seu editorial principal da página 6 a opinião bem definida em belo título: *Lição de Maturidade*.

Na coluna *Quatro Cantos*, Sandroni comentava *O que aconteceu ontem*. No editorial principal, o velho CM não deixou por menos: ressaltava que somente tinha ocorrido uma marcha popular pacífica porque “repressão (ao movimento) é que geraria conflitos”. O regime autoritário adjetivava sempre como “arruaças” as manifestações contrárias dos jovens estudantes, acusando-os invariavelmente do emprego de violência e depredações.

Foi importante a preocupação permanente com a exatidão de dados e informações, tanto nos textos e títulos da reportagem como no forte editorial e nos comentários sempre sensatos do seu principal colunista. Era exatamente isto, esta rotina espartana de bom jornalismo com repetitiva revisão de textos que dava crescente credibilidade ao *Correio da Manhã*. Ficava incontestável o que publicava e isto, em consequência, ficou insuportável para um regime em escalada autoritária.

Como desmentir flagrantes tão factuais? Como rebater narrativas e descrições dos fatos igualmente tão carregadas da realidade política e social?

A edição histórica do CM, de 27 de junho de 1968, é expressão maior de um jornalismo comprometido com o social, nunca resultado de injunção e/ou submissão a interesses econômicos ou financeiros, internos e externos, ou ao poder de governos e governantes. Fazia-se jornalismo verdadeiro, não “jornalismo romântico”, como se disse depois, de forma preconceituosa e tentando reduzir a grandeza da missão altamente democrática do jornal e de seus profissionais.

A *Marcha do Povo* está noticiada no primeiro parágrafo da manchete de primeira página que relatou o acontecimento de forma simples, clara, direta e objetiva. E, principalmente, com muita sobriedade:

“Por seis horas, mais de 100 mil protestaram contra o Governo, apoiando o movimento dos estudantes que, conforme o previsto, foi sem incidentes, com dezenas de discursos de universitários, operários, professores e padres”.

MATÉRIAS EM 15 PÁGINAS E DOIS CADERNOS

Na primeira página, além da manchete, o *Correio da Manhã* abriu espaço para apenas dois outros assuntos. (Nas edições normais, a primeira página de um jornal traz de 12 a 15 chamadas com temas diversos conforme as Editorias).

Também em destaque, descendo texto em uma coluna ao lado da matéria principal, vinha o título a respeito do que aconteceu em São Paulo, na mesma data da manifestação estudantil no Rio: *II Exército é atacado a dinamite*. Uma camionete Chevrolet havia explodido próximo à entrada do quartel-general, matando o soldado Mário Kozel, do IV Regimento de Infantaria, e ferindo outros cinco soldados que estavam de guarda, e era a chamada da matéria na primeira., e boa cobertura interna.

A terceira notícia foi a até hoje criticada falta de segurança e violência: *Assaltos em ônibus e no Disco*.



Os passageiros do ônibus haviam sido assaltados por bandidos, na Avenida Brasil. O supermercado citado ficava no bairro de Laranjeiras, na Zona Sul da cidade. Em ambos os casos, sem registro de feridos.

Nas páginas internas, todas as Editorias trouxeram normalmente os seus noticiários, tanto no primeiro como no segundo caderno. Nos três cadernos do jornal - 1º, com 16 páginas; 2º de cultura, com oito páginas; e 3º predominantemente de Classificados e com também oito páginas - houve lugar garantido para a Geral e Política (página 2), publicidade em página dupla (8 e 9), Economia (pág. 13).

A manifestação estudantil ocupou as páginas 3, 5, 6 (no principal editorial), 7 (na abertura da coluna *Quatro Cantos*), 10 (dividindo com o ocorrido no II Exército), 11, 12, 14 e 15 e 16 (contracapa) do primeiro caderno e, no famoso Segundo Caderno, as páginas 1 (capa), 2, 3, 4 e 8 (contracapa). Total de nada menos do que 15 páginas, nesta grande cobertura.

No Segundo Caderno, as capas viraram páginas gráficas com fotos diversas da manifestação estudantil, mas preservou-se igualmente o espaço normalmente dedicado à cultura, com colunas assinadas e matérias sobre música, cinema, teatro, artes plásticas etc. O terceiro caderno abrigou, além de anúncios classificados diversos, distribuídos nas oito colunas de cada página, o noticiário de turfe e esportes amadores (página 7) e as notícias sobre o futebol (página 8). Foi uma mudança necessária.

Curioso registrar que o jornal diário dedicava apenas uma página ao futebol, apesar de o Brasil já ter conquistado duas Copas do Mundo - 1958, na Suécia, e 1962, no Chile - mas havia sido recentemente eliminado, na Copa de 1966, pela equipe de Portugal.

Na véspera da manifestação estudantil, na quarta, dia 25, a Seleção Brasileira criou novo alento nos torcedores, ao vencer em Belgrado a forte equipe da então Iugoslávia, considerada favorita.

O jogo foi 2x0, com gols do lateral Carlos Alberto, de pênalti, e do atacante Tostão. O noticiário destaca que a vitória do Brasil surpreendeu.

Na edição de quinta-feira, 26 de junho de 1968, o futebol trouxe matéria do correspondente János Léngyel, normalmente sediado em Genebra e que havia sido deslocado para a África, onde em Moçambique o Brasil jogaria e o técnico Aimoré Moreira demonstrava entusiasmo, mantendo a mesma equipe que já se preparava para a futura e vitoriosa Copa de 70, no México.

PASSEATA (OU MARCHA) COM MAIS DE 300 MIL PARTICIPANTES?

E o que revelou ainda o *Correio da Manhã*, em cada página dedicada à ampla cobertura? A página 15 trazia a cronologia da manifestação iniciada às 10 horas e 30 minutos e que ultrapassou as 13 horas. É nesta página 15 que se informa o número provável dos participantes, através de observações

individuais dos repórteres e cálculos de especialistas. Título da matéria: *Passeata congregou 100 mil no Centro*. A passeata dos 100 mil virou *marcha do povo*, no título da manchete da primeira página, pelas razões já explicadas anteriormente. Na página 14, um título de matéria também havia usado a palavra *marcha*, adotada na primeira, ao afirmar textualmente: "Estudantes e favelados marcham juntos".

A bem da verdade, a matéria cujo título chama a passeata de 100 mil no texto chega a mencionar 120 mil a 150 mil como o número mais provável de participantes. Ao editar as páginas da cobertura feita pelos repórteres e fotógrafos do *Correio da Manhã*, respeitei e deixei publicada a informação completa dos repórteres.

Houve especialista ouvido pela reportagem que apontou 70 mil e ainda quem sustentasse serem até mais de 300 mil.

A Polícia faz habitualmente, para os protestos populares, aquele cálculo com base em quatro pessoas no máximo por metro quadrado e corta o

tamanho da Avenida Rio Branco (numerada a partir da Praça Mauá), contando apenas da Candelária, no exato cruzamento com a Avenida Presidente Vargas, ao Obelisco, em direção ao Parque do Flamengo (obra inaugurada no final da década de 60 e que os cariocas devem às gestões Carlos Lacerda e Negrão de Lima).

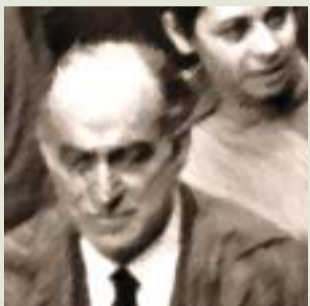
Nos 100 mil, a passeata ou marcha do povo saiu de quatro pontos principais de concentração e atravessou a Avenida Rio Branco em 32 minutos, segundo a edição de 27 de junho do *Correio da Manhã*.

Os quatro pontos principais de concentração foram: Largo da Carioca ainda sem o Metrô, a então espaçosa Praça Erasmo Braga, Avenida Graça Aranha e todo o entorno do Obelisco.

Ressalve-se, por absolutamente factual e oportuno a ser lembrado, que em tais manifestações políticas e concentrações públicas, que se prolongam por horas seguidas, o público nem sempre é o mesmo o tempo todo: as pessoas entram e saem como bem entendem, sem qualquer possível controle, não são como grandes blocos carnavalescos cercados por cordas.

No caso específico, a manifestação também não se fez nem pode ser friamente calculada apenas no sentido horizontal. Na medida em que a marcha do povo passava no asfalto, acompanhada e apoiada pelos transeuntes das calçadas de ambos os lados, ganhava a adesão de grande parte desses anônimos transeuntes, engrossando mais e mais as enormes levas e alas dos militantes da histórica marcha ou passeata de junho de 68 contra a ditadura. Destaque-se que a passeata teve aquele respaldo entusiasmado de milhares e milhares de outras pessoas não contabilizadas como manifestantes e que, do alto dos prédios da Avenida Rio Branco, sem dúvida somaram-se à manifestação ao serem responsáveis pela crescente e festiva chuva de papel picado.

Também estes manifestantes, os das janelas dos prédios de dezenas e dezenas de escritórios do



O Correio deu grande ênfase à cobertura fotográfica da passeata e abriu seu comportamento segundo caderno com uma página gráfica, assim chamada no jargão jornalístico, só com fotos da manifestação, que ocupou 15 páginas.

Centro da cidade, transformaram-se portanto em ativos participantes. A respeito deles não houve, porém, qualquer cálculo na época, até porque isto seria quase impossível, naquele momento. Pode-se, hoje, fazer uma projeção, baseada indiretamente na quantidade de papel picado jogado do alto dos prédios ou em função da densidade demográfica da população. Aquela chuva de papel picado sempre ocorria e ainda ocorre no último dia útil que antecede o Natal e o Ano Novo. Resulta do congaçamento, desejo e esperança de mudanças. Estes mesmos sentimentos devem ter motivado aquelas pessoas que, trabalhando nos escritórios da Avenida Rio Branco, no dia 26 de junho de 1968, correram às janelas para explicitar seu apoio à passeata de protesto.

Dados da Comlurb (companhia de limpeza urbana do Rio) indicam que o lixo público, o resultante da varredura das ruas, representa cerca de expressivos 40% do total, sendo superado apenas pela retirada do lixo domiciliar (em torno de 47%).

Em 1989, por exemplo, retirava-se da cidade do Rio de Janeiro um total de 4.000 (quatro mil) toneladas por dia. Produzidas certamente por milhares e milhares de pessoas.

O Rio de Janeiro em 1970, dois anos após a marcha do povo ou passeata dos 100 mil, tinha uma população de 4,3 milhões de habitantes e, na década anterior, somava 3,3 milhões, por ocasião do Censo de 1960. Seriam talvez 4,1 milhões, em 1968. Agora, em 2006, pulou para 6,1 milhões de habitantes, ou mais quase 50% de aumento populacional, em comparação ao ano da grandiosa manifestação estudantil.

Portanto, não seria absurdo imaginar que a histórica passeata tenha alcançado a marca de 300 mil efetivos participantes, somados os do asfalto e os do alto dos prédios, número surpreendente para a época, em função do total de habitantes, nada menos no caso do que uns 10% da população urbana do Rio. O Brasil da década de 60 tinha população de 70,9 milhões. Chegou aos 94,5 milhões, em 1970 (os “90 milhões em ação” da música evocativa da Copa do Mundo de Futebol).

Agora, em 2006, a população pulou para 188,2 milhões. Hoje, em 2008, pode estar ultrapassando os 190 milhões e, muito em breve, o Brasil terá provavelmente alcançado os redondos 200 milhões de habitantes. Outra interessante comparação: no Estádio do Maracanã, no Rio, que já registrou a presença de quase 200 mil torcedores, cabem agora oficialmente 70 mil (como na Passarela do Samba) ou até 90 mil, no máximo. Ou seja, o Maracanã de hoje seria pequeno para abrigar tanta gente como a que participou da marcha ou passeata dos 100 mil, no episódio de 40 anos atrás.

E como era aquele Brasil e principalmente o Rio de Janeiro, em 1968? Certamente não tinha ainda a Ponte Rio - Niterói, inaugurada em 1974, ano em que o *Correio da Manhã* deixou de circular, embora 34 anos depois seja ainda citado como exemplo de jornal. O petróleo de Campos, descoberto no mar territorial do Estado do Rio de Janeiro, em 1973, hoje garante a auto-suficiência nacional e, em breve, poderá estar ajudando o Brasil a transformar-se em exportador. Não por acaso, a História já havia registrado que, aqui no Rio de Janeiro e em décadas anteriores, foram realizadas outras grandes manifestações populares defendendo a criação de uma empresa nacional para a bus-

ca do petróleo. No Rio, como reconhecimento, está a sede da Petrobras, idealizada há mais de meio século por Getúlio Vargas. Em 1968, mesmo com a mudança para Brasília, o Presidente da República ainda despachava no Palácio do Catete, na Zona Sul do Rio. E em 1968 a TV-Globo tinha apenas três anos e nem sonhava com problemas de edição das matérias sobre “Diretas-Já” ou eleições de 1982.

O BOM CONTEÚDO JORNALÍSTICO DO CORREIO

Para mostrar a manifestação estudantil, agora no contexto histórico, político e social, é necessário antes detalhar o conteúdo dos textos das matérias publicadas pelo *Correio da Manhã* na edição de 27 de junho de 1968. Como já se disse, foram 15 páginas de ampla e completa cobertura jornalística.

Hoje, com os indispensáveis anúncios (30 ou 40% do espaço), a cobertura ocuparia um Caderno Especial de no mínimo 20 ou páginas, fruto de longas pesquisas e elaboração de matérias por dias e dias

seguidos. No *Correio da Manhã* de 1968, tudo aconteceu em 14 horas, ou pouco mais de meio-dia, desde que os primeiros fotógrafos e repórteres deixaram o prédio da Avenida Gomes Freire em direção ao Centro. Neste curto período de tempo, foi realizada toda a ampla cobertura (texto e fotos), redigidos os textos finais das matérias, fechados os três cadernos de jornal e editadas as 15 páginas sobre a manifestação, além das chamadas de primeira página e o fechamento da edição.

É evidente que, por razões hoje conhecidas e bastante óbvias, não houve patrocinadores privados, nem muito menos estatais, para esta histórica edição. Muito pelo contrário. Havia vários meses, o bravo *Correio da Manhã*, por seu posicionamento político, sofria intensas restrições do mercado publicitário, formado na maioria por anunciantes de Governo ou grandes corporações estrangeiras.

Na histórica edição, há apenas uma página (dupla) de anúncio, o balanço de uma grande empresa. (Balanço é obrigatória publicação em qualquer veículo de grande circulação e custa bem menos do que um anúncio institucional.)

Mesmo com o significativo aumento do número de leitores do jornal, principalmente a nível nacional, o Caderno de Classificados estava mingua-do, somando normalmente seis páginas, como virou hábito naquele momento de “vacas magras”. Conto em *Calandra* (Editora Bertrand, 1997) que tudo isto aconteceu porque o Governo havia retirado a publicidade oficial e recomendado aos grandes anunciantes privados que o *Correio da Manhã* deveria ficar de fora de suas programações. Além disto, passou-se a aterrorizar os pequenos anunciantes dos classificados.

Certa madrugada, uma bomba foi jogada na principal agência de anúncios classificados do *Correio da Manhã*, naquela mesma loja que hoje pertence a *O Globo* e fica na esquina de Avenida Rio Branco com Almirante Barroso, próximo à hoje estação Carioca do Metrô. Assim, as pessoas passaram a temer até ingressar ou passar perto de uma agência do *Correio da Manhã*. Isto, enquanto o jornal ganhava mais prestígio, dando *furos* sucessivos e atraindo novos leitores, o que paradoxalmente acrescentava vultosos novos gastos ao gerenciamento industrial.

Os *furos* jornalísticos foram incontáveis, no difícil período da ditadura.

O *Correio da Manhã* teve acesso, em primeira mão, ao texto do AI-2, do Governo Castelo Branco. Então na Chefia de Reportagem, fui procurado

pelo adido de imprensa da Embaixada dos Estados Unidos, Jack Wyant, que já havia passado por agências internacionais e várias Redações de grandes jornais brasileiros, sem êxito, segundo seu testemunho. Ele soube que o CM tinha o texto, mas temia não ser bem recebido. Ficou surpreso e agradecido, ao levar a cópia do AI-2 em um envelope.

Razão do temor e da surpresa? Provavelmente pelo fato de que o *Correio da Manhã* denunciou como nocivo e subserviente o famoso Acordo Mec-Usaid, que o regime autoritário importou como modelo para o ensino universitário mas na verdade foi criado para policiar os estudantes, conforme excelente artigo assinado por Plínio de Abreu Ramos na *Tribuna da Imprensa* em 12 de maio de 1967. Plínio foi, posteriormente, renomado pesquisador da História Contemporânea, principalmente de fatos ligados à política e à economia, produzindo relatos de importantes acontecimentos, resultantes de bem elaboradas pesquisas para a Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ).

O texto do acordo, na íntegra, o *Correio da Manhã* divulgou em primeiro lugar graças ao belo trabalho de apuração do repórter José Nilo Tavares (nas décadas seguintes, competente professor universitário). Naquela época, fazia-se em jornal profunda e rotineira apuração e não mero e insuficiente jornalismo “investigativo” baseado quase sempre em gravações de “arapongas” que não se sustentam na Justiça por representarem indícios de fatos, não fatos realmente jornalísticos.

O *Correio da Manhã* não dava sossego ao regime autoritário, nem aos seus principais concorrentes. Lembro-me de um dia em que influente matutino reclamou em editorial providências do Governo. O jornal não aceitava os sucessivos (e não citados) *furos* que levou, sucessivamente, em vários assuntos da maior importância.

O *Correio da Manhã* naquela época conseguiu publicar na frente de todos os jornais as seguintes matérias:

- o texto na íntegra do projeto de reforma da Constituição;
- a nova Lei de Segurança Nacional (LSN);

- o manifesto dos jovens oficiais da ESAO (Escola de Formação de Oficiais);
- e tantos outros documentos até então inéditos, e desconhecidos até dos censores, alguns deles com o carimbo de *Confidencial*, *Secreto* ou *Ultra-Secreto*.

Um desses, o da nova LSN, retirei pessoalmente da mesa de um general e tive de colocá-lo no mesmo lugar, em menos de uma hora, após copiá-lo por inteiro no Laboratório de Fotografia do *Correio da Manhã*. O mais difícil não foi tomá-lo “emprestado”, com a ajuda de um militar patriota e comprometido com métodos democratas de governo. Desesperador e inquietante, dando um frio na barriga e calafrios na coluna, foi “devolver” o documento confidencial e colocá-lo no mesmo lugar e exata posição em que estava, sem ser pego em flagrante.

Mas valeu a satisfação por vê-lo publicado na íntegra pelo *Correio da Manhã*. Mais até, talvez, do que quando assinei a matéria denunciando o Caso Para-Sar. No final de 1968, já estava ficando até acostumado. E sabia onde achar coisas importantes.

E o que era afinal o Acordo Mec-Usaid? Quem contou tudo, mais adiante, foi outro profissional do *Correio da Manhã*, o jornalista e escritor Arthur José Poerner, em obra prefaciada pelo general e democrata Pery Constant Bevilaqua, em 3 de junho de 1968, e apresentação do intelectual e filósofo Antônio Houaiss.

Na orelha, o livro trouxe o comentário de ou-



Primeiros passos da LBV foram na ABI

A Boa Vontade TV passou a transmitir sua programação educativa, cultural e informativa, em 7 de abril de 2008, pelo canal 27 da SKY, no mesmo dia em que se completaram os 100 anos da Associação Brasileira de Imprensa. Ocasão perfeita para esse canal que representa o compromisso da Legião da Boa Vontade de promover a Paz, o Amor e a Fraternidade. Afinal, foi na sala da diretoria da ABI, em outubro, novembro e dezembro de 1949, que o jornalista Alziro Zarur (1914-1979) realizou as reuniões preparatórias para o surgimento da LBV que, logo após ter sido fundada, em 1º de janeiro do ano seguinte, Dia da Confraternização Universal, deu os primeiros passos plenos de liberdade e universalismo, ideais estes que inspiram a Casa do Jornalista. A primeira reunião pública da Legião da Boa Vontade, comandada por Zarur, em 7 de janeiro de 1950, ocorreu justamente no Salão do Conselho da ABI, com o apoio de sócios, diretores e do então presidente da Casa, o ilustre jornalista Herbert Moses (1884-1972). Ali a LBV viu as suas idéias de solidariedade, altruísmo e Ecumenismo sem fronteiras conquistarem corações e harmoniosamente congregarem pensamentos de religiosos, filósofos, cientistas e ateus.

Por tudo isso é que a Legião da Boa Vontade e seu dirigente, o jornalista José de Paiva Netto, registram aqui votos para que o novo século da heróica Associação Brasileira de Imprensa possa ser tão ou mais profícuo que o anterior, de forma que continue a fazer da mídia instrumento de liberdade de expressão para, a cada dia, construir “um Brasil melhor e uma Humanidade mais feliz”.



A **LBV** apóia o
centenário da ABI



SKY
TV É ISSO

BOA VONTADE TV

agora na SKY

Programação 24 horas no ar • Canal 27

ASSINE SKY!

A Boa Vontade TV sela mais uma parceria para oferecer às famílias brasileiras uma programação de qualidade, marca que faz dela a TV da Paz, do Amor e da Fraternidade Real. Leva aos telespectadores programas com enfoque na Educação, Cultura, Esporte, Saúde, Informação, Solidariedade, Meio Ambiente e Cidadania Plena, com Espiritualidade Ecumênica.

Informações: 0800 77 07 940 • www.boavontadetv.com

tro prestigiado intelectual, Oto Maria Carpeaux, também editorialista do CM e figura sempre cercada pelos repórteres do jornal que a ele recorriam quando não conseguiam achar informações em dicionários e enciclopédias.

O livro de Poerner faz parte da coleção *Retratos do Brasil*, da Civilização Brasileira e foi editado em 1968. *O Poder Jovem, história da participação política dos estudantes brasileiros* ficou pronto, na gráfica, antes do também emblemático episódio do Calabouço (28 de março de 1968). E saiu um pouco antes da Passeata dos 100 Mil.

Por isto, Poerner teve de fazer nota complementar, para contar a morte de Edson Luís, a quem viu no caixão e assim o descreve, na página 364:

“Tratava-se de um menino ainda – completara 18 anos no dia 24 de fevereiro – parecia baixinho,



a pele morena e os cabelos bem pretos e lisos de caboclo nordestino. Os dentes – tinha-os estagados, como a maioria dos jovens de nosso país. Órfão de pai, viera, há três meses, de Belém do Pará, para cursar o artigo 99 de 1º. Ciclo no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao Calabouço, onde pas-

sava a maior parte do dia, inclusive auxiliando em serviços burocráticos da secretaria e de limpeza do estabelecimento, pois não conseguira emprego.

“As esperanças que o trouxeram ao Rio estavam ali agora, transformadas no sangue que manchava a camisa branca empunhada pelos seus colegas e o chão da Assembléia. No sangue que, nas paredes claras do saguão da casa legislativa, imprimira marcas de mão e dizeres contra o terror policial”.

Em capítulo anterior, *A Vaia em Castelo*, outro episódio da reação estudantil ao regime autoritário imposto a partir de 1964, Poerner conta, à página 270:

“A UME (União Metropolitana dos Estudantes, do Rio de Janeiro) preparava um plebiscito nacional sobre a Lei Suplicy de Lacerda, enquanto o Marechal Castelo Branco recebia uma estrondosa vaia, na presença inclusive do Corpo Diplomático aqui acreditado, durante a aula inaugural da Universidade do Brasil, em 9 de março de 1965, na Escola Nacional de Arquitetura, na ilha do Fundão. Cinco dos estudantes que vaiaram o chefe de Governo foram presos pela Polícia do Exército. A prisão dos estudantes na ilha do Fundão contribuiu para sacudir o movimento estudantil, na medida em que provocou a solidariedade e a mobilização dos Diretórios Acadêmicos e da UME, que emitiu a propósito nota oficial” (publicada na íntegra, em 16 de março de 1965, pelo *Correio da Manhã*).

Fui testemunha ocular, como repórter destacado para a cobertura local, desta contundente vaia ao marechal-presidente. Estava lá, no corredor de acesso ao auditório da Faculdade, quando Castelo Branco desceu do carro oficial e, logo que colocou os pés no chão de cimento e deu os primeiros passos em direção ao prédio, os estudantes começaram a vaiar, em sonoro protesto. Castelo ficou absolutamente contrafeito com a manifestação. Enfiou ainda mais a cabeça para dentro do curto pescoço, baixou os olhos e seguiu firme, em caminhada rápida, subindo em passadas largas os poucos degraus que levavam ao auditório. As vaias continuaram, em volume ainda mais alto.”

A área de entrada estava policiada por fuzileiros navais em parede humana para evitar a proximidade de estudantes, jornalistas e quaisquer outras pessoas. Com as vaias, rapidamente prenderam e levan-

taram os cinco estudantes, arrastando-os para as viaturas da Polícia do Exército. Nunca me esquecerei de um estudante, gordo e forte, que foi levado com as pernas dançando no ar, os braços imobilizados e violentamente seguros por dois corpulentos fuzileiros. Mesmo assim, agitava mais as pernas e, valentemente, continuava a vaiar cada vez mais alto. No seu livro, talvez por esta cena, Poerner colocou, antes da introdução e bem a propósito, uma epígrafe com palavras do jurista e também jornalista Rui Barbosa: “É perigosa a situação que se apresenta? Tanto melhor. Nos dias de opressão, ser oposição é uma honra. A desonra é ser governo”.

E o que foi, afinal, o Acordo Mec-Usaid? Poerner o divulga fazendo o relato completo dos fatos antecedentes e precedentes, em seu *Poder Jovem*. Os textos oficiais referentes aos acontecimentos envolvendo as manifestações dos estudantes estão em *Documentário*, a partir da página 311 e até 361. Na íntegra, o acordo assinado pela ditadura com o Governo norte-americano ocupa dez páginas (340 à 349).

EDIÇÃO QUE POR SUA NATUREZA PREOCUPAVA, MAS SAIU

Em função do pesado contexto histórico e social da época, pode-se hoje entender a razão da anunciada contrariedade ou, prefere-se imaginar, natural preocupação da então Direção do *Correio da Manhã* naquele final de noite de 26 de junho de 1968 quando, para matérias mais uma vez incômodas ao Governo, várias páginas iam sendo abertas, mais material fotográfico e outros gastos se elevavam, enquanto as horas passavam e se perdiam vôos e o transporte de caminhão da tiragem que já deveria estar finalizada, colocada na rua e, prioritariamente, nos aeroportos para embarque.

Hoje, certamente, o Departamento Industrial, em nome da Direção e da filosofia imperativa da sociedade de consumo, tornaria impossível tal edição por mais histórica que fosse assim reconhecida. Agora, jornal é muito mais um produto ou simples veículo para a Publicidade. Os jornalistas há muito tempo deixaram de ter voz ativa e muito menos executiva nas Redações. Prevalcem, no produto, mais anúncios do que notícias e informações de interesse público. Cada edição expressa variados acertos empresariais, comerciais, financeiros e publicitários.

Em 1968, ainda se fazia cobertura jornalística de olho apenas nos fatos e prioritariamente com visão social voltada para a História.

Por pensar predominantemente na execução da cobertura e na edição de páginas, tantas quantas fossem necessárias, o *Correio da Manhã* tornou-se retrato vivo da heróica história daquele período, de tanta



luta pela liberdade de imprensa. E, por isto, até o Caderno de Classificados, com oito colunas nas seis magras páginas de anúncios, passou a ser, na edição da passeata, caderno de oito páginas com espaço para notícias. Assim, abriu espaço para a Redação (turfe, esporte amador e futebol) em uma “invasão” que hoje somente pode ocorrer no sentido inverso, com a tomada do espaço de matérias para anúncios do Departamento Comercial. Ou a edição de matérias pagas com “cara” de reportagem. Ou, ainda, as famosas “reco” (recomendadas).

E dizem, hoje, que aqueles tempos eram de “jornalismo romântico”.

Em fotografias e textos, como saíram as maté-



rias da edição de 27 de junho de 1968 do *Correio da Manhã*?

ASFOTOS - *Sorriso em vez de ódio* era o título da página gráfica 16 do 1º. Caderno. *Um povo ordeiro, Nova marcha, novo grito: Liberdade!* e *Estudantes, sacerdotes e intelectuais lideram a passeata* foram os títulos gerais das outras pá-

ginas inteiramente gráficas, com apenas um título geral, grandes fotos e pequenas legendas embaixo de cada uma das seis fotografias paginadas.

Nas páginas gráficas, flagrantes da imensa massa de gente, da cortina de papel picado, da bandeira do Brasil sendo carregada pelos manifestantes (com a legenda *Ordem e Progresso*), a ala mais jovem da passeata, os líderes da manifestação e os que passavam gritando liberdade. Lá estavam padres, freiras, intelectuais e artistas bastante conhecidos lado a lado com gente simples e anônima das favelas. Na ala da Igreja, destacava-se a presença de Dom José de Castro Pinto, bispo-auxiliar do Rio de Janeiro.

As fotos foram de Erno Schneider (Chefe do Departamento Fotográfico), Manoel G. da Costa (Manoelzinho), Milton Santos (Miltinho), Rodolfo Machado, Rubens Seixas, Osmar Gallo e Gilmar Santos (que não tinha diminutivo, mas era o mais baixinho de todos). Todos, gigantes na arte fotográfica. Quase todos, premiados por reportagens anteriores. Em equipe e individualmente, haviam conquistado Prêmio Esso pela cobertura das enchentes de 1966/1967. No Departamento Fotográfico do CM, com 50 anos de casa, também se destacava o velho Luís Bueno, firme e forte nas coberturas jornalísticas pela cidade, sempre reconhecido à distância pelo seu vozeirão.



Povo ordeiro, título usado na página gráfica, aparecia também como título da legenda da monumental foto da primeira página. As fotos do *Correio da Manhã*, da 1ª, tinham título e legenda. Lembro-me de uma

quando Castelo Branco baixou o AI-2, cassando direitos políticos. Do marechal-presidente aparecia só a cabeça em uma longa mesa cheia de flores. Título em caixa alta: *De Mecejana para o mundo*. Legenda: *O marechal-presidente, natural de Mecejana, CE, anunciou o Ato Institucional que cassa direitos de importantes políticos brasileiros*. Foi das melhores que legendei no CM.

OS TEXTOS - Os repórteres do *Correio da Manhã* eram em número bem maior do que os fotógrafos. De uma vez só, quando exerci a Chefia de Reportagem, abri as portas para 18 estagiários, entre eles várias jovens universitárias (o que não era hábito nas Redações, na década de 60). Em boa parte, principalmente as moças, estudantes de jornalismo, da Puc-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

Destacavam-se, na equipe de Reportagem, Bertholdo de Castro, Hélio Contreiras, Luís Inácio, Luís Carlos de Souza, João Carlos Mallet e José Nilo Tavares, entre outros. Todos os jovens estagiários se misturaram rapidamente e receberam boas lições práticas de experimentados profissionais como Valério Mainel, Lindolfo Machado, Agostinho Seixas, Cesário Marques, João Carlos Mallet e o seguro Montenegro (que com o Bueno fazia a tradicional coluna *Gerico*, de autoridade incontestável em defesa dos moradores dos diversos bairros cariocas).

Foi impecável a cobertura deles sobre a Passeata dos Cem Mil. As matérias traziam o fato e, na



mesma edição, toda a repercussão possível. Não sobrou suíte importante alguma. As editorias do jornal, sucursais, repórteres e setoristas de várias áreas também contribuíram, e muito, para o excelente conteúdo das matérias.

Na página 3 entrou a matéria sobre a satisfação do Governador Negrão de Lima com a realização pacífica da passeata, para a qual certamente ele contribuiu e de forma decisiva, ao deixar a Polícia aquartelada, em seu dispositivo repressivo..

Na página 5 estão as manifestações realizadas nos diversos Estados brasileiros.

Na página 10, a matéria sobre o manifesto distribuído na passeata, anunciando que os sindicatos de trabalhadores de diversas categorias apoiavam os estudantes “e estavam vigilantes”. Participaram metalúrgicos, têxteis, radialistas, ferroviários da Leopoldina, empregados em entidades culturais, professores, alfaiates e trabalhadores na indústria de bebidas. Ainda na mesma página, deputados que participaram das concentrações já lamentavam na época que “a juventude brasileira não acredita mais no poder político”. Foram

ouvidos, entre outros, os depoimentos de Jamil Haddad, Alberto Rajão e Sebastião Contrucci.

Na página 11, a notícia de que a Polícia Federal havia solicitado ao Conselho Nacional de

Telecomunicações a censura nas emissoras de TV. Estava proibida a exibição de reportagens “sobre tumultos de rua”. Na mesma página, a denúncia de que agentes do Dops prenderam cinco jovens na Zona Sul, em bairros longe do local da passeata. Os nomes completos e os bairros em que residiam estão citados na matéria.

Na página 12, a reação da OAB “ao arbítrio do Departamento de Ordem Políca e Social (Dops)”, aprovando sugestão encaminhada pelo Conselheiro Serrano Neves.

Nas páginas 14 e 15, os relatos referentes à passeata em si, desde o seu início pouco depois das 10 horas da manhã até a chegada à Candelária, às 13 horas.

As matérias dos repórteres, na medida em que eram produzidas, iam para a mesa da Chefia de Reportagem, sendo lidas inicialmente por Marinus Castro e/ou Cesário Marques e, em seguida, encaminhadas ao Chefe de Redação Aloísio Branco, a partir principalmente da metade da tarde de 26 de junho de 1968. Mas, como já foi dito, no final da noite ainda chegava um ou outro repórter esbafofido, com repercussão e detalhe importante “que não pode deixar de sair na edição sobre a passeata”.

Os fotógrafos e repórteres, em sua maioria, não arredaram pé da Redação, naquela noite de trabalho que se prolongou pela madrugada, acompanhando a edição das páginas, complementando dados solicitados e, principalmente, ansiosos que o jornal rodasse logo para levar sua matéria e a edição histórica para casa. Todos os dias, religiosamente aos 40 minutos passada a meia-noite, começava-se a ouvir a gigantesca rotativa se movimentando para produzir os primeiros exemplares.

Naquela madrugada, o *Correio da Manhã* extrapolou todos os horários possíveis, mas apresentou aos seus leitores uma edição que marcou tanto quanto o acontecimento coberto. O atraso foi pelas necessárias mudanças efetuadas no jornal, alterando a colocação de várias matérias, ao conseqüente aumento do número de páginas e à demora na criteriosa escolha de fotos e legendas para as capas e contracapas dos dois primeiros cadernos.

Houve capricho no visual das páginas, por parte de seus criativos e artísticos diagramadores, entre eles o saudoso Eraldo *Bigodão* Macedo, sempre risonho e eficiente, por mais exaustiva e demorada que fosse a edição.

Na manhã e tarde seguintes, foram só para elogios, mesmo por parte do habitualmente discreto e reservado Diretor-Superintendente, Osvaldo Peralva, que poucos meses depois seria arrancado do prédio do jornal e violentamente jogado em um camburão pelos agentes do Dops que invadiram o jornal em 13 de dezembro de 1968, em seguida

ao anúncio oficial do AI-5 e a vitória dos tais “bolsões radicais”.

Na época da passeata, a Diretoria do *Correio da Manhã* era composta, além do bom e cordial Osvaldo Peralva, pela proprietária e sucessora Niomar Moniz Sodré Bittencourt e por mais três diretores: M. Paulo Filho, Néelson de Faria Batista e Arnold Wald. Para nós, da Redação, interessava principalmente conhecer as recomendações do diretor Osvaldo Peralva e do Aloísio Branco. A Redação do *Correio da Manhã* era comandada por profissionais, por dois efetivamente experientes, tranquilos e educados.

Quarenta anos depois, há muita história não contada

É certo que, em 1968, as críticas da sociedade brasileira ao regime autoritário, manifestadas nas ruas e tendo como expressão maior a Passeata dos 100 mil, tornaram-se realmente insuportáveis para os tais “bolsões radicais”, que temeram, antes de tudo, perder o controle da situação. E talvez, muito mais do que isto, as *benesses* de um regime envolvido em negócios com pontes, estradas e até compras de aviões de guerra.

Quarenta anos depois, há muita coisa ainda a ser contada, envolvida por um silêncio inexplicável. Mas, pelo aqui exposto sobre acontecimentos já registrados, quando o ano de 1968 terminou o Brasil estava absurdamente mergulhado em um dos períodos mais negros de sua História Contemporânea. Terrivelmente obscuros e ainda muito pouco conhecidos, em função da longa censura à imprensa.

Esta a conclusão inicial que os fatos já conhecidos deixam à mostra.

A censura imposta pelo regime autoritário um dia chegou ao fim, infelizmente acabou sendo substituída pela autocensura, resultado em parte do temor pela memória do que aconteceu com o *Correio da Manhã* e, muito certamente, pela estranha filosofia que prega a ocultação dos fatos sob o polêmico argumento de que “é preciso esquecer o passado”. Com que objetivo?

Os crimes dos radicais, talvez, se prescritos; nunca, os absolutamente necessários relatos sobre episódios históricos e a narrativa a ser permanentemente renovada a respeito da luta pela liberdade de imprensa e pelo direito à informação no Brasil, hoje felizmente básicos e consagrados preceitos constitucionais.

Pena que o *Correio da Manhã* não exista mais para contar em detalhes outros reais acontecimentos daquela época e expor com veemência a máxima de que jornalista não briga com os fatos. Se eles existem ou existem, é dever da mídia revelá-los à sociedade, porque as idéias não morrem e muito menos os ideais de liberdade e respeito aos direitos humanos.

Em função dos antecedentes e precedentes da *Passeata dos 100 Mil*, grandioso repúdio ao radicalismo do regime autoritário de governo, o que foi aqui relatado neste trabalho de pesquisa permite realçar agora uma ligação óbvia, baseada na cronologia dos acontecimentos já revelados à opinião pública.

Esta cronologia pode ser enumerada como uma espécie de resumo final sobre o movimento estudantil, na década de 60:

1. Em 28 de março de 1968 ocorre o assassinato do estudante Edson Luís, fato que levou ao fechamento do restaurante do Calabouço e rápida transformação da área em anel rodoviário (trevo de retorno das pistas do Parque do Flamengo);
2. Em 4 de abril de 1968, uma semana depois da morte do secundarista, a tropa de pára-quadistas

da Aeronáutica (Para-Sar), criada para executar ariscadas operações de salvamento de vidas, é convocada pelo Brigadeiro João Paulo Burnier para missão permanente policial (à paisana, armada e sem identidade), a fim de dar cobertura ao esquema repressivo contra as manifestações estudantis, com objetivo de execução sumária e em via pública de lideranças não só estudantis como sindicais, políticas, de religiosos e intelectuais;

3. Em 14 de junho de 68, doze dias antes da realização da maior manifestação estudantil, o Para-Sar é mobilizado para ação terrorista de governo;

4. Em 26 de junho de 1968 é realizada a pacífica Passeata dos 100 Mil, com a significativa adesão popular dos mais importantes setores da sociedade, como demonstrou a também histórica edição do *Correio da Manhã*, no dia seguinte;

5. Em 13 de dezembro de 1968, após a divulgação do AI-5, inicia-se perseguição implacável promovida pelos radicais de governo, que promovem torturas e eliminação física de todos considerados inimigos “nas órbitas política e militar”, como vinha sendo pregado desde a mobilização de 4 de abril de 1968;

6. Fim do ano de 1968, abrem-se os *anos de chumbo*, característicos do período que vai de 1969 a pelo menos 1975, com as sucessivas mortes nos Doi-Codi, com a Operação Bandeirante (Oban) e a implantação de todo o sinistro esquema repressivo de ação conjunta das ditaduras dos países do Cone Sul.

Os números estimados, quatro décadas depois, pelos próprios setores oficiais de governo, hoje indicam números macabros em relação às conseqüências do famigerado AI-5, que esmagou violentamente o movimento estudantil e impôs severa censura à imprensa:

Chegam a 133 os desaparecidos e a 166 os mortos, entre os quais dezenas de jovens estudantes, além de várias e expressivas figuras da política, do meio sindical e entre intelectuais, inclusive jornalistas.

O ano de 1968 certamente terminou, mas não deixou no esquecimento e para trás episódios que foram muito marcantes, tanto da luta pela liberdade de imprensa como retratos vivos do aviltante desrespeito à pessoa humana.

É um período histórico ainda relativamente recente para não deixar de ser totalmente submetido às luzes da verdade.

Quarenta anos depois, ou quatro décadas de inexplicável silêncio e restrições, falta muito acontecimento a ser revelado, em nome do direito sagrado à informação e da preservação, para as gerações futuras, da verdadeira memória nacional.

São fatos ainda ocultos, alguns criminosamente escondidos, embora façam parte viva da História Contemporânea do Brasil.

A Operação Mata-Estudante, ou o "Caso Para-sar"

É preciso aprofundar, neste trabalho, o contexto político e social da época, lembrando outros fatos que envolveram estudantes e a Polícia, inclusive a denúncia por inteiro do Caso Para-Sar, no artigo *A Operação Mata-Estudante*, em quatro colunas da página 3 na edição de 4 de outubro de 1968, poucas semanas antes do anúncio do AI-5, início do período negro da História do Brasil conhecido por *anos de chumbo*. Eis o artigo, na íntegra, que o diretor Peralva admitiu publicar se fosse por mim assinado, já que naquele dia nenhum jornal quisera assumir tal responsabilidade, provavelmente em função da nota oficial distribuída em 3 de outubro de 1968 e que abre a matéria:

"O gabinete do ministro da Aeronáutica, em nota oficial distribuída ontem, informa que "o recente noticiário envolvendo, desprimorosamente, a Força Aérea Brasileira, não expressa a verdade, uma vez que tudo se limita à aplicação de medidas de caráter estritamente disciplinar, que não teriam ultrapassado o âmbito da FAB não fosse a distorção deliberada ou o interesse espúrio de tumultuar o assunto".

"Prossegue (a nota) afirmando que "não houve em nenhuma eventualidade, a hipótese da utilização de quaisquer elementos da Aeronáutica em missões não compatíveis com a dignidade militar e os preceitos legais". E finaliza: "A insinuação da

existência de um ambiente de crise, que absolutamente não ocorre, representa uma manobra divisionária em ofensiva dirigida contra as próprias instituições militares, fazendo parte dos processos de tentativa de isolamento das Forças Armadas na comunidade brasileira".

(Seguem-se vários fatos omitidos, alguns já publicados em edições anteriores).

"O que a nota assinada pelo Brigadeiro Paulo de Vasconcelos Sousa e Silva não esclarece são os seguintes fatos:

"Em abril deste ano, o Para-Sar foi convocado para participar de missão permanente policial (à paisana, armado e sem identidade), a fim de dar cobertura a tropa que "reprimia agitações de rua", na Guanabara, sem conhecimento prévio da Diretoria de Rotas Aéreas, que é responsável pelo emprego operacional do Para-Sar;

"Essa missão destoava de tal forma da finalidade precípua do Para-Sar (humanitária, de salvamento de vidas), que três oficiais – Capitães Roberto Câmara Lima Ypiranga dos Guarany, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho e o Capitão-Médico Rubens Marques dos Santos – solicitaram intervenção da Diretoria de Rotas Aéreas para que fosse evitado novo emprego do Para-Sar em missão dessa natureza;

"No dia 14 de junho, o Brigadeiro João Paulo Burnier, então chefe do gabinete do ministro da Aeronáutica, convocou todo o pessoal do Para-Sar, ainda sem conhecimento prévio da Diretoria de Rotas, a fim de tratar de emprego da unidade em



O General Artur da Costa e Silva ainda estava na Presidência quando o Brigadeiro João Paulo Burnier planejou a sinistra tentativa de explosão do Gasômetro, que poderia matar 100 mil pessoas. O Correio denunciou a trama e seu autor em texto de Pery Cotta publicado na edição de 4 de outubro de 1968.

missões absolutamente incomuns das que lhe compete realizar regularmente;

"Nessa reunião do dia 14-6-68, realizada no próprio gabinete do ministro, foi recordado que o papel do Para-Sar podia ser até mesmo o de eliminação física ou desaparecimento de elementos considerados inconvenientes "nas órbitas política ou militar";

"Ciente do fato, na ausência do diretor-geral de Rotas, o diretor em exercício levou-o verbalmente ao conhecimento do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, que na época respondia também pelo Ministério da Aeronáutica;

"Seis dias após reassumir suas funções, o diretor-geral de Rotas Aéreas, major-Brigadeiro Itamar Rocha, foi convocado pelo chefe do Emaer,

para que lhe esclarecesse a situação do Para-Sar, tendo em vista que nessa época já estavam transferidos os Capitães Sérgio e Santos, daquela unidade, apontados no caso como "indisciplinados por discordarem com a nova orientação" transmitida pelo então chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Burnier;

"A fim de poder esclarecer devidamente ao chefe do Emaer, o diretor-geral de Rotas Aéreas solicitou ao Capitão Sérgio que lhe relatasse a ocorrência, o que foi feito por escrito, por esse oficial;

"Em face dos termos incisivos e da gravidade das declarações prestadas, entendeu o chefe do Emaer que o DGR encaminhasse relatório diretamente ao ministro, que então já havia reassumido suas funções, assegurando que faria entre-



designTUTU

PARABÉNS ABI!

E OBRIGADA PELO APOIO,
PELA LUTA, PELA DEDICAÇÃO
E POR TODAS AS CONQUISTAS
DURANTE ESSES 100 ANOS!

SE O PAPEL PUDESSE REGISTRAR SONS,
AQUI ENTRARIAM NOSSAS PALMAS.

www.portalimprensa.com.br

IMPRENSA **20**
A revista de quem escreve a notícia A N O S

PortalImprensa

ga do documento juntamente com o DGR, o que se efetivou em seguida;

“Cerca de 50 dias após, o Sr. Ministro encaminhou ao diretor-geral de Rotas Aéreas um Aviso (secreto) que em síntese anuncia que havia procedido sindicância, que concluiu como não sendo verdadeiras as declarações do Capitão Sérgio;

“No mesmo Aviso, assevera que o DGR dera crédito amplo às declarações do Cap. Sérgio, sem maiores averiguações, concluindo que: “as expressões usadas pelo Cap. Sérgio não traduzem a verdadeira exposição feita”;

“Cumprida, em face dos termos do Aviso, que o DGR apurasse, então, até que ponto não seriam verdadeiras as declarações referidas no relatório do cap. Sérgio, inclusive para puni-lo, se fosse o caso;

“Não pareceu lícito ao DGR indagar-se da verdade dos fatos, senão ouvindo as únicas pessoas que participaram da controvertida reunião, isto é, os elementos do Para-Sar (oficiais, sargentos e cabos), representante do Emaer e um do gabinete do ministro, além do Brigadeiro Burnier, que a presidiu;

“Os depoimentos desses últimos teriam orientado a versão apresentadas pelo ministro;

“Restava que fossem ouvidos os demais elementos do Para-Sar, dos quais 36 prestaram declarações ao Major-Brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral de Rotas Aéreas;

“Estas fortaleceram as declarações do Cap. Sérgio, em sua esmagadora maioria, sem que nenhum elemento, categoricamente, houvesse negado, limitando-se uns poucos a informar que não havi-

am compreendido ou não se lembravam dos precisos termos;

“Recolhidas essas informações e como o próprio ministro da Aeronáutica houvesse observado ao diretor de Rotas Aéreas que dera o caso como resolvido e que não pretendia tornar sem efeito as transferências dos dois oficiais e ainda deliberou punir o Cap. Sérgio, entendeu o Major-Brigadeiro Itamar Rocha que o novo subsídio para o julgamento deveria ser encaminhado à instância superior, o que foi feito imediatamente, sem maiores comentários ou relatório, deixando a conclusão para o próprio ministro;

“Todo o assunto, é de se notar, teve sempre trânsito resguardado sob a mais alta classificação sigilosa (secreto);

“A 27-9-68, por decreto do mesmo dia, o Brigadeiro Itamar Rocha foi exonerado, “por necessidade de serviço”, ao mesmo tempo em que, por ato administrativo, em Aviso da mesma data, é aplicada a pena de dois dias de prisão domiciliar.

“OS ATOS - Da exposição acima, ressalta o seguinte: - o Para-Sar, sem conhecimento da Diretoria de Rotas Aéreas, foi empregado em missão policial, em abril deste ano, contrariando frontalmente as instruções vigentes que regulam o emprego do Para-Sar e que estão contidas no Diário Oficial de 27 de setembro de 1963;

– sem conhecimento do diretor-geral de Rotas, foi o Para-Sar doutrinado para cumprir missões incompatíveis com a sua finalidade, entre as quais a de eliminar ou fazer desaparecer elementos considerados politicamente inconvenientes;

– a comunicação foi feita, hierarquicamente, a

quem de direito e no tempo devido;

– o diretor-geral de Rotas, em face de denúncia tão grave, que envolvia sumária eliminação de vida humana, por motivos políticos ou outros – a “Operação Mata-Estudante” –, não solicitou, desde logo, abertura de IPM, por haver tratado o assunto com reserva e devida lealdade, com a autoridade máxima, o ministro da Aeronáutica”.

(E terminava assim o texto da matéria-denúncia do *Correio da Manhã*):

“Esperam agora os oficiais superiores que estão solidários ao major-brigadeiro Itamar Rocha que seja aberto um rigoroso inquérito policial-militar, “para que fiquem devidamente esclarecidos não só a atuação do ex-diretor-geral de Rotas Aéreas, como a extensão e a profundidade dos fatos”. “OS HOMENS – Os oficiais punidos por revelarem a *Operação Mata-Estudante* são todos conhecidos, dentro dos quadros do Ministério da Aeronáutica, como homens cumpridores de seus deveres e de inabalável formação democrática. Isto, aliás, reconhecido pelo próprio ministro Márcio de Sousa e Melo que, a 10 de julho do ano passado, em almoço realizado no salão nobre do Ministério, entregava uma placa ao Para-Sar, como homenagem pelo resgate do C-47 número 2.068. Os homenageados, entre outros, eram os Capitães Guaranys, Sérgio e o Capitão-Médico Rubens Marques dos Santos, agora punidos e transferidos. Eram, na ocasião, considerados heróis da FAB, pelo que fizeram, em plena selva amazônica, salvando inúmeras vidas”.

Pery Cotta, jornalista, é membro do Conselho Deliberativo da ABI.

Jornal da ABI

EDIÇÃO ESPECIAL DO CENTENÁRIO – VOLUME 1
Número 328 - Abril de 2008

Editores: Maurício Azêdo e Francisco Ucha

Planejamento de pauta, coordenação e edição de textos:
Maurício Azêdo

Projeto gráfico, diagramação e editoração eletrônica:
Francisco Ucha

Pesquisas de textos e imagens:

André Lima de Alvarenga e Marilka Azêdo

Fotos e ilustrações: Acervo Biblioteca da ABI (Biblioteca Bastos Tigre), Arquivo Jornal do Commercio, Arquivo Tribuna da Imprensa, Agência Folha, Agência O Globo, Acervo Nireu Cavalcanti, Acervo Lúcia Lippi Oliveira, Acervo Instituto Moreira Sales, Acervo João Carlos Rodrigues, Acervo Família Octavio Malta, Acervo Família Eugênia Álvaro Moreira, Acervo Família Luiz Paulistano, Acervo Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Artigos, ensaios, estudos e reportagens, por ordem de entrada: Nireu Cavalcanti, Lúcia Lippi Oliveira, Evaristo de Moraes Filho, Moacir Pereira, Cecília Costa, João Carlos Rodrigues, Pinheiro Júnior, Dácio Malta, Octavio Malta, Sandra Moreyra, Pedro do Coutto, Maurício Azêdo, Danton Jobim, Pompeu de Souza, Carlos Lemos, Pery Cotta.

Apoio à produção editorial: Alice Barbosa Diniz, Ana Paula Aguiar, André Lima de Alvarenga, Guilherme Povill Vianna, Maria Ilka Azêdo, Mário de Freitas Borges.

Coordenação de Publicidade e Marketing: Francisco Paula Freitas (Coordenador), Queli Cristina Delgado da Silva, Paulo Roberto de Paula Freitas.

Diretor Responsável: Maurício Azêdo

Associação Brasileira de Imprensa

Rua Araújo Porto Alegre, 71 - Cep 20.030-012 - Rio de Janeiro, RJ
Telefone (21) 2240-8669/2282-1292 - jornal@abi.org.br

Impressão: Editora Parma

Avenida Antônio Bardela, 280 - CEP 07220-020 - Guarulhos, SP
Telefone 55-11-6462-4000



DIRETORIA – MANDATO 2007/2010

Presidente: Maurício Azêdo

Vice-Presidente: Audálio Dantas

Diretor Administrativo: Estanislau Alves de Oliveira

Diretor Econômico-Financeiro: Domingos Meirelles

Diretor de Cultura e Lazer: Jesus Chediak

Diretor de Assistência Social: Paulo Jerônimo de Sousa (Pajé)

Diretor de Jornalismo: Benício Medeiros

CONSELHO CONSULTIVO

Chico Caruso, Ferreira Gullar, José Aparecido de Oliveira (*in memoriam*), Miro Teixeira, Teixeira Heizer, Ziraldo e Zuenir Ventura.

CONSELHO FISCAL

Luiz Carlos de Oliveira Chesther, Presidente; Argemiro Lopes do Nascimento, Secretário; Adriano Barbosa do Nascimento, Arthur Auto Nery Cabral, Geraldo Pereira dos Santos, Jorge Saldanha e Manolo Epelbaum.

CONSELHO DELIBERATIVO (2007-2008)

Presidente: Fernando Barbosa Lima

1º Secretário: Lénin Novaes

2º Secretário: Zilmar Borges Basílio

Conselheiros efetivos (2005-2008)

Alberto Dines, Amicucci Gallo, Ana Maria Costabile, Araújo Moura Roulien, Arthur José Poerner, Audálio Dantas, Carlos Arthur Pitombeira, Conrado Pereira (*in memoriam*), Ely Moreira, Fernando Barbosa Lima, Joseti Marques, Mário Barata (*in memoriam*), Maurício Azêdo, Milton Coelho da Graça e Ricardo Kotscho.

Conselheiros efetivos (2006-2009)

Antônio Roberto Salgado da Cunha, Arnaldo César Ricci Jacob, Arthur Cantalice (*in memoriam*), Aziz Ahmed, Cecília Costa, Domingos Augusto Xisto da Cunha, Domingos Meirelles, Fernando Segismundo, Glória Suely Alvarez Campos, Heloneida Studart (*in*

memoriam), Jorge Miranda Jordão, Lénin Novaes de Araújo, Márcia Guimarães, Nacif Elias Hidd Sobrinho e Pery de Araújo Cotta.

Conselheiros efetivos (2007-2010)

Artur da Távola, Carlos Rodrigues, Estanislau Alves de Oliveira, Fernando Foch, Flávio Tavares, Fritz Utzeri, Jesus Chediak, José Gomes Talarico, José Rezende Neto, Marcelo Tognozzi, Mário Augusto Jakobskind, Orpheu Santos Salles, Paulo Jerônimo de Sousa, Sérgio Cabral e Terezinha Santos.

Conselheiros suplentes (2005-2008)

Anísio Félix dos Santos (*in memoriam*), Edgard Catoira, Francisco Paula Freitas, Geraldo Lopes (*in memoriam*), Itamar Guerreiro, Jarbas Domingos Vaz, José Amaral Argolo, José Pereira da Silva, Lêda Acquarone, Manolo Epelbaum, Maria do Perpétuo Socorro Vitarelli, Pedro do Coutto, Sidney Rezende, Sílvio Paixão e Wilson S. J. Magalhães.

Conselheiros suplentes (2006-2009)

Antônio Avellar, Antônio Calegari, Antônio Carlos Austregésilo de Athayde, Antônio Henrique Lago, Carlos Eduard Rzezak Ulup, Estanislau Alves de Oliveira, Hildeberto Lopes Aleluia, Jorge Freitas, Luiz Carlos Bittencourt, Marco Aurélio Barrandon Guimarães (*in memoriam*), Marcus Miranda, Mauro dos Santos Viana, Oséas de Carvalho, Rogério Marques Gomes e Yeda Octaviano de Souza.

Conselheiros suplentes (2007-2010)

Adalberto Diniz, André Moreau Louzeiro, Arcirio Gouvêa Neto, Benício Medeiros, Germando de Oliveira Gonçalves, Ilma Martins da Silva, José Silvestre Gorgulho, Luarilindo Ernesto, Luiz Sérgio Caldieri, Marceu Vieira, Maurílio Cândido Ferreira, Yacy Nunes e Zilmar Borges Basílio.

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Ely Moreira, Presidente; Carlos di Paola, Jarbas Domingos Vaz, Maria Ignez Duque Estrada Bastos e Maurílio Cândido Ferreira.

COMISSÃO DE ÉTICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Alberto Dines, Arthur José Poerner, Cicero Sandroni, Ivan Alves Filho e Paulo Totti.

COMISSÃO DE LIBERDADE DE IMPRENSA E DIREITOS HUMANOS

Audálio Dantas, Presidente; Arthur Cantalice (*in memoriam*), Secretário; Arcirio Gouvêa Neto, Daniel de Castro, Germando Oliveira Gonçalves, Gilberto Magalhães, Lucy Mary Carneiro, Maria Cecília Ribas Carneiro, Mário Augusto Jakobskind, Martha Arruda de Paiva, Orpheu Santos Salles, Wilson de Carvalho, Wilson S. J. Magalhães e Yaci Nunes.



ABI. 100 anos de lutas por uma imprensa livre no Brasil.

Uma homenagem da Souza Cruz.



SOUZA CRUZ

Não existe democracia sem imprensa livre.

A Abril luta pela liberdade de imprensa a cada linha de cada página de cada edição de cada revista que publica.

Porque liberdade de imprensa, ao lado da liberdade e da manifestação de pensamento, é um pressuposto básico de todas as demais liberdades: política, religiosa, econômica, de associação e tantas outras.

O exemplo mais evidente dessa luta é a revista *Veja*. Lançada em 1968, em pleno regime militar, *Veja* impôs-se como

revista independente e, ao longo de 40 anos, vem demonstrando na prática a fundamental razão de ser da liberdade de imprensa.

Com credibilidade indiscutível – nosso patrimônio mais valioso –, *Veja* tornou-se marco do jornalismo no país e símbolo de uma editora que só tem compromisso com o leitor e com a verdade. Uma editora que coloca o princípio à frente da conveniência, e que zela pela ética dentro e fora de suas redações.

PARABÉNS À ABI PELOS 100 ANOS DE LUTA EM DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA.

